

ENTREVISTA
Oscar Niemeyer

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

AGOSTO • SETEMBRO • OUTUBRO/97 N° 46 R\$ 7,50



**A ideologia
da “globalização”**

Paulo Nogueira Batista Jr



Editora Contraste

Assine a revista



Um olhar rápido sobre as 45 edições publicadas nos índices remissivos por edição ou por assunto, encartados nas edições 41 e 44 pode fornecer uma indicação do papel desempenhado por esta revista na luta de idéias. A denúncia do neoliberalismo e da nova ordem mundial; suas conseqüências nefastas para a nação e os trabalhadores brasileiros; a crítica da política dos sucessivos governos das classes dominantes que buscam adequar a sociedade brasileira a tais projetos, com ênfase na crítica aos governos Collor e Fernando Henrique; a análise crítica da experiência socialista e dos desafios teóricos e políticos do marxismo aliada à contribuição para o desvendamento de perspectivas para a luta socialista no mundo e no Brasil; a análise das conjunturas políticas nacional e internacional. Estes têm sido os temas recorrentes nas sucessivas edições.

Merece a atenção editorial, também, a análise de questões relativas à ciência, às artes, aos aspectos históricos do movimento operário e popular, à luta contra a discriminação racial e de gênero, às lutas juvenis, entre outros temas. Contribuições inovadoras podem ser encontradas nos índices publicados. Predominam largamente os autores nacionais, mas é significativo o número de traduções, muitas vezes de autores publicados pioneiramente em nosso país. A quase totalidade dos autores insere-se na tradição marxista, independentemente de legendas partidárias, mas há contribuições oriundas de distintos setores do pensamento político e social. Um denominador comum liga o conjunto dos artigos: a insatisfação com as tendências dominantes no mundo, a busca de um pensamento criador capaz de abrir novos horizontes às transformações sociais.

Preencha hoje mesmo o cupom abaixo ou ligue fazendo sua assinatura e receba o índice remissivo como cortesia.



Sim, eu quero receber a assinatura da revista Princípios, conforme opção assinalada abaixo.

Assinatura anual (4 edições) R\$ 30,00

Assinatura especial (+5 edições anteriores) R\$ 45,00

Cheque nominal à Editora Anita Ltda..

Vale Postal p/ Agência Brigadeiro

Cartão Credicard/Diners (N. _____ Validade ____ / ____)

Depósito Itaú Agência 0251 C/C 48678-3

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Telefone _____ Profissão _____

Rua Monsenhor Passalacqua, 158
01323-010 São Paulo-SP
Fone/fax (011) 289-1331

O P I N I Ã O

Sinais da crise

Na primeira quinzena de agosto ocorreu em Salvador, Bahia, a I Reunião Latino Americana dos Partidos Liberais onde se fez um esforço de afirmação das convicções e preocupações sociais que o PFL e seus congêneres latino-americanos dizem cultivar.

Engana-se quem pensar que registrou-se ali o abandono do dogmatismo do mercado. Na verdade, esse foi mais um sinal da crise que ronda os apologistas do domínio nú e cru do capital. A solução implantada desde o final dos anos 70 por Reagan, Thatcher e Pinochet, e levada adiante por seus seguidores nos anos seguintes - Collor e Fernando Henrique Cardoso entre eles - agravou as mazelas do capitalismo por todos os lados, e os sinais da crise se multiplicam: a volta das greves e da luta dos trabalhadores na Europa; explosões operárias na Coréia do Sul; crise financeira nos "tigres asiáticos" (a Tailândia é apenas o caso mais grave); manifestações de massa na América Latina, como a luta contra a pobreza e o desemprego na Argentina; derrotas eleitorais dos conservadores na Grã-Bretanha, França, México; guerra civil na Albânia, para expulsar o governo neoliberal; guerra civil na África, com a derrota da antiga e sanguinária ditadura de Mobutu Sese Seko...

Dois protagonistas da cúpula do capitalismo mundial apontaram as mazelas que podem ameaçar a sobrevivência do sistema dominante. A argúcia do mega especulador George Soros alertou para os "excessos do liberalismo". "O aqui-inimigo de uma sociedade aberta", escreveu ele no começo do ano, "não é mais a ameaça comunista, mas a capitalista". Ele foi complementado por Philip Jennings, um sindicalista anticomunista, no Fórum Econômico Mundial, na Suíça: "Vocês diriam que o capitalismo é um sucesso em um mundo em que 3 bilhões de pessoas, de um total de 5,7 bilhões, vivem com menos de 2 dólares por dia?"



São sinais da crise - sinais de que a roda da história pode começar a mudar, e que a maré conservadora pode estar começando a esvaziar.

Mas ela não vai esvaziar sozinha. Como na França e no México, a unidade das forças progressistas é essencial para a derrota dos conservadores. Na Argentina, os vários setores da oposição ao neoliberalismo dão lições de sabedoria política na construção de uma frente capaz de derrotar Carlos Menem - o próprio ex-presidente Raul Alfonsín abriu mão de sua candidatura a deputado federal para facilitar a união popular.

A resistência às ofensivas do grande capital contra os povos ocorridas neste século (o nazifascismo foi a maior delas) exigiu a formação de amplas frentes democráticas e populares. Guardadas as proporções, a situação atual é semelhante. E, é preciso que a oposição tenha consciência disso, é necessário criar uma ampla frente contra o neoliberalismo.

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 20 linhas, 1 linha = 70 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bartira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estadão - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288, USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação. BELO HORIZONTE: Banca Pça. Sete - R. Rio de Janeiro c/ Afonso Pena - fone: 201-8266; Livraria Eldorado - Av. Afonso Pena, 719 - centro - fone: 273-2436; José Maria Gomes - R. da Bahia, 1148 - sala 603 - fone: 224-5835; Cotec - Av. do Contorno, 842 - sala 207 - centro - fone: 226-7479. CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 23-7108 GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhanguera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçadão - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311.

Globalização

6 "Globalização" e administração tributária

A ideologia da globalização e sua visão distorcida da economia internacional; o mito do fim do estado nacional e do predomínio das corporações "transnacionais".

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.



16 Contra a retórica

Criar alternativas ao projeto neoliberal, uma tarefa que se impõe às forças políticas avançadas.

LUIZ MARCOS GOMES



Trabalho

19 A crise do trabalho

As modificações no mundo do trabalho e suas implicações para o trabalhador.

OSWALDO BERTOLINO

Brasil

23 A bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946

Apesar de minoritários, e sob cerco conservador, os comunistas defenderam na Constituinte de 1946 teses que apenas meio século depois foram parcialmente incorporadas à Carta Magna.

SÉRGIO SOARES BRAGA

Internacional

30 E a Inglaterra teve que devolver a "Pérola do Oriente"

Como e porque a Inglaterra apoderou-se de Hong Kong, as negociações do retorno da ilha à China e seu reflexo no jogo internacional de forças.

HAROLDO LIMA



Internacional

- 38** *História de uma revolta anunciada*
As raízes da crise na Albânia.

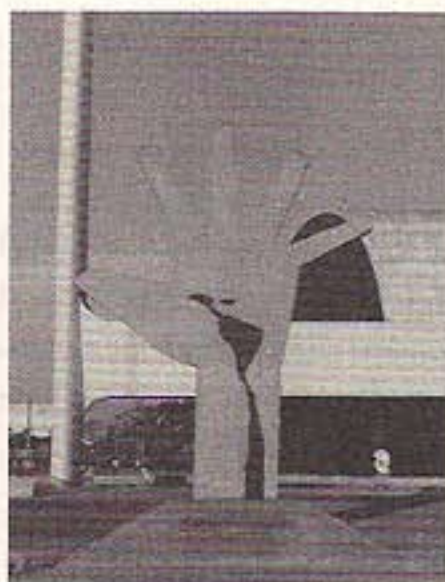
COMITÉ NEXHMIJE HOXHA

- 43** *O novo ataque do império*
EUA tornam mais rigorosa lei contra Cuba.

JOSÉ CARLOS RUY

- 45** *Neoliberalismo e movimento sindical*
A resistência mundial dos trabalhadores contra o neoliberalismo.

SÉRGIO BARROSO



Entrevista

- 50** *Niemeyer, um arquiteto com "as montanhas do Rio nos olhos"*
Entrevista com o arquiteto Oscar Niemeyer.

CARLOS POMPE

Cultura

- 56** *Cinema nacional:
em busca do espaço perdido*

Um olhar sobre a produção cinematográfica brasileira: da estética fragmentada do Cinema Novo ao novo cinema nacional.

CLOVES GERALDO

- 62** *A Perestroika nos debates de Politburo - um livro que ilumina uma época*

Artigo sobre o livro *Mi verdad* de Vitali I. Vorotnikov - um registro dos acontecimentos que levaram à destruição do Estado soviético.

MIGUEL URBANO RODRIGUEZ



Resenhas

- 68** Cinegramas, de *Ichi Terukina*, por **Jorge B. Guedes**. Terra: Ponto de partida, ponto de chegada, de *Maria Stela Lemos Borges*, por **Maria Aparecida de Moraes Silva**.

70 *Olho Vivo*

72 *Cartas dos leitores*

"Globalização" e administração tributária*

A "globalização" teve início com a colonização; aqueles que apregoam sua novidade fazem, na verdade, uma propaganda ideológica baseada em mitos

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Globalização e administração tributária são dois temas bastante diferentes, mas relacionados em alguns aspectos significativos. O curioso é que o tema da "globalização", que faz muito mais sucesso, é provavelmente um tema menos importante, do ponto de vista prático. É sintomático do estado do debate público no Brasil, que uma questão fundamental, como é a da administração tributária, desperte tão pouco interesse da opinião pública, enquanto um tema de valor duvidoso, de apelo em grande medida ideológico, como o da "globalização", tenha impacto tão extraordinário. Seja como for, vou procurar tratar dos dois assuntos e fazer uma ponte entre eles, começando pela "globalização".

É impressionante como nos últimos dois ou três anos esse tema da "globalização" ou "mundialização" da economia empolgou o debate público nacional. Em uma cidade como São Paulo, não passa uma semana sem que ocorra algum evento relacionado a esse tema. Os organizadores de seminários e debates descobriram que esse é um chamariz tão grande, que

quando se quer discutir temas específicos, de interesse de um determinado grupo profissional ou acadêmico, sempre convém introduzir a palavra globalização no título. Temos um professor na USP, no Instituto de Estudos Avançados, o Jacob Gorender, que recentemente queria fazer um seminário sobre organização industrial e discutir assuntos como *fordismo*, *taylorismo* e modelo japonês. Espertamente, decidiu chamar o debate de "Globalização, Revolução Tecnológica e Relações de Trabalho". Choveu gente. Mas, na verdade, a exposição do Professor Gorender tratou relativamente pouco da chamada globalização. Como ninguém sabe direito o que é isso, não fez muita diferença e o seminário foi um sucesso.

Não estava nos meus planos de pesquisa tratar do tema da "globalização". Sempre desconfiei que essa era uma discussão muito mais ideológica do que real. Mas a quantidade de solicitações que recebi nos anos recentes para me manifestar sobre essa questão foi de tal ordem, que acabei sendo obrigado a examiná-la mais detida-

mente. Pois bem. Quanto mais examinei os dados referentes à economia internacional nas últimas décadas, mais me convenço de que está havendo um enorme exagero quanto ao alcance efetivo do processo de internacionalização da atividade econômica e quanto às suas conseqüências políticas e sociais. A própria palavra globalização é inadequada, dá uma idéia incorreta do que acontece no mundo hoje. Por motivos que explicarei em seguida, trata-se de um termo carregado de conotações ideológicas. A meu ver, só deveria ser usado entre aspas para denotar distanciamento e até ironia.

Vou procurar argumentar que o grau de integração das economias nacionais existente hoje no mundo, embora significativo e crescente, não é tão expressivo quanto sugere o uso indiscriminado de palavras como "globalização" ou "mundialização" da economia. Na verdade, o debate sobre a economia internacional adquiriu uma dimensão quase fantasiosa. A palavra "globalização" parece ter algo de mágico, que provoca encantamento ou pânico. E a onda em torno do assunto não é casual. Tem a ver

* Palestra realizada em 13 de maio de 1997 no Fórum Paralelo Nossa América, em evento patrocinado pelo Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. Transcrição da gravação revista pelo autor.

com a dinâmica política da discussão pública nas sociedades modernas, especialmente nas sociedades periféricas como a brasileira.

Antes de mais nada, queria deixar bem claro, para que não haja qualquer mal-entendido, que é inegável o aumento das transações econômicas internacionais, apoiado em progressos tecnológicos e inovações em áreas como informática, telecomunicações e finanças. Nos últimos 30 anos, houve crescimento expressivo do comércio internacional de bens e serviços, dos investimentos diretos e dos empréstimos e financiamentos internacionais. Mas é preciso resguardar-se - e essa é a mensagem básica que eu queria trazer aqui - contra a carga de fantasia e mitologia que se constrói em cima dessas tendências reais, que são bem mais limitadas do que sugere o barulho em torno do assunto.

A ideologia da globalização cumpre duas funções básicas. Em primeiro lugar, a de propagar a idéia de que existe um processo irresistível em curso na economia mundial. Segundo essa concepção, o que cabe à sociedade, aos sindicatos, às corporações profissionais e aos Estados nacionais é simplesmente se adaptar a esse movimento inexorável da economia mundial, comandado por forças tecnológicas e pelas grandes corporações, ditas transnacionais, que operam no plano internacional. Essa é a história que estão tentando nos contar.

O atual presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, tem sido um dos principais propagadores dessa discussão no Brasil nos últimos anos, desde o tempo em que era ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco. Em diversas entrevistas e pronunciamentos oficiais, como ministro das Relações Exteriores, depois como ministro da Fazenda e agora como presidente da República, Fernando Henrique Cardoso tem insistido na tese de que estamos diante de uma nova realidade mundial: "A globalização é um fato, uma

realidade", diz o presidente, "e não adianta lutar contra fatos; temos que nos adaptar a esse quadro e tirar o melhor partido das tendências mundiais, contra as quais não há o que fazer".

Não se deve perder de vista que a palavra "globalização" é altamente conveniente, porque tem conotações positivas em termos dos valores e anseios da humanidade. Para os incautos, "globalização" sugere um processo de unificação do mundo, de formação de uma única sociedade mundial, sem conflitos ou fronteiras, acima dos egoísmos nacionais. Isso tem apelo muito forte e atende ao imaginário de grande parte da humanidade, que anseia pela paz, pela unificação e pelo conagração universal. Então, essa palavra, que mascara tanta coisa, que exagera tanta coisa, é politicamente muito potente. Ela tem um conteúdo falsamente positivo, que seduz muita gente. Quem aqui não viu uma propaganda da IBM, que tem sido repetida em horário nobre em vários canais de televisão, sobre a formação de um

O termo "economia global" é impróprio pois insinua um grau de integração que não existe; os mercados nacionais continuam a preponderar sobre as transações internacionais

mundo unificado através da tecnologia da informática? Começa com um senhor africano, vestido com roupas típicas, falando na sua língua, com legendas em português, sobre a mudança fabulosa pela qual está passando o nosso planeta. Depois, surge uma menina falando francês: "o mundo está ficando menor". Em seguida, aparecem pessoas de várias nacionalidades e diferentes idiomas, russos, americanos, asiáticos, latino-americanos, todos

celebrando a unificação do mundo, todos unidos pela computação. E a propaganda termina como o emblema da IBM. Nessa propaganda, como em tantas outras, joga-se com o valor positivo que tem para todos nós, a integração mundial, a paz entre os povos e o confraternização geral, supostamente numa base de igualdade.

O rolo compressor da propaganda sedutora da "globalização" é tão forte, que a discussão de praticamente todos os temas tem sido, de alguma maneira, afetada por ela, inclusive a do tema da administração tributária. Também aqui se percebe a influência, em geral nefasta, das noções exageradas sobre a "globalização". Alega-se, por exemplo, que com a "globalização", os Estados nacionais estão sendo obrigados a reduzir a carga tributária, sob pena de verem as empresas e os indivíduos de alta renda transferirem as suas atividades produtivas e aplicações financeiras para países com tributos mais leves. Alega-se, também, que a "globalização" do capital e o crescimento do comércio intra-firma dificultam enormemente o controle dos impostos e, em especial, o estabelecimento ou a manutenção de um sistema progressivo de tributação. Tentarei argumentar que há muito exagero nessas alegações e que o discurso dos imperativos da "globalização" tem sido usado para paralisar o pensamento crítico, particularmente nos países que compõem a periferia subdesenvolvida. Criou-se uma visão mitificada, distorcida da economia internacional, com o propósito, ou pelo menos o efeito, de fazer crer que não há outro caminho para países como o Brasil senão o de aceitar uma adaptação passiva, uma integração subordinada.

Vou basear a exposição em trabalho de pesquisa em andamento no âmbito do Instituto de Estudos Avançados da USP. Pretendo tratar de cinco pontos. Primeiro, procurarei mostrar que a chamada globalização é, sob vários pontos de vista, uma falsa novidade.





de. Esse é um ponto importante, pois um dos aspectos mais sedutores da ideologia da globalização é a idéia de que estamos vivendo uma nova era, cheia de promessas e oportunidades. Não é difícil argumentar que muitas das supostas novidades da chamada globalização são fatos e processos antigos, que reaparecem sob nova roupagem. O apelo a falsas novidades não é acidental. Vivemos numa época dominada por um forte preconceito a favor do novo e do progresso. Todos os movimentos ideológicos que conseguem conquistar a etiqueta da novidade, mesmo que indevidamente, alcançam uma vantagem inestimável. Isso foi feito pelo liberalismo nos últimos 25 anos. Sem a menor justificativa, passou a se falar

em “neoliberalismo”, para fazer referência a um movimento político-ideológico que representava, na verdade, uma tentativa de restaurar o liberalismo do século XIX. Trata-se de um movimento profundamente regressivo, retrógrado. “Paleoliberalismo” teria sido um termo mais adequado. No entanto, seus adversários aceitaram a designação “neoliberal”, e passaram a se referir ao velho, caquético liberalismo do século XIX como se fosse algo de novo. O mesmo fenômeno enganoso, traiçoeiro, está sendo criado com as falsas novidades da chamada globalização.

Vou argumentar, em segundo lugar, que o grau de internacionalização que hoje existe é muito mais limitado do que se imagina. Como já

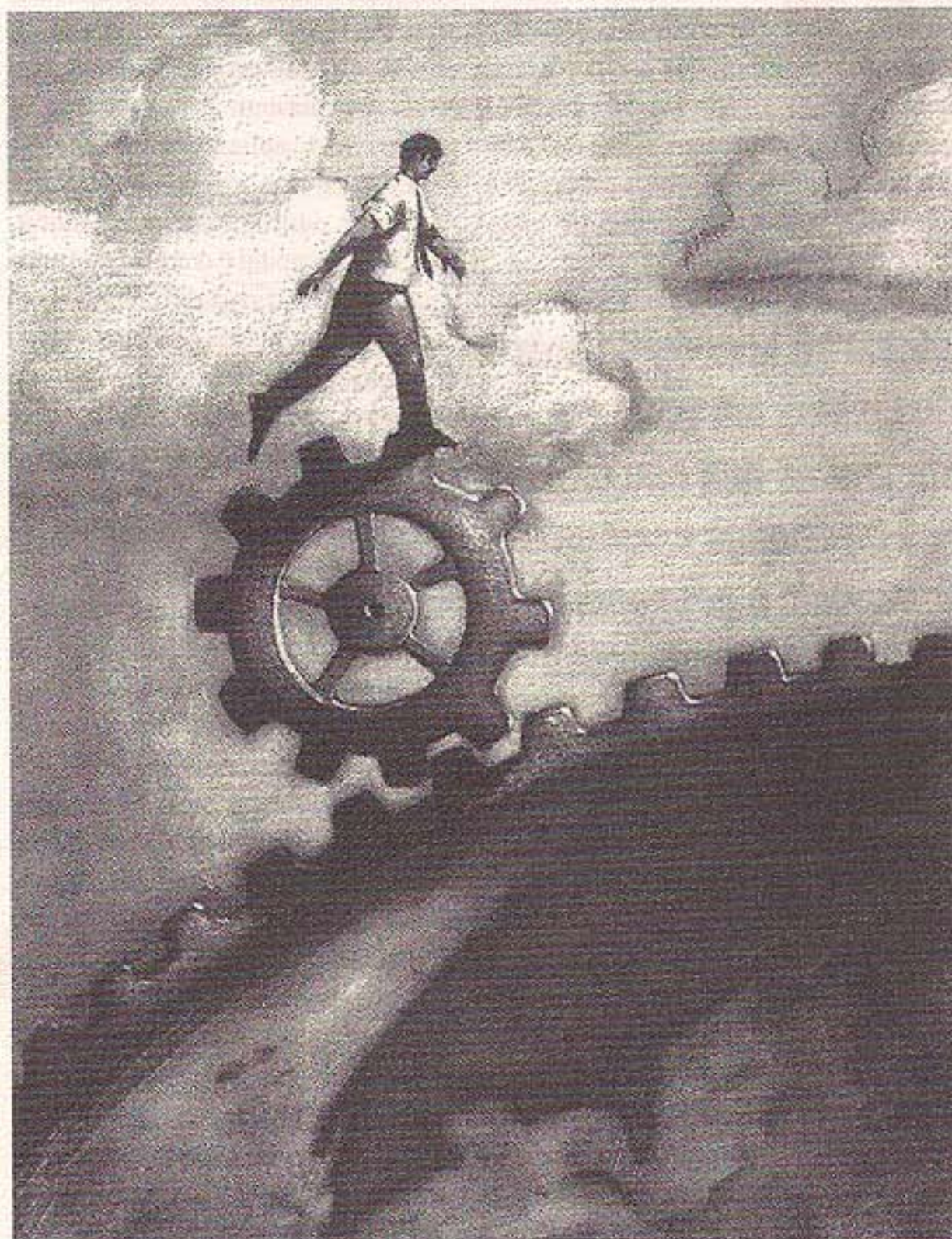
disse, o próprio termo “economia global” é impróprio, pois insinua um grau de integração que não existe. Em todos os campos, até no terreno financeiro, os mercados nacionais continuam a preponderar sobre as transações internacionais. O que temos é uma economia internacional, e não uma economia global.

Em terceiro lugar, vou tratar do mito do declínio generalizado do Estado. Essa é uma noção amplamente aceita no Brasil. Tentarei mostrar que é uma fantasia para consumo de incautos. O Estado pode estar em declínio em países da África e em boa parte da América Latina, mas não está em declínio nos países bem-sucedidos, particularmente nos países desenvolvidos.

Em quarto lugar, vou abordar outro mito muito comum aqui no Brasil, que é a idéia de que predominam empresas “transnacionais”, que operam sem lealdades nacionais, acima das fronteiras. Mais uma vez, a própria palavra é enganosa, pois a grande maioria das empresas que operam internacionalmente são empresas com base nacional definida.

Em último lugar, comentarei a questão da administração tributária no Brasil. Esse tema tem sido praticamente ignorado nos últimos dois anos, apesar de constituir inegavelmente uma dimensão decisiva da reforma tributária, sobretudo no caso de um país como o Brasil em que os órgãos responsáveis pela administração de impostos e contribuições sociais padecem de deficiências crônicas de recursos humanos e materiais. Para fazer face aos desafios associados ao aumento das transações internacionais e à maior integração da economia brasileira com o resto do mundo, é indispensável fortalecer e modernizar a administração tributária.

Peço a paciência da platéia para mencionar e mostrar alguns números. Sei que isso é cansativo, mas é indispensável. Um dos grandes defeitos do debate sobre “globalização” no Bra-



sil é justamente a falta de atenção aos números. Em geral, a discussão se faz com base em noções vagas, em evidências anedóticas ou em comentários específicos sobre empresas ou setores, sem uma referência aos dados macroeconômicos internacionais. Naturalmente, isso facilita a propagação de mitos e fantasias.

“Globalização” como Falsa Novidade

“Globalização” é a palavra da moda para um fenômeno muito antigo, que remonta à expansão da civilização européia, desde o final do século XV. Foram as grandes navegações, iniciadas por Portugal e Espanha, que deram partida à formação gradual de um mercado mundial. Portanto, o que está na origem do que hoje se conhece como “globalização” é a colonização, processo que, como se sabe, gerou uma ampliação das desigualdades entre os países colonizadores e os países colonizados. Cabe até perguntar se o fascínio pelo tema da “globalização” em países como o Brasil não seria um reflexo atávico da mentalidade colonial.

Diga-se de passagem que não são apenas economistas de direita ou “neoliberais” que vêm dando curso à ideologia da “globalização”. Muitos autores e economistas de esquerda também gostam de fazer uma certa onda em torno do assunto. Já se formou até uma pequena indústria acadêmica de esquerda, que se especializou em produzir textos, em geral de qualidade duvidosa, sobre a “globalização” como nova etapa de desenvolvimento do capitalismo “financeirizado”, como nova forma “dinâmico-estrutural” do capital, enfim, todo um linguajar pretensioso, que disfarça a falta de análise e pesquisa e a falta de atenção às realidades concretas.

Recorde-se, por exemplo, o período anterior à Primeira Guerra

Mundial. Entre 1860 e 1914, existiu um sistema econômico internacional com grau significativo de integração dos mercados nacionais. Em diversos aspectos, a integração internacional naquele período era comparável, e às vezes até maior, do que a que existe hoje.

Um fato pouco conhecido e surpreendente é que só por volta de 1970 a participação do comércio exterior na produção mundial recuperou o nível alcançado em 1913, logo antes da Primeira Guerra. Outro dado surpreendente: os Estados Unidos importavam em 1890 o equivalente a 8% da sua renda nacional. Em 1993, a relação importação/renda era de 11%, um aumento modesto, sobretudo quando se considera que a economia americana é hoje menos protecionista do que era no final do século XIX.

Ao contrário do que diz a propaganda neoliberal, na maioria dos países ricos os gastos públicos cresceram na última década

Outras economias eram ainda mais abertas ao comércio internacional no século passado. No final da Primeira Revolução Industrial, na década de 1850, a Inglaterra exportava mais de 40% do PIB, mais do que exporta hoje como proporção do PIB.

Por esses e muitos outros dados, verifica-se o quanto é falsa a idéia de que estaríamos vivendo, neste final do século XX, um fenômeno inteiramente sem precedentes de integração internacional das economias. Essa ilusão decorre, em parte, do fato de que o grau de integração observado nas décadas recentes é, de fato, bem maior do que o que existia nos anos 50 e 60. Entre 1914 e 1945, as guerras mundiais, o nacionalismo, a gran-

de depressão e o protecionismo destruíram a economia aberta que existiu na “belle époque”, fato que merece alguma consideração da parte dos crentes na irreversibilidade dos processos históricos.

Os dados relativos a investimentos internacionais levam à mesma conclusão. Os fluxos de investimentos diretos no exterior eram muito expressivos nas décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial. O estoque de investimentos diretos dos Estados Unidos no exterior não chegava a 7% do PNB no início dos anos 90, um percentual inferior ao registrado em 1900. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha tinha investimentos no exterior em valor superior ao seu estoque de capital doméstico, recorde que nenhum dos principais países alcançou desde então.

Se o tempo permitisse, seria possível dar vários exemplos desse tipo. Gostaria, apenas, de referir-me a mais uma questão crucial: a da migração internacional. No final do século XIX e início do século XX, a economia internacional era mais integrada no que se refere às possibilidades de movimentação da mão-de-obra entre países. Recentemente, o governo dos Estados Unidos divulgou um censo da população nascida no exterior e residente naquele país. Em março de 1996, um pouco menos de 10% da população dos EUA era nascida no exterior, de país não-americanos. Em 1910, a proporção era de 14,7% de moradores nascidos no exterior.

Os dados disponíveis mostram que os fluxos internacionais de mão-de-obra eram muito maiores naquela época do que atualmente. Desse ponto de vista, e apesar de toda a conversa sobre “globalização”, o que houve foi introversão. Os países desenvolvidos não querem nem ouvir falar em abrir as suas fronteiras aos imigrantes de países da África, Ásia ou da América Latina. Nesse particular, é marcante o contraste com a “belle époque”, época em que se construiu



inclusive uma Estátua da Liberdade, na entrada de Nova York, para dar as boas-vindas aos imigrantes. Hoje, não. Hoje, os imigrantes são recebidos a tiros na fronteira dos EUA com o México. Recentemente, a polícia francesa invadiu uma igreja em Paris para enjaular imigrantes africanos ilegais, causando um escândalo de proporções internacionais.

Diante disso tudo, que sentido faz falar em "globalização" ou "unificação do mundo" como uma nova e inédita etapa da história da humanidade? Às vezes, fica a impressão de que estamos em face de uma gigantesca empulhação, de uma manipulação sistemática de informações. Afinal, os dados que utilizei até agora, e que ainda vou utilizar na sequência, estão publicados. E nem sempre são de acesso tão difícil. No entanto, raramente chegam ao conhecimento da opinião pública.

Limites da "Globalização"

O segundo ponto que gostaria de comentar é o alcance relativamente limitado do processo recente de internacionalização. Além de não ser um fenômeno inteiramente novo, a chamada globalização não tem a dimensão que se lhe quer atribuir. Não tem qualquer fundamento, em especial, a idéia de que a expansão das atividades internacionais, comandada por empresas ditas transnacionais ou multinacionais, estaria levando à destruição das fronteiras e tornando os Estados nacionais obsoletos ou impotentes.

Um fato pouco comentado é que, apesar da rápida expansão das transações econômico-financeiras internacionais, o peso dos mercados internos continua largamente preponderante, sobretudo nas economias de maior porte. Aproximadamente 80% do que se produz na economia mundial são destinados aos mercados internos dos países onde ocorre essa produção. No que diz respeito à geração de empre-

gos, a participação dos mercados internos é ainda maior: a demanda interna é responsável por cerca de 90% dos empregos gerados na economia mundial. E a poupança interna financia mais que 95% do investimento realizado. Em outras palavras: menos de 5% dos investimentos que ocorrem na economia mundial são financiados com poupança externa. Parece evidente que esses dados não se coadunam com a idéia de que já existiria uma economia "global" fortemente integrada, na qual os mercados internos e os Estados nacionais estariam se tornando pouco relevantes.

Do ponto de vista da dinâmica econômica e do desenvolvimento de longo prazo, o componente da demanda agregada que mais interessa é o investimento. Como se sabe, disso depende a formação de capital, a ampliação da capacidade de produzir. Vale a pena, então, apresentar alguns dados sobre o peso que têm os famosos investimentos diretos estrangeiros na formação de capital. É difícil, hoje em dia, abrir um jornal brasileiro e não encontrar uma manchete sobre o fabuloso crescimento dos investimentos diretos estrangeiros. De fato, esses investimentos estão crescendo no Brasil e em muitos outros países. Nos anos 90, os investimentos diretos estrangeiros, que são aqueles fluxos internacionais de capital que envolvem controle sobre a gestão das empresas nas quais se aplica o capital, aumentaram significativamente como proporção dos influxos totais de capital externo em países subdesenvolvidos.

Apesar disso, esses investimentos diretos estrangeiros representam apenas cerca de 4% da formação bruta de capital fixo na economia mundial, segundo dados da UNCTAD, órgão da ONU, sediado em Genebra, que produz estatísticas detalhadas sobre os investimentos internacionais. Os países desenvolvidos, que dominam por larga margem os fluxos internacionais de investimentos, receberam do exterior, em 1994, investimentos equiva-

lentes a apenas 3,3% da sua formação de capital fixo, um percentual inferior ao observado na segunda metade da década de 80. O Japão, por exemplo, que é dos países desenvolvidos o mais fechado aos investimentos diretos do exterior, acolheu nos últimos 10 anos montantes irrisórios de investimentos estrangeiros. Nunca mais do que 0,3% da formação total de capital realizada na economia japonesa.

O tempo não permite mencionar os muitos outros dados, da UNCTAD e de outras fontes, que confirmam que os investimentos realizados com capital nacional, dentro das economias nacionais, dominam amplamente tanto os investimentos recebidos do exterior quanto os investimentos realizados pelos países desenvolvidos no exterior.

No caso dos países em desenvolvimento, como o Brasil, o peso do investimento estrangeiro é um pouco maior do que na maioria dos países desenvolvidos, mas não é de forma nenhuma dominante. Em 1994, para o conjunto das economias em desenvolvimento, a relação entre o investimento direto estrangeiro recebido do exterior e a formação bruta de capital fixo correspondeu a apenas 7,5%.

Em geral, só em alguns países menores, que têm mercados domésticos limitados, é que o investimento estrangeiro tem peso mais expressivo na formação de capital. Na grande maioria dos países, a criação de capacidade produtiva e, portanto, as perspectivas de desenvolvimento dependem preponderantemente do investimento nacional.

O Mito do Declínio do Estado Nacional

Outro mito associado à ideologia da globalização é o de que o Estado está encolhendo no mundo inteiro. Isso pode ser verdade para os países que estão em declínio, mas não é verdade



para os países desenvolvidos. Ao contrário, na maioria dos países desenvolvidos a participação do Estado na economia aumentou, em plena época de suposto triunfo do “neoliberalismo”.

Observem os dados publicados pela OCDE (tabela 1), fonte insuspeita de viés estatizante. A tabela 1 inclui dados para os sete principais países desenvolvidos, o chamado Grupo dos 7, que responde por cerca de 80% do PIB do conjunto dos países membros da OCDE.

Vejam, por exemplo, o gasto público como proporção do PIB. A tabela 1 permite comparar os dados médios do período que marca o início da hegemonia “neoliberal”, 1978-82, com os dados mais recentes, do período 1991-95. Reparem que nos Estados Unidos e no Japão o gasto público como proporção do PIB aumentou como proporção do PIB. Na Alemanha, ficou mais ou menos estável, aumentando ligeiramente. Na França, na Itália e no Canadá, houve aumentos expressivos da relação entre o gasto governamental e o PIB. O Reino Unido é o único país do G-7 que registra um declínio da relação gasto público/PIB, mesmo assim pouco significativo, de 42,8% para 42,7%. Na média do G-7, a relação gasto público/PIB aumentou de 36,3% para 39,4%, a despeito do suposto triunfo do “neoliberalismo”, do Estado mínimo e de outras fantasias que somos obrigados a engolir.

Já cansei de ouvir bons economistas, até mesmo de esquerda, dizerem que nesse mundo “globalizado” não há mais como impor cargas tributárias elevadas. Alega-se que os Estados estão sendo obrigados, em toda parte, a recuar em matéria de tributação, a aceitar uma diminuição dos níveis de tributação. Fala-se muito também na rebelião dos con-

tribuintes, no mundo desenvolvido, contra a tributação exagerada. E, de fato, há uma grande insatisfação com o nível da carga tributária em muitos países.

Mas é curioso notar que a despeito dessa resistência à tributação e da forte restrição que a chamada globalização estaria criando para a capacidade impositiva dos Estados, a carga tributária macroeconômica, definida como a relação entre as receitas correntes do setor público e o PIB, não diminuiu no período recente. Ao contrário, houve aumento na maioria dos países desenvolvidos, em plena época de suposta hegemonia do “neoliberalismo” e de avanço da “globalização”.

Vejam novamente a tabela 1. Os dados de receita incluem as receitas correntes de governos centrais, estaduais e locais. Nos Estados Unidos, a carga tributária ficou aproximadamente estável, aumentando apenas um pouco nesse período. No Japão, aumentou de forma significativa, de 27,4% em 1978-82 para 32,7% em 1991-95. Na Alemanha, aumentou um pouco, de 45% para 45,7%. Na França, na Itália e no Canadá, houve ampliação expressiva da carga tributária. O Reino

Unido, de Margaret Thatcher, foi a exceção, registrando queda da carga de 39,6% para 36,9%. Na média do G-7, a carga tributária subiu de 33,5% para 35,9%. De acordo com relatórios do FMI, esse crescimento da carga tributária se deve, essencialmente, ao aumento das contribuições sociais e dos impostos diretos.

Ressalte-se, mais uma vez, que tudo isso ocorreu em plena época de suposta vigência do chamado neoliberalismo e nas barbas da “globalização”. Os dados agregados referentes à tributação nos países desenvolvidos ainda não estão refletindo as restrições que a “globalização” da produção, do comércio e das finanças estaria pretensamente impondo à administração tributária. Em termos agregados, não há indícios de que os Estados nacionais desses países estejam sendo obrigados a reduzir a sua pressão tributária.

A mesma tabela também mostra que o déficit público aumentou em todos os países nesse período, com exceção do Japão e da Itália. Isso aconteceu apesar da prioridade que a ortodoxia econômica atribui à diminuição do dé-

Tabela 1: Setor Público⁽¹⁾ nos países do G-7 (Médias dos períodos em % do PIB nominal)

Países	Período	Gasto Público ⁽²⁾	Carga Tributária ⁽³⁾	Juros Líquidos	Déficit Público	Dívida Pública Bruta	Dívida Pública Líquida ⁽⁴⁾
EUA	1978-82	31,2	30,1	1,3	1,1	37,9	22,3
	1991-95	33,6	30,5	2,1	3,1	62,6	47,7
Japão	1978-82	31,8	27,4	1,0	4,4	50,7	16,4
	1991-95	33,2	32,7	0,3	0,5	69,5	6,1
Alemanha	1978-82 ⁽⁵⁾	48,0	45,0	1,4	3,0	34,0	13,1
	1991-95	48,9	45,7	2,6	3,1	51,1	33,5
França	1978-82	46,9	45,4	0,9	1,5	31,5	0,1
	1991-95	53,0	48,6	2,9	4,4	51,1	25,3
Itália	1978-82	44,0	33,7	4,8	10,4	61,3	56,8
	1991-95	54,1	45,0	9,9	9,1	116,8	101,1
Reino Unido	1978-82	42,8	39,6	3,0	3,2	54,9	39,9
	1991-95	42,7	36,9	2,4	5,8	51,8	31,7
Canadá	1978-82	39,9	36,8	2,1	3,1	45,7	13,4
	1991-95	48,5	42,2	5,2	6,1	91,6	61,1
G-7 ⁽⁶⁾	1978-82	36,3	33,5	1,6	2,9	42,6	22,0
	1991-95	39,4	35,9	2,6	3,5	66,2	40,4

(1) Inclui governos centrais, estaduais e locais.

(2) Despesas correntes mais despesas líquidas de capital.

(3) Receitas correntes. Exclui receitas de capital.

(4) Dívida bruta menos ativos financeiros.

(5) Alemanha Ocidental.

(6) Médias ponderadas com base no PIB dos sete países. Pesos utilizados: EUA - 0,4525; Japão - 0,1812; Alemanha - 0,1038; França - 0,0793; Itália - 0,0743; Reino Unido - 0,0689; Canadá - 0,0400.

Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development *OECD Economic Outlook*, December 1996, June 1996 & June 1995.



ficat governamental. Observe-se de passagem que a tendência de aumento do déficit público, de 2,9% para 3,5% do PIB na média do G-7, não impediu que esses países tivessem grande sucesso no combate à inflação nesse período. A dívida pública também aumentou substancialmente. Na média do G-7, a dívida bruta subiu de 42,6% do PIB em 1978-82 para 66,2% em 1991-95. A dívida líquida quase dobrou, passando de 22% para 40,4% do PIB (tabela 1).

Outra fato impressionante e pouco conhecido é que o emprego público aumentou como proporção do emprego total nos países desenvolvidos nesse mesmo período. Segundo dados da OCDE, num grupo de 15 países desenvolvidos, que inclui os do G-7 mais sete outros países europeus e a Austrália, nada menos que 13 países registraram aumento de participação do emprego público no emprego total entre 1970 e 1994. Só nos Estados Unidos e no Reino Unido houve queda nessa participação, e só no segundo caso a queda foi significativa.

Quantos aqui presentes já tomaram conhecimento desses dados? Aposto que muito poucos. É impressionante como informações básicas sobre a economia internacional têm pouca circulação no Brasil. Criou-se uma imagem totalmente distorcida do que está acontecendo no mundo. Isso acaba tendo conseqüências práticas. Desde o governo Collor, a política econômica brasileira tem-se caracterizado como uma adaptação passiva não às tendências reais da economia mundial, mas a uma versão mitificada, que circula pelo mundo em busca de consumidores desavisados, uma versão construída para consumo

na periferia subdesenvolvida e propagada sistematicamente pelos porta-vozes internacionais e locais das ideologias dominantes.

O Mito das Empresas "Transnacionais"

A outra face do mito do declínio do Estado é o mito de que a economia internacional vem sendo crescentemente dominada por corporações ditas transnacionais ou multinacionais. São palavras, repito, enganosas, porque sugerem a existência de empresas "neutras" do ponto de vista nacional, de empresas que transcendem as nações e operam desgarradas de suas bases ou origens nacionais. A literatura acadêmica sobre a atuação internacional das empresas dos países desenvolvidos não confirma essa imagem; indica, ao contrário, que a grande maioria das empresas continua a ter um centro de gravidade nacional.

São poucas as corporações verdadeiramente transnacionais, isto é, que apresentam um grau de internacionalização, do ponto de vista da geração de empregos, de valor adicionado, de vendas e da distribuição geográfica dos seus ativos, que poderia justificar o uso do termo "empresa transnacional" ou "multinacional". Em geral, só encontramos empresas que se encaixam de alguma maneira nesse conceito em países desenvolvidos muito pequenos, como a Suíça, Holanda e Bélgica, que são tecnicamente adiantados, mas que contam com um mercado doméstico limitado. Nesses casos, é possível encontrar várias grandes corporações que, de fato, geram uma proporção elevada dos empregos e de suas vendas em filiais no exterior ou que mantêm um percentual elevado de seus ativos fora do seu país de origem. Mas mesmo nesses casos, a idéia pode ser enganosa. Por exemplo, a Nestlé, que é uma das empresas mais transnacionalizadas do mundo (só tem 5% dos seus ativos e empregados na Suíça), limita os direitos de voto de estrangeiros a apenas 3% do total.

De uma forma geral, as corporações continuam sendo empresas nacionais. Em 1991, apenas 2% dos

membros dos conselhos de administração de grandes empresas americanas eram estrangeiros. E como diz a revista inglesa "The Economist", diretores estrangeiros nas companhias japonesas são tão raros quanto lutadores britânicos de sumô.

O comportamento das grandes empresas é caracterizado por uma certa ambivalência. Por um lado, querem propagandear o seu caráter supostamente "transnacional", querem fazer crer que não têm identificação especial ou preferencial com o país onde se localiza a sua matriz. Por outro lado, nas horas decisivas, costumam pedir o apoio e a intervenção dos seus governos de origem na disputa por mercados e concorrências no mundo inteiro. Quem tiver alguma dúvida sobre esse ponto, que lembre, por exemplo, o empenho que teve o governo dos EUA, durante tanto tempo, para que a empresa americana, Raytheon, ganhasse o comando do Sistema de Vigilância da Amazônia — SIVAM. Ou o empenho do governo francês, na mesma disputa, em favor da empresa francesa Thomson.

Portanto, enquanto nós aqui na periferia atrasada do mundo nos deixamos embalar pela retórica da "globalização" e das firmas "transnacionais", os governos dos países desenvolvidos continuam fazendo o

Tabela 2: Setor Industrial em Países desenvolvidos selecionados: Produção Doméstica e de Filiais no Exterior⁽¹⁾ (Em%)

Países	1986	1993	1995
EUA	83	80	(..)
Japão ⁽²⁾	96	92	90
Alemanha	81	77	(..)
Itália	84	76 ⁽³⁾	(..)
Suécia	58	52 ⁽⁴⁾	(..)

(1) Participação da produção doméstica na soma das vendas de filiais no exterior com a produção doméstica.

(2) Anos fiscais.

(3) 1992.

(4) 1990.

(...) Dados não disponíveis.

Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development, *OECD Economic Outlook*, December 1996.

que está a seu alcance para ajudar as empresas de seus países.

O grau de consciência sobre essas questões é muito baixo aqui no Brasil. Quando a Vale do Rio Doce foi privatizada, poucos se preocuparam em indagar se o consórcio vencedor manteria o centro das decisões da empresa, de fato, no Brasil. A maioria das pessoas que comentaram o tema na imprensa comportou-se como se essa não fosse uma questão relevante. Ora, essa só não seria uma questão importante, se pudéssemos partir da premissa de que a nacionalidade do controle das empresas é um dado secundário, se as empresas fossem realmente neutras do ponto de vista nacional. Mas quando se analisa friamente o comportamento das grandes empresas de atuação internacional, aparece claramente, na maioria dos casos, um viés em favor da base nacional.

Um levantamento realizado por dois pesquisadores ingleses, Paul Hirst e Grahame Thompson, a respeito das corporações dos países desenvolvidos, sugere que algo como 70% a 75% do valor adicionado são produzidos nos países de origem dos grupos empresariais. As atividades de pesquisa e desenvolvimento também se concentram fortemente na base nacional das empresas. Uma pesquisa feita por dois economistas da Universidade de

Sussex, Pari Patel e Keith Pavitt, mostrou que as companhias da Alemanha, do Japão e dos Estados Unidos realizam sempre menos que 15% da sua atividade tecnológica fora do país de origem. É na base nacional que a mão-de-obra é treinada para tarefas mais adiantadas, mais sofisticadas.

Dados da OCDE (tabela 2) confirmam o predomínio das atividades domésticas das empresas industriais dos países desenvolvidos. A tabela 2 mostra a participação da produção doméstica na soma da produção doméstica com as vendas das filiais no exterior. Nos Estados Unidos, por exemplo, 83% da produção ocorreram dentro do país em 1986 e 80% em 1993. No Japão, 96% em 1986 e 90% em 1995. Na Alemanha, a participação doméstica alcançou 77% em 1993; na Itália, 76% em 1992. Já no caso da Suécia, uma economia de porte menor, há um maior grau de abertura das indústrias, com cerca de metade da produção realizada no exterior. Mas o que a tabela 2 mostra fundamentalmente é que, nas principais economias do mundo, prevalece por larga margem a produção doméstica.

Outra área em que proliferam impressões muito exageradas quanto à influência das corporações "transnacionais" é o comércio exterior. Esses exageros afetam o debate sobre a questão tributária. É claro que as grandes corporações

respondem por uma parte importante do comércio mundial. Quanto a isso não há dúvida. Não há dúvida, também, de que grande parte do comércio internacional se faz entre matrizes e filiais do mesmo grupo empresarial. Evidentemente, isso cria problemas para a administração tributária, em função da prática de preços de

transferência, por exemplo, problema que só agora o Brasil está tentando enfrentar mais sistematicamente. Cabe ressaltar, entretanto, que esse fenômeno da elevada participação de grandes empresas no comércio exterior não é novo. O peso do comércio intra-firma, entre matrizes e filiais, também não é um fenômeno novo. E também não é verdade que exista uma tendência geral de expansão do peso das grandes empresas nos fluxos totais de comércio exterior. Observem, por exemplo, que nos Estados Unidos a participação das "multinacionais" nas exportações totais do país era substancialmente maior em 1982 do que em 1992 (tabela 3). Do lado das importações, os percentuais são bem menores, e houve uma ligeira queda na participação dessas empresas. No Japão, as "multinacionais" têm peso muito grande do lado das exportações, mas o aumento foi pouco expressivo entre 1983 e 1992. Do lado das importações, a participação dessas empresas é muito menor: 19% em 1983 e 23% em 1992 (tabela 3).

O comércio intra-firma é apresentado, às vezes, como fenômeno avassalador, que estaria reduzindo drasticamente as possibilidades de tributar as empresas de atuação internacional. A tabela mostra que os percentuais são significativos, mas não predominantes. O comércio entre matrizes e filiais respondia por pouco mais de 20% das exportações dos EUA e por menos de 20% das importações em 1992. No caso do Japão, o percentual era um pouco maior do lado das exportações, mas muito menor do lado das importações. Na França, alcançava um pouco mais de 20% das exportações e apenas 7% das importações de manufaturados em 1993 (tabela 3).

Em suma, toda essa discussão está dominada por exageros e falsas novidades. De um modo geral, há uma tendência a subestimar o poder de intervenção e controle dos Estados nacionais e a superestimar a influência



Tabela 3: Participação de Companhias Multinacionais no Comércio Internacional de Bens e Serviços (Em%)				
	Exportações		Importações	
	1982	1992	1982	1992
Participação do comércio de companhias multinacionais no comércio total ⁽¹⁾				
EUA	71	58	43	41
Japão	76 ⁽²⁾	78	19 ⁽²⁾	23
França	(..)	44 ⁽⁵⁾	(..)	22 ⁽⁴⁾
Suécia ⁽⁵⁾	61	52	(..)	(..)
Participação do comércio intra-firma no comércio total ⁽²⁾				
EUA	22	23	16	18
Japão	22 ⁽²⁾	26	4 ⁽²⁾	8
França	(..)	21 ⁽⁵⁾	(..)	7 ⁽⁴⁾
Suécia ⁽⁵⁾	24	26	(..)	(..)

(1) Participação das exportações ou importações das matrizes no total das exportações ou importações do país.
 (2) Participação do comércio entre matrizes e filiais no exterior no total das exportações ou importações do país.
 (3) 1983.
 (4) 1993, apenas bens manufaturados.
 (5) 1978 e 1990, apenas bens manufaturados.
 (...) Dados não disponíveis

Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development, *OECD Economic Outlook*, December 1996.



e o grau de manobra de empresas consideradas "transnacionais" ou "multinacionais".

Administração Tributária no Brasil

Finalmente, gostaria de fazer algumas observações sobre o tema da administração tributária no Brasil. Trata-se, obviamente, de um aspecto fundamental da atuação do Estado. Qualquer programa sério de reforma e fortalecimento do Estado brasileiro deve dar destaque a essa questão. Como já foi mencionado, o aumento do grau de abertura comercial e financeira da economia, em particular, requer um esforço de adaptação e modernização da parte dos órgãos encarregados da administração dos tributos.

Infelizmente, no ambiente de "estadofobia" que prevaleceu no país nos anos recentes, todas as discussões relacionadas à área pública têm ficado em segundo plano ou têm sido tratadas com preconceito e grande superficialidade.

A verdade é que enquanto não conseguirmos remover o entulho que colocaram em nossas cabeças durante anos de propaganda intensa, vai ser muito difícil retomar em bases adequadas o debate sobre a reforma do serviço público, inclusive no que diz respeito à administração tributária e ao fortalecimento dos órgãos responsáveis pela fiscalização e arrecadação de impostos e contribuições sociais, em nível federal, estadual e municipal.

Vejam, por exemplo, a forma como está sendo conduzida a questão da reforma administrativa. Criou-se a impressão de que o Estado brasileiro não consegue ajustar as suas contas porque há um excesso de funcionários públicos, protegidos indevidamente pela estabilidade no emprego. Essa é a mensagem que se passou para a opinião pública. O brasileiro médio acredita piamente que, enquanto o mundo inteiro se moderniza e reduz o peso do Estado, o Brasil tem um setor público inchado, com funcionários indemissíveis.

Como vimos, não é esse o quadro nos países desenvolvidos. Tam-

bém não é verdade que exista um excesso generalizado de funcionários públicos no Brasil, ainda que possa haver excessos localizados, em determinados setores ou regiões.

No caso da administração tributária, o problema não é de excesso de quadros, mas sim de insuficiência de quadros, especialmente de funcionários qualificados. Além disso, como se sabe, os órgãos da administração tributária vêm tendo a sua atuação prejudicada pela escassez de recursos materiais, particularmente na área da informática.

Esses e outros problemas da administração tributária no Brasil refletem, na verdade, um problema mais profundo. O grande economista Nicholas Kaldor, um dos principais discípulos de Keynes, escreveu certa vez que nos países subdesenvolvidos as pressões políticas conduzem a uma administração tributária inoperante. "Um sistema fiscal ineficiente", dizia ele, "será sempre preferido por todos aqueles a quem um sistema adequado e eficiente possa afetar; e, como estes são justamente os que formam os grupos de maior influência na sociedade, surgem os mais formidáveis obstáculos políticos contra a criação de qualquer sistema eficaz de tributação". No mesmo sentido, o ex-secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho, observou que uma das características do subdesenvolvimento é que as classes dirigentes não permitem a montagem de um aparelho arrecador eficiente e se colocam, assim, à margem da tributação.

Essas palavras descrevem com perfeição o que acontece no Brasil. É inacreditável que, embora estejamos discutindo, há anos, reformas administrativas e tributárias, o tema da administração tributária tenha ficado praticamente ausente do debate público. Tudo se passa como se a reforma tributária se resumisse à criação de um novo arcabouço legal, como se não fosse necessário um instrumental administrativo, na forma de funcionários qualificados, prestigiados, adequa-



damente remunerados, com equipamento tecnológico atualizado e acesso às informações relevantes. Na concepção dominante, tudo isso não passa de detalhe.

O debate público de questões fundamentais para o país se encontra num estado lamentável. E o governo se omite em aspectos fundamentais para o fortalecimento do sistema tributário e da administração pública. Evidentemente, são omissões politicamente motivadas. A fragilidade da administração tributária é altamente conveniente para segmentos poderosos da sociedade brasileira. É essa fragilidade que permite a existência de uma casta de privilegiados, que se comporta como se não tivesse, de fato, obrigações tributárias relevantes.

Durante a gestão de Osiris Lopes Filho, no governo Itamar Franco, a Secretaria da Receita Federal produziu e tomou públicas algumas avaliações sobre o grau de indisciplina tributária dos setores de alta renda no Brasil. Ficou demonstrado que, de maneira geral, os detentores de rendimentos e patrimônio elevados recorrem a uma série de expedientes — a inadimplência, o planejamento tributário, a contestação judicial e a sonegação pura e simples — para escapar de suas obrigações tributárias. Esses estudos da Receita tiveram grande destaque nos meios de comunicação no momento em que foram divulgados.

Mas o destaque foi momentâneo. Veio o governo Fernando Henrique Cardoso e mudou a orientação da Receita Federal, que passou a dar menos ênfase ao combate à evasão. O tema do fortalecimento da administração tributária praticamente sumiu da pauta de discussões. E a discussão da reforma tributária foi retomada sob o pressuposto tácito de que o problema se reduz, essencialmente, à reforma da legislação constitucional e infraconstitucional.

Tudo isso faz parte de um processo mais amplo, de desarticulação do Estado e de desarmamento intelectual

a que temos sido submetidos nessa nossa parte da orla subdesenvolvida do mundo. Para reverter esse processo é preciso, entre outras coisas, que os brasileiros, intelectuais, economistas, jornalistas, políticos e funcionários públicos, tenham a disposição de pensar mais por conta própria, à luz do interesse nacional. Disso faz parte um esforço para perceber o que está realmente acontecendo no mundo e para superar as ilusões e os chavões propagados por essas ideologias da “globalização”, do “fim do Estado nacional”, do predomínio de corporações “transnacionais” desvinculadas das suas origens nacionais, etc. Enquanto não conseguirmos ir além dessas mitificações será muito difícil iniciar uma discussão séria e objetiva de temas prioritários do ponto de vista da reconstrução do Estado brasileiro e do desenvolvimento do país.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. é professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e pesquisador-visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA JR., Paulo Nogueira. “Economia e Ideologia: Aspectos da Questão Tributária”, *Novos Estudos Cebrap*, n.41, mar. 1995.

_____. “Mitos da Globalização”, Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, versão preliminar, mai. 1997 [mimeo].

FERRER, Aldo. *Los Ciclos Económicos en la Argentina: Del Modelo Primario Exportador al Sistema de Hegemonía Financiera*. Buenos Aires, Academia Nacional de Ciencias Económicas, 1995.

FERRO, Marc. *História das Colonizações: Das Conquistas às Independências, Séculos XIII a XX*. São Paulo, Editora Schwarcz, 1996.

GORENDER, Jacob. *Globalização*,

Revolução Tecnológica e Relações de Trabalho. Série Assuntos Internacionais - 47, Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, set. 1996 [mimeo].

HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. *Globalization in Question: The International Economy and the Possibilities of Governance*. Cambridge, U.K., Polity Press, 1996.

INTERNATIONAL Monetary Fund. *World Economic Outlook*. Washington, D.C., May 1996.

KALDOR, Nicholas. “Tributação e Desenvolvimento Econômico”, *Revista Brasileira de Economia*, ano 11, n. 1, mar. 1957.

KRUGMAN, Paul. “The Localization of the World Economy”. In: Paul Krugman, *Pop Internationalism*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1996.

LOPES FILHO, Osiris. “Imposto Bom é Imposto Velho: Entrevista a Bernardo Gouthier de Macedo”, *Novos Estudos Cebrap*, n.42, jul. 1995.

PATEL, Pari & PAVITT, Keith. “Large Firms in the Production of the World’s Technology: An Important Case of ‘Non-Globalisation’”, *Journal of International Business Studies*, Volume 22, Number 1, First Quarter 1991.

SECRETARIA da Receita Federal. “Evasão Fiscal dos Grandes Contribuintes”, Coordenação-Geral do Sistema de Arrecadação, nov. 1993 [mimeo].

_____. “Programa Grandes Fortunas”, Coordenação-Geral do Sistema de Arrecadação, 1994 [mimeo].

TANZI, Vito & SCHUKNECHT, Ludger. *The Growth of Government and the Reform of the State in Industrial Countries*. IMF Working Paper, Fiscal Affairs Department, International Monetary Fund, December 1995 [mimeo].

UNITED Nations Conference on Trade and Development. *World Investment Report 1996: Investment, Trade and International Policy*. Geneva, 1996.

Contra a retórica

A luta contra o neoliberalismo significa assumir o risco de propor políticas que sigam o rumo oposto dos ventos dominantes

LUIZ MARCOS GOMES

A tarefa das forças políticas que se opõem ao neoliberalismo não é somente uma tarefa de denúncia constante e de resistência aos males sociais que ele provoca. É, cada vez mais, uma busca permanente de alternativas concretas à política neoliberal, sob pena de o combate político e ideológico ao receituário neoliberal se transformar em mera retórica.

Todos os acontecimentos deste final de século transformaram profundamente o cenário político e ideológico do planeta, colocando o regime capitalista como realidade quase que imbatível e irrecusável. Ele é novamente apresentado como fenômeno que sempre existiu e que nunca acabará, supostamente por suas qualidades intrínsecas, qualidades estas expressas na noção de mercado. Neste momento, então, para o pensamento dominante, falar-se em socialismo e comunismo passa a ser uma espécie de loucura. E, em termos imediatos, quaisquer contestações às políticas implementadas pela oligarquia financeira -setor hegemônico do capitalismo em escala mundial e nacional- também são vistas como gestos inconseqüentes e, no mínimo, quixotescos.

Temos, porém, nossas próprias referências, independentemente do que o pensamento dominante possa ou não achar delas. De um ponto de vista mais geral, sustentamos uma

visão crítica radical do capitalismo, como regime de exploração e de opressão, baseado na apropriação feita pelos capitalistas da mais-valia gerada pelos trabalhadores no decorrer do processo social de produção. Estrategicamente, não pretendemos apenas remendar, reformar ou "dar uma face humana" ao capitalismo, deixando intocado seu mecanismo básico de exploração da força de trabalho pelo capital -a extração de mais-valia-, que é o fundamento da acumulação capitalista. Nosso objetivo maior é substituir o capitalismo por um regime novo, o socialismo, como transição a uma sociedade social e culturalmente superior e sem classes, o comunismo. Não alimentamos "utopias", isto é, sonhos impossíveis de serem realizados e que não se vinculam à situação concreta que enfrentamos. As contradições do capitalismo são fenômenos objetivos que geram nele permanente instabilidade e crises e que, combinadas com uma estratégia e uma tática corretas, possibilitam a sua transformação revolucionária.

Esta transformação não está, agora, imediatamente, na ordem do dia. Depois de conseguir vitórias memoráveis neste século -entre as quais a Revolução de Outubro, na Rússia, e a Revolução Chinesa-, o campo socialista e popular sofreu grandes derrotas, até se delinear a situação pre-

sente, de ofensiva geral do imperialismo e de predomínio dos interesses da oligarquia financeira, materializados na propaganda e nas políticas neoliberais. Nem por isso, entretanto, devemos perder de vista nossas referências básicas. Necessitamos, como é da tradição do movimento revolucionário, de uma tática política adequada à atual situação, que contemple a presente correlação de forças e que nos ajude a enfrentar este momento ainda adverso, em que o inimigo se encontra na ofensiva. Nossa política não é uma política do "tudo ou nada". Não somos reformistas, mas defendemos quaisquer medidas parciais que, na atual situação, possam impedir a plena consecução das medidas neoliberais e que aliviem a situação difícil das massas. Precisamos explorar o máximo todas as oportunidades em que seja possível sinalizar, ainda que de maneira parcial e limitada, com uma política alternativa ao receituário neoliberal, em termos de conteúdo e de método. Estas oportunidades têm surgido no transcurso das campanhas eleitorais e nas medidas tomadas pelos governos ocupados por frentes de partidos e forças do campo popular e democrático, sobretudo em alguns governos estaduais e municipais com maior repercussão nacional.

Para a população, quais têm sido as diferenças visíveis praticadas por

estes governos estaduais e municipais, que se dizem de oposição, e os demais governos? Pode-se dizer que as diferenças não têm sido grandes. Uma das justificativas para este fato seria a de que a margem de manobra que estes governos efetivamente têm é muito pequena ou quase nenhuma e que, portanto, não podem fazer praticamente nada de diferente. Estão mergulhados numa enorme crise fiscal e financeira, além de ter grande parte de suas receitas comprometidas com a folha de pessoal. Assim, portanto, não lhes sobraria outra alternativa senão a de seguir os mesmos passos que quase todos estão seguindo, de severa contenção de gastos de investimento e de custeio - inclusive nas chamadas áreas sociais - de enxugamento da máquina pública e de priorização absoluta à rolagem da dívida pública.

Não há dúvida de que as dificuldades são grandes, mas nem mesmo por isso as forças que se opõem ao neoliberalismo devem deixar de praticar uma política que sinalize diferenças visíveis com a política neoliberal, sob pena de nos-

sa luta se transformar em pura retórica. Antes de mais nada, temos de abordar a crise social de outra maneira. As pesquisas recentes de opinião pública divulgadas pelos grandes meios de comunicação têm revelado uma reação da população frente à política do atual governo de se concentrar quase que exclusivamente na questão da estabilidade monetária. Estas pesquisas mostram que, atualmente, a primeira preocupação das pessoas é com o problema do desemprego, a chaga mais visível e dramática da crise social. Se esta reação é verdadeira, haveria condições objetivas para se combater a política de privatizações e de "ajuste" da máquina pública praticada pelo governo federal e pela maioria dos governos estaduais, pois são, antes de tudo, políticas alimentadoras do desemprego. O plano real destrói empregos e empurra as pessoas para a insegurança total e a informalidade. Desde sua implantação, de acordo com dados oficiais, já acabou com mais de 750 mil empregos formais no país (1). A única categoria que cres-

ce com o real é a dos ambulantes, uma espécie de último recurso que os trabalhadores desempregados recorrem para tentar sobreviver. Neste quadro geral, a responsabilidade direta do governo é total. As empresas federais privatizadas, desde o governo Collor até o começo de março deste ano, acabaram com cerca de 40 mil empregos diretos ao passarem para o controle do setor privado (2). Nesta cifra não está incluída, por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce que, apenas um mês após ser privatizada, já demitiu 200 trabalhadores em Itabira (MG) (3). Todo mundo sabe qual é a primeira consequência da onda de fusões de empresas, de aquisições de empresas nacionais por grupos estrangeiros e de privatizações em curso: desemprego.

De alguma maneira, quaisquer governos que se opõem ao receituário neoliberal têm de colocar para si, como primeira e principal tarefa, o enfrentamento da crise social e do desemprego. Isso implica garantir uma margem mínima de ação e uma capacidade mínima de investimen-



SOBRE FOTO DO E.L. MEDEIROS



ERTHAL

tos. Surge então a pergunta: onde conseguir estes recursos?

Os meios tradicionais de que se tem valido os governos na tentativa de buscar recursos têm sido a negociação com organismos internacionais de crédito (como BIRD, BID), a tentativa de endividar a máquina do Estado por quaisquer outros mecanismos (lançamento de títulos, invenção de falsos precatórios, etc) e, do lado da despesa, um violento corte até mesmo no custeio de ações básicas como aquelas voltadas para a saúde pública. Além disso, agregue-se uma paranóia permanente em relação ao “enxugamento da máquina”, entendendo-se isso sobretudo como a necessidade de se diminuir drasticamente o número de servidores públicos. Em todo este modelo de “ajuste neoliberal”, o que se nota é que tudo é permitido, exceto tocar nos interesses da oligarquia financeira, que detém e manipula a dívida pública, cujo pagamento e rolagem é considerado o dever número um dos governantes. Não importa, como ocorreu recentemente em Alagoas, se os serviços públicos não funcionam, se os salários dos servidores atrasam até sete meses, se os policiais vão para as ruas vender suas armas sob a alegação de que não têm como sobreviver. Basta o governo não honrar qualquer vencimento da dívida pública, ainda que seja parcela pequena -e Alagoas cometeu o sacrilégio de deixar vencer cerca de R\$ 100 milhões em títulos sem resgatá-los- para vir imediatamente a intervenção do governo federal.

Assim, de um ponto de vista mais geral, a exigência mais premente para se recuperar a margem de ação do Estado e sua capacidade de enfrentamento da crise social é livrá-lo, ainda que de forma parcial e limitada, da prisão e da paralisia que lhe foram e lhe são impostos pelos interesses da oligarquia financeira. Realizar esta tarefa plenamente, hoje, é coisa quase impossível, dado o enorme poder detido atualmente pela oligarquia financeira nos terrenos mundial e na-

cional. O que não significa, porém, que nada pode ser feito e que devemos nos submeter passivamente aos ditames do capital financeiro neste quadro de grave crise social, como tem feito o governo FHC.

Seguindo este raciocínio, o programa apresentado em Santiago, do Chile, no começo de maio passado, pelo professor Roberto Mangabeira Unger, num encontro de forças de esquerda denominado “4a. Reunião de Políticas Alternativas para a América Latina”, é absolutamente recuado e insatisfatório. O programa não coloca a crise social no centro da discussão e não propõe medidas capazes de enfrentá-la. Não critica o programa de privatizações e nem propõe sua interrupção e, o que é pior, sugere usar os recursos das privatizações para abater a dívida pública (4). Coloca, assim, como fato consumado e irrefutável, que as privatizações devem ser feitas -com suas seqüelas de desemprego, etc- para atender os interesses do capital financeiro, que é o verdadeiro dono da dívida pública. Compare-se este programa de Santiago com o que foi apresentado pelo coligação de centro-esquerda na França, e que venceu as últimas eleições, levando o socialista Lionel Jospin à condição de primeiro-ministro. A principal bandeira da coligação foi o compromisso dela criar, no prazo de um ano, cerca de 700 mil empregos, num momento em que a taxa de desemprego na França atinge 12,8% da força de trabalho. Isso tem enorme implicações na política interna e externa francesa, diante das condições impostas pelo Tratado de Maastricht para a criação da moeda européia única, o euro. A coligação do primeiro-ministro Lionel Jospin se encontra numa situação delicada, pois está espremida entre o tratado da União Européia, por um lado, e, por outro, a seus compromissos de campanha, em que se sobressai suas promessas relativas à criação de empregos, que

foram decisivas para sua vitória, como concorda a maioria dos analistas. Como observou Ignacio Ramonet, do “Le Monde Diplomatique”, na França “os cidadãos não aceitam mais o princípio do duplo programa político: o primeiro (aliciante e público) para se eleger e o segundo (arrasador e secreto) para governar” (5).

Enquanto isso, o programa de Santiago praticamente desconhece o problema do desemprego no Brasil, quando os levantamentos de maior credibilidade indicam, atualmente, uma taxa de desemprego de 16% na Região Metropolitana de São Paulo (pesquisa Seade/Dieese) e de mais de 13% na Região metropolitana de Belo Horizonte (pesquisa Fundação João Pinheiro/Dieese) (6), o que dá uma idéia da dimensão que o problema está atingindo em nosso país. Neste caso, o problema não é tanto de retórica, mas de posição muito recuada, em que fica difícil perceber diferenças relevantes com a política neoliberal atual.

LUÍZ MARCOS GOMES é economista e jornalista. Foi editor de economia dos semanários *Opinião e Movimento* e membro do Conselho Federal de Economia de 1987 a 1989.

NOTAS

- (1) “Real já eliminou 755 mil empregos”, Folha de S. Paulo, 28/02/97.
- (2) “Privatizadas cortam 39,6 mil empregos”, Folha de S. Paulo, 03/03/97.
- (3) Folha de S. Paulo, 10/06/97.
- (4) “Esquerda quer capitalismo regulado”, Folha de S. Paulo, 11/05/97.
- (5) Ver o artigo do *Le Monde Diplomatique*, de Ignacio Ramonet, transcrito pela Folha de S. Paulo com o título “França, retorno à esquerda”, 08/06/97.
- (6) “Desemprego atinge 227 mil pessoas”, Estado de Minas, 20/05/97.

A crise do trabalho

A tendência não é de paz e sossego. Às portas da "era de ouro" encontram-se milhões de famintos e um exército de miseráveis

OSVALDO BERTOLINO

Há algum tempo existia uma anedota segundo a qual o problema da agricultura brasileira seria resolvido se o governo fornecesse para cada fazendeiro um trator e um casal de japoneses. O tom jocoso propagava a imagem do brasileiro como um ser de capacidade inferior para o trabalho, partindo de uma afirmação preconceituosa que atribui à nossa suposta inferioridade o problema cultural. Na verdade, nossa jornada de trabalho é uma das mais extensas do mundo.

Entretanto, entre 1985 e 1990 a produtividade na indústria nacional andou para trás ao ritmo de 0,4% ao ano. Em compensação, de 1990 a 1995, segundo o IBGE, a produtividade aumentou 49,5%. Em 1996 o aumento foi de 13,1%, um recorde histórico. Essa grandeza não encontra paralelo na história mundial. Para se ter uma idéia, o Japão, em seu período de crescimento acelerado, entre 1960 e 1975, teve aumento de produtividade anual próximo de 8%. Nos Estados Unidos e na Europa, o ritmo é inferior a 2% ao ano. (1)

Se tomamos de maneira isolada, alguns exemplos ultrapassam o aumento médio de 13,1% de 1996. Em 1990 cada trabalhador da Sharp produziu 14 televisores. Em junho de 1995, o número cresceu para 56. Em 1996, cada trabalhador produziu 70 televisores. O ganho foi de 25% em apenas um ano. A Volkswagem pro-

duzia, em 1995, 29 veículos para cada funcionário. Em 1996, esse número cresceu para 34. O aumento da produtividade foi de 17,2%. A Siemens faturou, em 1995, 1,1 bilhão de dólares e tinha 9.800 funcionários. Em 1996, o faturamento foi de 1,3 bilhão e o quadro de pessoal caiu para 9.000. O aumento de produtividade foi de quase 30%. (2)

Com esses dados cai por terra a tese de que o problema cultural do brasileiro responde pelo atraso que o país vinha enfrentando em termos de produtividade. Qual é, então, a explicação para essa mudança brusca na capacidade de produção da força de trabalho brasileira? Em primeiro lugar, os investimentos em tecnologia, com a importação maciça de máquinas e equipamentos dotados de alta capacidade tecnológica. (Em entrevista ao "Diário do Comércio & Indústria", o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos-Abimaq- Sérgio Magalhães, acusa o governo de isentar de imposto as máquinas importadas e taxar as nacionais em 30%). O grupo suíço-sueco Asea Brown Boveri, fornecedor de 70% dos robôs industriais disponíveis no Brasil, vendeu nos três primeiros meses deste ano mais do que no ano passado inteiro. Os recursos liberados pelo BNDES para a Finame (Agência Especial de Financiamento Industrial)

para a compra de máquinas e equipamentos vem crescendo a um ritmo superior a 100% ao ano desde 1994.

O resultado merece reflexão. No setor têxtil, num sistema de produção com teares convencionais é necessário um trabalhador para cada conjunto de oito a dez máquinas. Com os equipamentos automáticos importados, a relação passa a ser de um funcionário para 24 a 30 máquinas. Os robôs para pintura que o Asea Brown Boveri está fornecendo para todas – literalmente – as montadoras são capazes de, numa única linha, pintar um carro de cada cor num ritmo de 1.000 veículos por dia. São necessários 100 funcionários para supervisionar e controlar toda essa produção. Isso é a metade do que exigia uma linha de pintura em estágio avançado de automação.

A segunda explicação para esse aumento acelerado repousa nas técnicas de organização do trabalho. O envolvimento dos funcionários com a gestão da produção proporcionou substanciais aumentos de produtividade, com redução de quadro. O sistema de equipes de trabalho chega ao ponto de trabalhar sem a figura do chefe imediato, com liberdade para fixar o ritmo da produção, contratar ou demitir colegas e discutir as melhorias no processo. Para ilustrar os efeitos dessas técnicas, basta citar o exemplo da Elida Gibbs, a divisão

de produtos de higiene pessoal da Gessy Lever, que atualmente produz 30% a mais com um quadro de pessoal 35% menor.

Dois outros componentes ajudam a explicar o aumento recorde da produtividade: as horas extras e a terceirização. Segundo a Fundação Seade, desde que a Constituição reduziu a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais dobrou a porcentagem de trabalhadores que fazem horas extras nas indústrias localizadas na região metropolitana de São Paulo. Nos setores de comércio e serviços, o aumento foi de 30%. Com a terceirização, o efeito é o mesmo: as empresas reduzem custos com salários e encargos.

Existe também outro fenômeno chamado por alguns de “terceirização para fora”. Ele ocorre quando uma empresa passa a trazer mais componentes do exterior, em vez de fabricá-los internamente. O efeito é idêntico ao da terceirização. Só que em lugar de um fornecedor interno, busca-se outro lá fora. Segundo o BNDES, entre 1994 e 1995 a participação de matérias-primas importadas no total da produção cresceu mais de 80%.

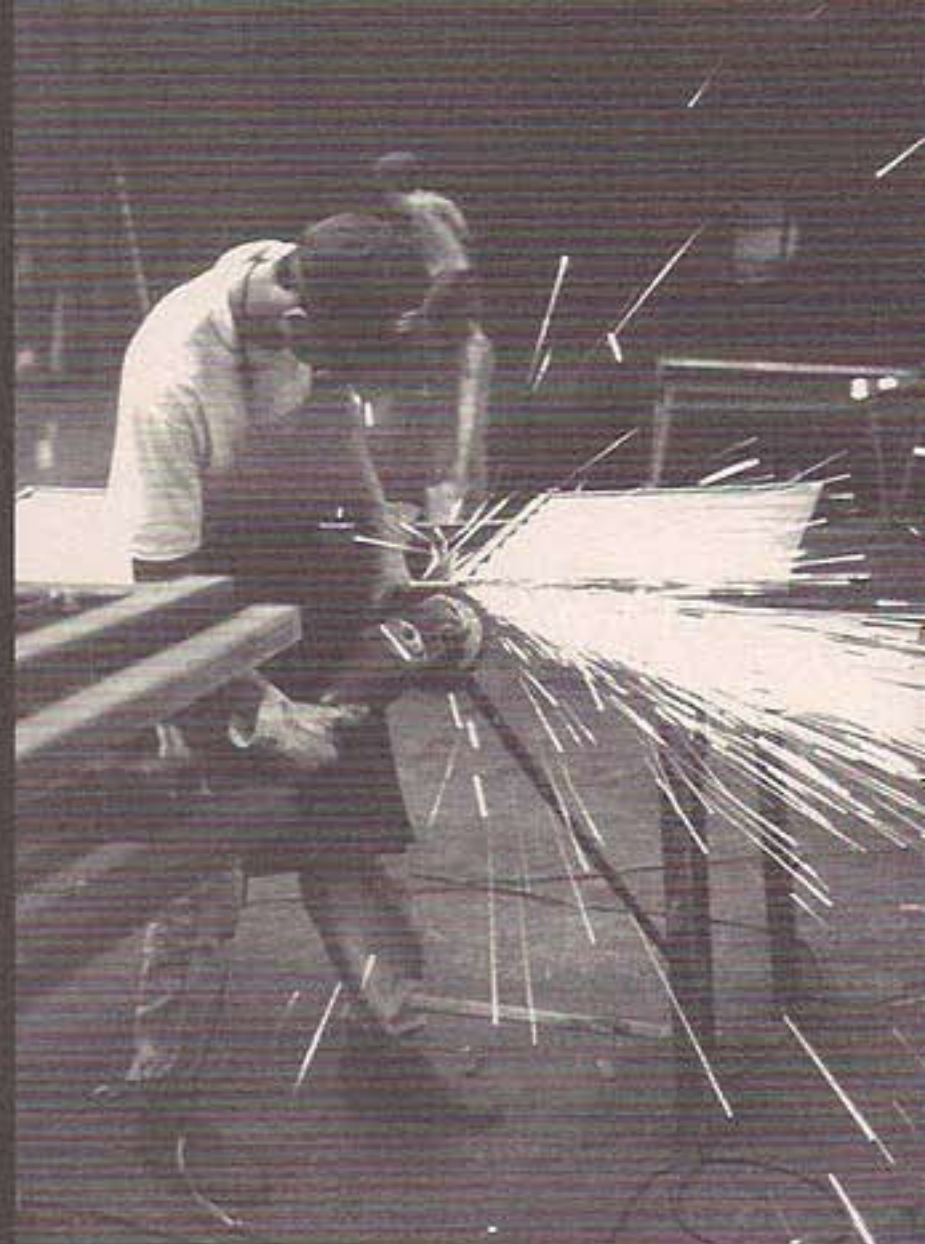
Qualquer que seja o fator, aumento de produtividade significa intensificação da exploração assalariada. Em um badalado trabalho recente, chamado *de A Inserção Externa e o Desenvolvimento*, o diretor da área internacional do Banco Central, Gustavo Franco, disse que “há diversas formas de medir a produtividade”. Não é bem assim. A única forma é aferir se a hora trabalhada ficou mais produtiva. “O melhor critério de medição do crescimento de produtividade é aquilo que se agrega de valor, internamente, por cada hora trabalhada”, afirmou o economista da PUC do Rio de Janeiro, Edward Amadeo, em resposta a Franco numa recente entrevista. Outro que contestou a afirmação do diretor do Banco Central, também numa recente entrevista, foi o presidente da Siemens,

Hermann Wever. “Crescimento de produtividade é aquilo que cada trabalhador brasileiro adiciona de valor por cada hora trabalhada”, disse ele. “O resto é teoria”.

As máquinas modernas por si só não são capazes de aumentar a produtividade. Elas obrigam os trabalhadores a acelerar a velocidade das operações. Com as novas técnicas de organização do trabalho, muitas vezes os intervalos de parada são eliminados. Além da energia muscular, o trabalhador é obrigado a uma concentração maior, o que ocasiona desgaste psicológico. A tensão emocional é constante e as doenças profissionais crescem assustadoramente. São novas formas de exploração assalariada.

O aumento da produtividade, entretanto, não é um recurso novo. O capitalismo conhece três etapas históricas fundamentais do desenvolvimento industrial para a elevação da produtividade: a cooperação simples nas oficinas capitalistas nas quais o processo de trabalho realizava-se ainda com a técnica manual do artesão, a manufatura em que ainda predominava a técnica artesanal mas já com a divisão do trabalho, e a grande indústria baseada no sistema de máquinas. A substituição das máquinas a vapor por outras movidas a diesel e a eletricidade, combinadas com a adoção das técnicas tayloristas-fordistas – a chamada Segunda Revolução Industrial –, elevou a produtividade de maneira extraordinária. Nos Estados Unidos, entre 1920 e 1927, esse aumento foi de 40%.

Os economistas liberais dizem que as novas tecnologias fomentam a produtividade, reduzem custos de produção e aumentam a oferta de produtos baratos que, por sua vez, aumentam o poder aquisitivo, expandem mercados e geram mais empregos. Basicamente tem sido essa a proposta para aplicar políticas econômicas de conteúdo neoliberal. A história mostra que não é



bem assim. Na década de 20, nos Estados Unidos, a renda dos assalariados não cresceu com rapidez suficiente para acompanhar o aumento da produtividade e o resultado foi um desemprego monstruoso e a quebra do mercado de ações em 1929, mergulhando o mundo na mais sinistra depressão da era moderna. Os capitalistas não compreenderam que o seu sucesso era a raiz da crescente crise econômica.

Atualmente, o mundo sente o impacto de uma nova organização da atividade econômica com o advento da Terceira Revolução Industrial, a utilização maciça de computadores e softwares. O potencial de aumento da produtividade dessa nova fase é visto por alguns como a era na qual surgirá o mundo sem trabalhadores. O guru da administração Peter Drucker, um americano cujos livros são festejados por ajudar a simplificar a nova realidade econômica, afirma que “o desaparecimento da mão-de-obra como fator chave da produção emergirá como o crítico assunto pendente da sociedade capitalista”. Ricardo Antunes, no seu livro “Adeus ao Trabalho?”, diz:

“Supor a generalização dessa tendência (a substituição da mão-de-obra por máquinas) sob o capitalismo contemporâneo – nele incluído o enor-

me contingente de trabalhadores do Terceiro Mundo – seria um enorme despropósito e acarretaria como consequência inevitável a própria destruição da economia de mercado, pela incapacidade de integralização do processo de acumulação do capital. Não sendo nem consumidores, nem assalariados, os robôs não poderiam participar do mercado. A simples sobrevivência da economia capitalista estaria, desse modo, comprometida”.

A “metamorfose do trabalho” é um tema sempre presente nas análises econômicas de Marx e Engels. “Sob sua forma máquina (...), o meio de trabalho se torna imediatamente o concorrente do trabalhador. A máquina cria uma população supérflua, isto é, inútil para as necessidades momentâneas da exploração capitalista. (...) Em determinado grau de desenvolvimento, um progresso extraordinário na produção pode ser acompanhado de uma diminuição não só relativa como absoluta do número de ope-

rários empregados”, escreveu Marx em *O Capital*. No artigo *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Engels diz:

“É a força propulsora da anarquia social da produção que converte a capacidade infinita de aperfeiçoamento das máquinas num preceito imperativo, que obriga todo capitalista industrial a melhorar continuamente a sua maquinaria, sob a pena de perecer. Mas melhorar a maquinaria equivale a tornar supérflua uma massa de trabalho humano (...). A expansão dos mercados não pode desenvolver-se ao mesmo ritmo que a produção. A colisão torna-se inevitável”.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels escreveram: “A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção.”

Essas afirmações hoje podem ser consideradas constatações da realida-

de. Com a revolução em curso, há os que dizem que a classe operária está em transição para uma sociedade pós-industrial ou de serviços, na qual o emprego, os estilos e as perspectivas de vida, os materiais e outras coisas serão bem diferentes do que são hoje. O fim da classe operária é contestado pelo historiador Eric Hobsbawm em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, dia 26 de maio de 1991. “Estatisticamente falando, o fim da classe operária não está à vista”, disse. Hobsbawm afirma que no final da década de 80 os operários constituíam uma porcentagem consideravelmente maior da população ativa do que “nos gloriosos dias dos partidos socialistas proletários e social-democratas inspirados no marxismo”.

Eis aí uma questão polêmica sobre a qual é preciso tomar cuidado com qualquer afirmação, sob o risco de cometer uma precipitação. A tendência não é a de uma nova era de prosperidade para todos. Não se pode ignorar que caminhamos para



Fotos: Saulo Pompernyer



uma situação em que haverá apenas poucas pessoas trabalhando com alta tecnologia. Milhões de trabalhadores, em todo o mundo, já foram definitivamente excluídos do mercado formal de trabalho. Previsões sombrias quanto ao futuro partem quase todos os dias de estudiosos dos temas sociais. Mas é possível afirmar com segurança que o aumento da produtividade implica em aumento de renda. O problema está na forma como essa renda é apropriada. Essa contradição elementar remete a reflexão para o atual estágio da evolução da sociedade, cujo ponto central, numa modesta opinião, não é o tamanho da classe operária, mas, sim, o seu papel histórico.

Não é possível imaginar o capitalismo sem classes e luta entre elas. Atualmente, além do desemprego gigantesco, existem muitos fatores que indicam um acirramento dessa luta. Apesar do discurso estar sempre na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC), com ameaça de punição, baixos salários, regimes de superexploração, trabalho escravo de presos e infantil e restrições à liberdade sindical são cada vez mais frequentes no mundo. As empresas dos países industrializados mudam a base de suas operações para tirar vantagem da mão-de-obra barata nas regiões pobres do planeta.

Recentemente a CUT recebeu alguns folhetos de propaganda sobre o potencial lucrativo de alguns paí-

ses. A República Dominicana oferece mão-de-obra a um custo, "incluindo benefícios", de 1 dólar por hora. Bangladesh garante mão-de-obra "produtiva e barata", com a vantagem de que "a lei proíbe a formação de sindicatos e as greves são ilegais". A "flexibilização do mercado de trabalho" para tornar a força de trabalho "competitiva" passou a ser uma bandeira mundial do capitalismo. Na verdade, a "flexibilização" é uma forma de dizer que os salários e os direitos trabalhistas serão reduzidos, utilizando uma palavra menos dura. A "flexibilização" é só para baixo.

O aumento da produtividade do trabalho deveria criar condições para a elevação do bem estar e da cultura da humanidade. A distribuição desses ganhos poderia abrir novas perspectivas de progresso social. Mas o capitalismo impede a utilização dessas possibilidades. Até uma simples redução da jornada de trabalho enfrenta duras resistências. Para os detentores do capital só lhes convém a apropriação dos ganhos de produtividade, e não a distribuição. Com eles, a economia mundial é apresentada como se estivesse entrando numa nova "era de ouro", semelhante aos 40 anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial, ou aos "30 anos gloriosos" que antecederam à Segunda Guerra Mundial.

Segundo essas perspectivas, os dois fatores que caracterizam os períodos de expansão do capitalismo estão presentes agora: abertura de novas fronteiras de investimentos e consumo - a América Latina, a China e o Leste Europeu - e a inovação tecnológica. O presidente americano, Bill Clinton, destaca frequentemente que a biotecnologia gerou mais de 97 mil empregos nos últimos dez anos - uma suposta prova de que as novas tecnologias criam postos de trabalho. O problema é que o dobro desse número em emprego foi eliminado apenas em 1993 nos Estados Unidos.

Esse é um ciclo da economia carregado de contradições. É no mínimo arriscado apostar numa estabilidade geopolítica que servirá de base sólida para a nova "era de ouro". Como se comportarão a China, a América Latina e o Leste Europeu diante das guerras comerciais que se armam entre os blocos imperialistas? E os trabalhadores, que por enquanto já contabilizam um bilhão de desempregados no mundo? São perguntas sobre as quais não se pode dar respostas categóricas. Mas a tendência não é de paz e sossego. Às portas da "era de ouro" encontram-se milhões de famintos e um exército de miseráveis. Alan Greenspan, presidente do banco central americano, recentemente declarou: "A história está cheia de visões de novas eras que, no final, mostraram ser apenas miragem." A fase atual do capitalismo, denominada de neoliberalismo, procura sobreviver com palavras grandiloquentes e vazias para encobrir sua fragilidade. Mas, para terminar, não custa lembrar as palavras de Marx que em outras épocas se mostraram proféticas: "As transformações sociais nunca se realizam graças à fraqueza dos fortes, mas sempre graças à força dos fracos."

OSVALDO BERTOLINO é diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo.

NOTAS

(1) Variação Percentual do Indicador de Produtividade do Número de Horas Pagas na Produção por Classes e Gêneros da Indústria. Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento de Pesquisa/Departamento Indústria (DEIND).

(2) Para melhor visualização sobre a produtividade na indústria de São Paulo ver a publicação da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), *Produtividade e ajuste na indústria paulista*. São Paulo: SEADE, 1995.

A bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946

Sua atuação foi pautada pela defesa dos interesses dos trabalhadores, das forças progressistas e do aprofundamento da democracia

SÉRGIO SOARES BRAGA

Num contexto em que se comemora a passagem dos 75 anos do Partido Comunista do Brasil, é oportuno que os militantes de esquerda em geral, e os comunistas em particular, examinem o conjunto de lutas das quais participaram as forças de esquerda e os comunistas neste século. O conhecimento crítico dessa história deve, por sua vez, ser um componente fundamental na educação teórica marxista de cada militante.

Um dos momentos fundamentais da trajetória de luta dos comunistas brasileiros, foi a participação da bancada do Partido Comunista do Brasil (então PCB) na Assembléia Constituinte de 1946 onde, pela primeira vez na história política do país, uma representação parlamentar comunista teve direito à existência legal. Composta por 14 deputados e um senador, essa bancada era minoritária numa Assembléia Constituinte dominada por grandes partidos conservadores (PSD e UDN), representantes de vários segmentos da classe dominante e da burocracia de Estado.

Para melhor compreendermos a atuação comunista na Assembléia de 1946, é preciso lembrar que a Constituinte foi convocada e funcionou

após o término do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, na qual as forças democráticas do mundo impuseram uma derrota ao bloco nazifascista. Sem compreender esse contexto, não se pode entender a participação da bancada comunista na Constituinte, e a feroz reação conservadora que a acompanhou, e que culminou com a cassação do PCB em maio 1947 e dos mandatos de seus parlamentares em janeiro de 1948.

A convocação da Constituinte de 1946 coroou a luta pela redemocratização do país, travada num quadro de grande polarização e mobilização ideológicas, tanto a nível internacional quanto nacional. No plano internacional, as vitórias dos aliados sobre o nazi-fascismo e a ascensão do prestígio internacional da URSS, criaram condições favoráveis para o recrudescimento do movimento democrático e popular à escala mundial. Essa conjuntura repercutiu no Brasil, onde imperava o regime estadonovista (de triste memória, e que em 10 de novembro de 1997 completará sessenta anos) uma ditadura que, principalmente em seu período inicial, reprimiu ferozmente os comunistas. Com a entrada no

Brasil na guerra, em agosto de 1942, ao lado dos aliados, o quadro político nacional se alterou significativamente, e a repressão aos comunistas, embora ainda intensa, se atenuou um pouco, criando-se as brechas que possibilitaram a reorganização do PCB.

Um marco importante nesse esforço foi a formação da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), responsável pela convocação da “Conferência da Mantiqueira”, em agosto de 1943 onde foi eleita uma nova Direção Nacional do Partido e formulada uma nova linha política, cuja núcleo era a plataforma de “União Nacional” e de apoio ao esforço de guerra do governo. Após a Conferência, na vanguarda do movimento popular e democrático que se alastrou por todo o Brasil, o PCB apresentou um crescimento acelerado, atuando em diversas frentes, o que fez com que o Partido emergisse como uma das principais forças políticas do país em 1945, participando ativamente da luta pela redemocratização, ao lado de outras forças políticas (1).

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas é apeado do poder pelos militares, uma resposta de setores

conservadores do Exército, aliados à UDN e ao governo norte-americano, ao crescimento do movimento democrático e popular no período, e à *radicalização da política populista* efetuada por Vargas no ocaso do Estado Novo, cujos aspectos mais visíveis foram a “lei Malaia” (anti-trust), promulgada em junho de 1945, e a organização de vários comícios queremistas no início de outubro(2). Essa radicalização populista de Vargas, embora não implicasse necessariamente num posicionamento inequívoco do ex-ditador ao lado das forças democrático-populares, significou objetivamente uma tentativa de deslocar sua base de apoio, rumo a uma política trabalhista de centro-esquerda com apelos nacionalistas. Ora, essa inflexão estratégica de Vargas (da qual um dos elementos era sua aproximação com o PCB) apavorou os setores mais conservadores que, associados ao imperialismo norte-americano e à UDN, derrubaram Getúlio a 29 de outubro, e entregaram o poder a José Linhares, um magistrado ligado à UDN, que se encarregou de convocar a Constituinte de 1946.

Um indício de que Getúlio Vargas não estava efetivamente comprometido com um projeto de desenvolvimento democrático-popular para o país, foi seu posterior apoio ao ultra-reacionário candidato presidencial do Partido Social Democrático (PSD), o general Eurico Dutra, eleito presidente da República em 2 de dezembro de 1945, derrotando o candidato da UDN (União Democrática Nacional), brigadeiro Eduardo Gomes. Esse apoio de Vargas à Dutra frustrou a expectativa de Luiz Carlos Prestes e alguns dirigentes comunistas de que o presidente deposto viesse apoiar o candidato do PCB, Iedo Fiúza.

Atemorizados com o crescimento do movimento dos trabalhadores e dos comunistas (3), setores do Exército chefiados por Góis Monteiro e Dutra, “optaram” por uma estratégia inversa à de Vargas, recuando na política “nacionalista-industrializante” do Estado Novo, simultaneamente a um compromisso com setores empresariais (mormente comercial-bancários) de oposição ao regime e à repressão ao movimento popular. No acordo con-

juntural feito por estes vários setores (UDN, burocracia militar, imperialismo norte-americano) para derrubar Vargas, a 29 de outubro, já estavam embutidos, em embrião, os “compromissos” e “coalizões” que caracterizam o governo Dutra, e as diretrizes fundamentais que nortearam a ação deste governo, quais sejam: a) repressão sistemática às forças progressistas e populares; b) alinhamento servil com os EUA no plano da política externa; c) “pacificação geral” entre as classes dominantes (4).

É neste contexto político que é convocada e começa a funcionar a Constituinte: a UDN derrotada nas urnas, o movimento popular e comunista em ascensão, o imperialismo norte-americano pressionando no sentido de um recuo da política industrializante e nacionalista adotada durante o Estado Novo, e a facção hegemônica da burocracia estatal (capitaneada pelos generais Eurico Dutra e Góis Monteiro) procurando por todos os meios “costurar” um acordo com os setores mais conservadores das classes dominantes e com as forças oposicionistas, a fim de reprimir com maior segurança e eficácia o movimento popular e o PCB.

É importante frisar que a Constituinte de 1946 foi convocada *apenas após a derrubada de Vargas*, já que o código eleitoral que regulamentou as eleições de 2 de dezembro (a chamada “Lei Agamenon”) tinha uma redação deliberadamente ambígua em relação à convocação da Constituinte. Sua convocação foi regulamentada pelas leis constitucionais N° 13 (12/11/1945) e N° 15 (26/11/1945), decretadas durante o “governo provisório” de José Linhares. Essas leis estipulavam explicitamente que o Congresso (Câmara e Senado) a ser eleito em 2 de dezembro de 1945 teria a função precípua de elaborar a nova Carta Constitucional, embora durante os



Muitas das propostas defendidas em 46 só vieram a ser adotadas cerca de 40 anos depois, sendo que muitas delas continuam ainda como bandeiras das forças progressistas. Na foto, os constituintes comunistas

trabalhos constituintes permaneceu em vigor a Constituição de 1937. Como se sabe, a Constituinte de 1946 funcionou de 1º de fevereiro de 1946 (data de realização da “1ª Sessão Preparatória” da Assembléia), até o dia 18 de setembro do mesmo ano, quando foi promulgada a nova Carta Constitucional na 180ª Sessão da Constituinte.

Finalmente, cabe destacar um ponto já suficientemente estudado - as distorções causadas na representação política pelo sistema eleitoral vigente no país. Como o aspecto mais visível da organização da representação política na Assembléia são as distorções produzidas pelo sistema eleitoral, vale a pena acrescentar uma tabela ilustrando tais distorções, e suas repercussões na composição partidária da Constituinte de 1946.

Como mostra a tabela, o PCB era a quarta maior força política da Assembléia Constituinte de 1946; não obstante ter tido cerca de 8,6% dos votos válidos, sua bancada era integrada por 1 senador e 15 deputados, totalizando 4,7% dos 338 constituintes (computados titulares e suplentes) que participaram do processo de elaboração constitucional (5). O PCB elegeu parlamentares em seis unidades da federação (Bahia, Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul), sendo que a maior parcela de seus membros (10/16 =

62,5%) estava concentrada na região Sudeste.

Na Bahia, a bancada comunista era formada por **Carlos Marighela**, um dos principais dirigentes da ANL (Aliança Nacional Libertadora) no Estado na década de 30, preso político durante todo o regime estadonovista (1937-1945). Marighela foi suplente de secretário da Mesa da Assembléia, e teve um papel destacado no processo de elaboração constitucional.

A bancada de Pernambuco era formada pelos outros três constituintes eleitos pelo Partido na região Nordeste: **Agostinho de Oliveira**, antigo militante e um dos mais destacados organizadores do PCB durante o Estado Novo; **Alcedo Coutinho**, médico, o membro mais moderado da bancada; e o histórico dirigente **Gregório Bezerra**, uma das principais lideranças populares pernambucanas no pós-30, que teve um importante papel na Constituinte lutando pelo direito de voto aos analfabetos, soldados e sargentos.

O Distrito Federal foi a unidade da federação onde o PCB obteve seu melhor desempenho eleitoral, elegendos 4 constituintes (1 senador e 3 deputados) de um total de 19 parlamentares. Sua bancada era composta por **Luiz Carlos Prestes**, único senador eleito pelo Partido, preso político durante todo o Estado Novo (1936-1945) e principal liderança comunista nacional no período; **Batista Neto**, operário do Arsenal de Marinha e presidente do Comitê Metropolitano do MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores) no Rio de Janeiro-DF, que durante os

trabalhos da Constituinte integrou a “Comissão para o Estudo da Situação dos Trabalhadores da Light”; **João Amazonas**, que participou decisivamente da reorganização do PCB após 1940 e foi um dos principais dirigentes do MUT a nível nacional, tendo sido ainda o deputado federal mais votado no Distrito Federal com 18.379 votos; e **Maurício Grabois**, outro destacado dirigente do PCB durante a clandestinidade estadonovista, ex-dirigente estadual do Partido na Bahia e o segundo deputado mais votado da bancada do Distrito Federal com 15.243 votos. Ele foi o líder da bancada comunista na Constituinte, e o primeiro dentre todos os constituintes a ocupar a tribuna, protestando contra a presença do ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Valdemar Falcão, na presidência das “Sessões de Instalação” da Assembléia.

A bancada do estado do Rio de Janeiro era formada por **Alcides Sabença**, metalúrgico em Volta Redonda e fundador de vários sindicatos naquele estado, e pelo ferroviário e dirigente sindical **Claudino Silva**, único negro dentre os 338 constituintes.

A bancada de São Paulo era composta por 4 deputados, todos eles originários de estados da região Norte e Nordeste do país: o médico **Caires de Brito**, destacado dirigente comunista na Bahia e um dos principais responsáveis pela reorganização do PCB após a “Conferência da Mantiqueira”, tendo sido o único representante do Partido na chamada “Grande Comissão” de Constituição; **Jorge Amado**, que integrou a “Comissão para o Estudo das Indicações”; o ex-sargento do Exército e ex-presos político durante o Estado Novo, **José Maria Crispim**; e o estivador e líder sindical na cidade de Santos-SP, **Oswaldo Pacheco**, que foi o vice-líder da bancada na Constituinte.

Votos Válidos para a Câmara Federal e Composição Partidária da Câmara, do Senado e da Constituinte, 1945-1946 (em porcentagens):				
Partidos	votos válidos %	senadores %	deputados %	Constituintes %
PSD	43,0%	26 (63,5%)	159(53,5%)	185(54,7%)
UDN	26,3%	11 (26,9%)	78 (26,3%)	89(26,6%)
PTB	10,2%	1 (2,4%)	22 (7,4%)	23 (6,8%)
PCB	8,6%	1 (2,4%)	15 (5,1%)	16 (4,7%)
PR/PSP/PDC/PL/ED	11,9%	2 (4,8%)	23 (7,7%)	25 (7,2%)
Total	100,0%	41(100,0%)	297(100,0%)	338(100,0%)
(PSD-UDN)	(69,3%)	(90,4%)	(79,8%)	(81,3%)

Fontes: quadro elaborado a partir dos dados contidos em SOARES (1972: 412) e CAMPOLLO DE SOUZA (1990: 123) e BRAGA (1996).

A bancada do Rio Grande do Sul era composta por **Abílio Fernandes**, metalúrgico e líder sindical no Estado, e por **Trifino Correia**, ex-líder tenentista e integrante da Coluna Prestes, que participou dos trabalhos constituintes por um curto período na condição de 2º suplente.

O PCB diferenciava-se dos demais partidos representados na Assembleia, tanto do ponto de vista da composição social de sua bancada, quanto sob o aspecto das propostas que defendeu, refletindo nessas duas dimensões seu compromisso com as lutas operárias e populares. Do ponto de vista de sua composição social, a bancada comunista era integrada por lideranças políticas originárias de movimentos sociais e reivindicatórios das massas populares nas décadas de 1930 e 1940, a maior parte deles tendo militado na ANL em 1935-1936, e/ou com passagem pela prisão durante o Estado Novo.

Apesar de minoritária, a bancada comunista teve uma intensa par-

ticipação na Constituinte de 46, muitas vezes centralizando e polarizando a atenção do plenário constituinte, com seus representantes efetuando intervenções marcantes.

Assim, logo no começo da Constituinte de 46 os comunistas protestaram veementemente contra a presença do ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Valdemar Falcão, no recinto da Assembleia, exigindo que as sessões de instalação fossem presididas por um dos constituintes eleitos pelo povo, e não por um "corpo estranho" que atentava contra a soberania da Constituinte. Foi também de autoria da bancada comunista o primeiro requerimento apresentado à Constituinte de 1946, apoiando a greve nacional dos bancários, defendido no plenário constituinte por João Amazonas (*Anais da Constituinte*, I: 118).

Outro aspecto de destaque da atuação da bancada comunista nessa **fase inicial da Constituinte de 46**, foi a luta ferrenha pela imediata revogação da Constituição de 1937.

Foi um sintoma do caráter conservador e reacionário dos governos José Linhares e Eurico Dutra o fato de não terem revogado a Carta estadonovista. O PCB, juntamente com parlamentares da UDN, exigiram sua revogação, mas ela seria mantida pela maioria conservadora e serviria para legitimar as medidas repressivas do governo Dutra durante a Constituinte, como a proibição do direito de greve, a anulação de várias eleições sindicais, a proibição e a dissolução a tiros de comícios oposicionistas, a prisão política e tortura de várias lideranças sindicais, e mesmo o assassinato de militantes comunistas.

Uma vez eleita a Mesa da Assembleia, os comunistas tiveram papel ativo na defesa de um **Regimento Interno** que ampliasse o tempo de intervenção dos parlamentares, e assegurasse o direito à manifestação das galerias e dos partidos minoritários. Apesar da luta dos comunistas e outras correntes democráticas, o Regimento Interno da Constituinte conservou vários aspectos reacionários, o que fez com que a bancada declarasse voto contra ele, mormente ao artigo 76, que impedia a Constituinte de elaborar legislação ordinária durante o processo de elaboração constitucional.

Após a elaboração do Regimento Interno, passou-se à **discussão de temas constitucionais em plenário**, acompanhados de debates sobre os assuntos políticos do momento, enquanto a chamada "Grande Comissão" de Constituição(6) encarregava-se de elaborar o anteprojeto que serviria como base para a apresentação de emendas pelos Constituintes.

A bancada comunista declarou voto **contra esse primitivo Projeto da Constituição**, apresentando 180 emendas e apontando vários de seus aspectos



Luís Carlos Prestes, em meio à bancada comunista, com Gregório Bezerra (sentado à sua esquerda) e Carlos Marighela



Em 29 de outubro de 1945 os conservadores e os militares depõem Getúlio, temendo sua radicalização política populista evidenciada pela lei Malaia e pela organização dos "queremistas". Na foto, comício em São Paulo, 1945

reacionários, dentre os quais: (i) negação do direito de voto aos soldados e analfabetos; (ii) o não estabelecimento do critério estritamente proporcional na organização do sistema eleitoral; (iii) a falta de autonomia política aos municípios e a proibição da realização de eleições diretas para a escolha dos governantes em várias cidades importantes; (iv) ausência de separação entre a Igreja e o Estado e a excessiva influência do clero católico conservador na redação dos dispositivos constitucionais; (v) o não-reconhecimento incondicional do direito de greve. Na 86ª sessão da Constituinte, realizada a 17/6/1946, o senador comunista Luiz Carlos Prestes leu longa declaração de voto da bancada contra o Projeto de Constituição (*Anais da Constituinte*, XIII: 363-390), endereçando diversas críticas a ele, a principal delas a de não conter dispositivo capaz de concretizar uma reforma agrária no campo brasileiro.

Por outro lado, nas 180 emendas que apresentaram, os comunistas sugeriram várias modificações eliminando aspectos conservadores do Primitivo Projeto, emendas estas que constituem uma verdadeira Constituição alternativa. Elas foram, na maior parte, rejeitadas

pelos Constituintes ou indeferidas pelo presidente da Assembléia, Fernando de Melo Vianna (PSD/MG), que concentrava tal prerrogativa. No entanto, permanecem como documento do caráter avançado e progressista da luta empreendida pelos comunistas naquele parlamento conservador. Os comunistas defenderam a implantação do parlamentarismo; a extinção do cargo de vice-presidente da República; a laicidade do ensino nas escolas públicas; a ampla liberdade de crença e o livre exercício de cultos; a instituição do divórcio; o fortalecimento das prerrogativas legislativas do Congresso Nacional comparativamente ao Executivo; os mandatos de 2, 4, e 6 anos para deputados, presidente da República e senadores, respectivamente; a concessão ao Estado da faculdade de desapropriar terras que fossem objeto de especulação nas zonas de maior densidade demográfica para fins de Reforma Agrária; a reinversão em território nacional dos lucros obtidos pelas empresas estrangeiras concessionárias de serviço público; a transferência do Senado para a Câmara dos Deputados da competência para autorizar a intervenção federal nos Estados; a partici-

pação dos trabalhadores no lucro e na gestão das empresas; a proibição do trabalho a menores de 14 anos e do trabalho noturno em indústrias insalubres a menores de 18 anos; a organização paritária da Justiça do Trabalho e sua extensão aos trabalhadores do campo; a ampla autonomia e liberdades sindicais; a jornada de trabalho máxima de oito horas; a autonomia político-administrativa do Distrito Federal; a regulamentação da formação de trustes, cartéis, e outras formas de exploração dos consumidores; a nacionalização dos trustes e monopólios que ameaçassem a independência nacional; a proibição aos parlamentares de aceitarem comissões ou empregos remunerados em trustes ou monopólios privados logo após o término dos mandatos; a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo; a adoção de medidas para o desenvolvimento da pequena propriedade e distribuição dos latifúndios; a adoção de várias medidas favoráveis ao aumento da capacidade de arrecadação tributária dos municípios; a consignação de verba para a distribuição de lotes aos camponeses sem terra; a dissolução imediata de todas as polícias políticas remanescentes do

Estado Novo; a concessão do direito de greve aos funcionários públicos; a eleição dos ministros do Supremo Tribunal Federal pela Câmara dos Deputados; a eliminação da necessidade de sanção presidencial para as leis promulgadas pelo Congresso Nacional; a eleição do alto comando das Forças Armadas pela Câmara dos Deputados; a garantia de asilo a todos os perseguidos políticos por defenderem a causa da democracia; a supressão da necessidade de censura prévia para a publicação de livros e periódicos; a extinção do Senado Federal e a implementação do unicameralismo, dentre outras propostas.

Posicionaram-se também contra a indissolubilidade do vínculo matrimonial; a invocação da “proteção de Deus” no preâmbulo da Carta Constitucional; a proibição de eleições diretas no Distrito Federal, nas capitais dos Estados, e nos municípios considerados de “Segurança Nacional”; qualquer tipo de limitação ao direito de greve; a figura jurídica do “estado de sítio preventivo”; a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas; a proibição do direito de voto aos soldados, sargentos e analfabetos; a extensão dos tribunais militares aos civis em caso de crimes contra a segurança interna, dentre inúmeras outras sugestões à Constituição.

Embora, a maior parte das propostas comunistas fossem rejeitadas, a bancada do PCB logrou obter aprovação para algumas delas, como, por exemplo, as de Nº 2277, de Batista Neto (PCB/DF), estipulando que o trabalho noturno teria maior remuneração que o diurno; Nº 3195, de João Amazonas (PCB/DF), acrescentando “Higiene e Se-

gurança do Trabalho” ao elenco de recomendações a serem observadas pela legislação trabalhista; Nº 3134, de Maurício Grabois (PCB/DF), proibindo a extradição de estrangeiros casados com brasileiros ou que tivessem filhos de brasileiros natos; Nº 2890, de Alcedo

Após a conferência da Mantiqueira o PCB apresentou um crescimento acelerado

Coutinho (PCB/PE), determinando a transferência para os municípios de 10% do total do imposto de renda arrecadado pela União; e a de Nº 2850, de Jorge Amado (PCB/SP), isentando de tributos a importação de livros, periódicos e papel de imprensa, tendo também sido aprovada outra emenda de sua autoria assegurando ampla liberdade religiosa e de culto.

As emendas dos parlamentares de todos os partidos serviram de base à elaboração do Projeto Revisto da Constituição, que passou a ser discutido no plenário. Do ponto de vista de seu conteúdo, o Projeto Revisto manteve os dispositivos mais conservadores do anteprojeto, o que levou o deputado Caires de Brito (PCB-SP), em nome da bancada comunista, a ler o “Manifesto da Comissão Executiva do Partido Comunista por uma Constituição Democrática” (XX, 340-344), apresentando dez sugestões básicas (todas rejeitadas) feitas pelo PCB à Constituição, tais como: (i) completa autonomia municipal com eleição direta pelo povo de todos os prefeitos e conselhos municipais; (ii) direito de voto assegurado a todos, inclusive aos analfabetos, soldados e marinheiros; (iii) instituição do sistema parlamentarista de governo e imediata extinção do Senado Federal; (iv) mandatos de curta duração (4 anos para presidente, 2 para deputados e, em caso de permanência do Senado, 6 anos para senador); (v)

contra qualquer limitação ao direito de reunião e de associação política; (vi) pela definição clara e precisa, sem subterfúgios, dos “direitos sociais” e contra o estabelecimento de quaisquer restrições ao direito de greve; (vii) por um novo conceito de propriedade que colocasse os interesses sociais acima dos interesses privados, possibilitando assim a realização de uma ampla reforma agrária e a implementação de medidas contra os *trusts* e monopólios; (viii) revisão imediata de todos os contratos de exploração de minas e concessão de serviços públicos feitos pelo governo brasileiro com empresas nacionais e estrangeiras; (ix) contra qualquer tentativa de incluir na Constituição dispositivos que permitissem a decretação do “estado de sítio preventivo”; (x) anistia ampla e irrestrita a todos os civis e militares punidos por crimes políticos no Brasil.

Fazendo um balanço da atuação dos comunistas na Constituinte de 1946, vimos que ela pautou-se pela defesa dos interesses dos trabalhadores e das forças progressistas em geral, e pela luta pelo *aprofundamento* da democracia e das liberdades políticas com o fito de: a) possibilitar a adoção de um modelo de desenvolvimento social que viabilizasse, mesmo dentro dos quadros do capitalismo periférico brasileiro, um crescimento econômico baseado na afirmação da soberania nacional e na correção progressiva das desigualdades sociais, sendo a realização de uma ampla Reforma Agrária um componente fundamental desse processo; b) criasse um quadro político-jurídico mais democrático, e favorável ao fortalecimento progressivo da organização partidária dos comunistas, com vistas à luta ulterior pela implantação do socialismo.

Entretanto a natureza *avançada e progressista* da plataforma comunista na Constituinte de 1946, entrou

em conflito com a natureza *atrasada e retrógrada* do sistema político brasileiro da época e com os setores das classes dominantes que detinham a hegemonia no governo Dutra. Tal contradição foi um dos determinantes da cassação do Partido Comunista do Brasil em 1947. Numa das operações jurídico-políticas mais vergonhosas da história política brasileira, o PCB foi cassado logo após o término da Constituinte. O sistema político brasileiro (e os setores das classes dominantes beneficiados pelo funcionamento objetivo de tal sistema), ainda não haviam amadurecido o suficiente para admitir a coexistência com uma força avançada como os comunistas. Esse caráter avançado atesta-se pelo fato de que muitas das propostas defendidas pelos comunistas em 46 só vieram a ser adotadas cerca de 40 anos depois, na Constituição de 1988, sendo que muitas delas (como, por exemplo, a Reforma Agrária) continuam ainda como bandeiras das forças progressistas do país nesse final de século XX.

SÉRGIO SOARES BRAGA é professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná.

NOTAS

(1) Não cabe, nos limites deste artigo, reconstituir detalhadamente todos os acontecimentos referentes à redemocratização de 1945-1946 e à atuação do PCB no período. O leitor interessado no aprofundamento das questões aqui abordadas pode consultar a bibliografia básica elencada no final do artigo.

(2) O movimento “queremista” (Queremos Getúlio!) preconizava a realização de eleições presidenciais apenas após a promulgação da nova Constituição, com a manutenção de Getúlio no poder.

(3) É bom lembrar que, além de ser

um período de grande crescimento do PCB, essa fase histórica caracterizou-se também pelo recrudescimento do movimento grevista e sindical, destacando-se a criação do MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores), embrião da organização da Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB), que viria a ser fechada pouco depois pelo governo Dutra.

(4) Foi por esse motivo que a cassação do PCB ocorreu simultaneamente ao “acordo interpartidário” PSD/UDN/PR, o qual foi o responsável pela difusão do mito de que o governo Dutra teria sido um período de “paz social”, quando na realidade caracterizou-se pela repressão sistemática aos trabalhadores e suas organizações.

(5) Na realidade, foram eleitos 1 senador e 14 deputados pela bancada do Partido Comunista do Brasil à Constituinte de 1946. Entretanto, podemos considerar como 16 os parlamentares comunistas que atuaram na Assembléia, já que o segundo suplente de deputado *Trifino Correia (PCB-RS)*, participou dos trabalhos constituintes de março a julho de 1946.

(6) Como é sabido, organizou-se durante a Assembléia Constituinte de 1946 a Comissão da Constituição (também chamada de “Grande Comissão”), que por sua vez se subdividiu em 10 Subcomissões. Além destas, organizaram-se várias “Comissões Ordinárias”, algumas das quais tiveram uma atuação de certa relevância durante o processo de elaboração constitucional.

BIBLIOGRAFIA

ALEM, Silvio Frank (1981). *Os trabalhadores e a redemocratização; estudo sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato (1942-*

1948). Campinas: IFCH/Unicamp (Tese de mestrado).

AMAZONAS, João. (1997). “Socialismo no século XXI”. *A Classe Operária* (140), 17/6/1997, p. 6.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (1996). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Contraponto.

BRAGA, Sérgio Soares. (1996). *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946; um perfil sócio-econômico e regional da Constituinte de 1946*. Campinas: IFCH/Unicamp, Tese de Mestrado, 2 v.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. (1946-1951). *Anais da Assembléia Constituinte de 1946*. Anais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 26 v.

CARONE, Edgard. (1988). *O Estado Novo. (1945-1937)*. 5 ed., Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.

NETTO, Evaristo Giovannetti. (1986). *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo: Ed. Novos Rumos.

REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 6/7. (1996). *Dossiê Constituinte de 1946 (número duplo especial contendo entrevistas com os ex-constituintes de 1946 Jorge Amado, João Amazonas, Batista Neto e Goffredo da Silva Telles Jr.)*. Curitiba.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. (1972). “El sistema electoral y la representacion de los grupos sociales en Brasil, 1945-1962”. In. VVAA (1972). *Teoría, metodología y política del desarrollo de América Latina (segundo seminario latinoamericano para el desarrollo)*. Santiago de Chile, Ediciones Flacso-UNESCO, pp. 403-421.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1990). *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. 3 ed., São Paulo: Alfa-Ômega.

E a Inglaterra teve que devolver a "Pérola do Oriente"

A incorporação de Hong Kong acentua e apressa o prognóstico de que a China será a maior potência econômica do planeta

HAROLDO LIMA

No delta do Rio das Pérolas, em área de antiquíssima coleta de pérolas e de processamento de madeiras aromáticas, situa-se Hong Kong, chamada no Ocidente de "Pérola do Oriente" e que literalmente significa "baía cheirosa". No dia 1 de julho passado, o mundo acompanhou embevecido o espetáculo de cores e fogos, de sons e danças que foi a volta de Hong Kong à China. O cenário era amplo e esplendoroso, a alegria intensa e incontida. A frustração também estava presente, cautelosamente encoberta, nos olhares dos que saíam.

O retorno de Hong Kong à China, depois de 156 anos em mãos inglesas, era um fato histórico. A análise mais detida de como a ilha passou à órbita inglesa e de como voltou à soberania chinesa, as eventuais conseqüências desse retorno, para a China e para o mundo, tudo realça a transcendência desse evento, visto por muitos como o mais importante do final do século XX.

É uma história reveladora. Mostra quão sórdidos foram os métodos usados pelo colonialismo inglês para ampliar seus domínios, aumentar seus lucros e impor a governos fracos tratados leoninos. Salienta como o mundo mudou no curso do tempo,

como um resgate impensável a certa altura se transformou em algo exequível em outro momento, como um Estado prepotente perdeu força enquanto força ganhou uma Nação ultrajada que se apegou a um projeto nacional grandioso. Ensina, ainda, quão fundamental é a combinação da firmeza na defesa de uma meta inarredável com a audácia no emprego de variadas táticas correspondentes às situações existentes.

Uma história de opressão e pilhagem

A Inglaterra, pelo século XVIII, estendia seus tentáculos pelo mundo afora, à cata de mercado, em busca de matérias primas, à procura de negócios. A Companhia das Índias Orientais recebeu do Governo inglês em 1773 a exclusividade na venda de ópio e, em 1793, a de fabricação do mesmo.

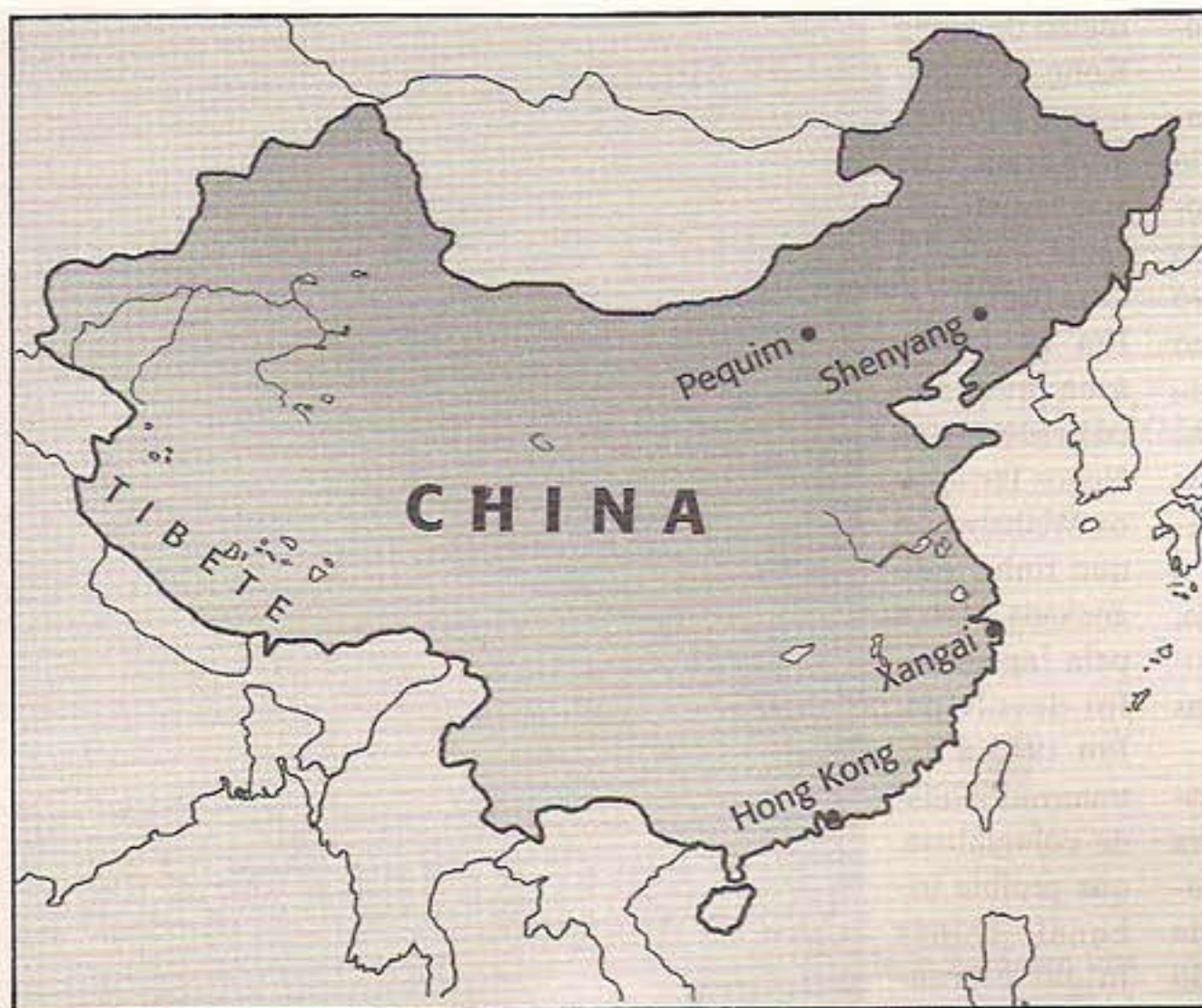
A comercialização desse produto no interior da Inglaterra era proibida e os infratores punidos severamente. A venda era porém liberada para os de fora. E foi assim que se intensificou o fornecimento de ópio à China.

Eram evidentes os prejuízos eco-

nômicos e morais do largo consumo de ópio pelos chineses. Um adágio da época advertia que "a continuar o ópio chegará o tempo em que na China não haverá um soldado capaz de enfrentar um inimigo, nem dinheiro para manter um exército." O crescimento desmesurado do uso da droga levou em determinado instante o Governo imperial chinês a proibir o narcotráfico. Os ingleses não respeitaram a proibição. Os chineses a reiteraram. O desrespeito continuou. E no início de século XIX os narcotraficantes ingleses já contrabandeavam para a China mais de 4.000 caixas de ópio por ano, número que subiu para mais de 40.000 entre os anos de 1821 a 1851(1). A partir de 1820 eles passaram a usar como seguro porto de seus desembarques na China as condições naturais excepcionais da baía de Hong Kong.

Em 1839 o Governo chinês da Dinastia Qing ordenou a queima do ópio encontrado em Guangzhou, onde se situa Hong Kong. O ópio queimado publicamente na praia de Humen consumiu 20.000 caixas.

A represália inglesa não se fez esperar - a guerra. Foi a Primeira Guerra do Ópio contra a China, desencadeada em 1840. Para a pos-



teridade ficou esse registro indelével: a Inglaterra foi à guerra para manter o narcotráfico!

A superioridade bélica da então maior potência do mundo permitiu, em 1841, que tropas britânicas ocupassem parte da ilha de Hong Kong, de onde se estenderam, ameaçando inclusive Nanqui. A 24 de agosto de 1842 a Dinastia Qing foi obrigada a assinar o Tratado de Nanquim, a partir do qual a Inglaterra apoderou-se da ilha de Hong Kong. Na história da China esse é considerado o “primeiro tratado desigual” que a China teve que assinar com a Inglaterra. O sentimento nacional foi atingido em cheio e o fato nunca foi esquecido. Publicação chinesa recente refere-se a esse tratado como “uma ferida no coração do povo chinês”(2).

Mas os imperialistas ingleses não ficaram por aí. Quatorze anos após, em 1856, organizaram uma força mista anglo-francesa e foram a uma Segunda Guerra do Ópio, com o objetivo de ampliar a área invadida à China. Em incursões bandidescas chegaram a Pequim, onde queima-

ram o majestoso Jardim Imperial Yuanmingyuan, numa demonstração impressionante de estupidez e barbarismo, após o que, de novo, forçou a Dinastia Qing a firmar o Acordo de Pequim - o “segundo tratado desigual” - passando a ocupar Kowloon do Sul, uma área de 9,71 quilômetros quadrados em terra firme, defronte de Hong Kong. Finalmente, aproveitando-se da difícil situação em que ficara a China após a guerra com o Japão (1894-1895), o imperialismo britânico voltou a impor à Dinastia Qing o “terceiro tratado desigual”, a 8 de junho de 1898, pelo qual “arrendava” por 99 anos, uma área ao sul do Rio Shenzen, perto de Hong Kong, e mais 235 ilhotas, em um total de 961,5 quilômetros quadrados, que os ingleses passaram a chamar de Novos Territórios. A região de Hong Kong ocupada assim pelos ingleses englobava a ilha de Hong Kong, Kowloon do Sul e esses Novos Territórios, ao todo 1.092 quilômetros quadrados. Só o terceiro tratado, sobre os Novos Territórios, estabelecia prazo para o “arrendamento”, 99 anos. Os

outros dois nem a prazos se referiam. A Inglaterra, como fizera em outras partes do mundo, usou dos métodos mais sórdidos para pilhar essa área.

Sem dúvida o ópio continuou sendo o principal produto comercializado após a ocupação. O volume do comércio naturalmente cresceu, sendo que, entre 1845 e 1849, três quartos de todo o ópio produzido na Índia foi vendido à China, através de Hong Kong.(3) Mas, não só o narcotráfico era a atividade econômica suja ali praticada. Também fazia-se o tráfico de trabalhadores chineses. Camponeses pobres eram seqüestrados no interior do país e transportados como escravos para outros países. Calcula-se que, pelo porto de Hong Kong,

entre 1851 e 1872, foram embarcados como escravos para diversas partes do mundo cerca de 320.000 chineses! (4). Sob o controle inglês Hong Kong começou vivendo sob o signo do narcotráfico e do tráfico de escravos.

Uma resistência prolongada e hábil

A atitude do povo chinês e dos governos da China que se seguiram aos “três tratados desiguais” tiveram uma coerência básica importante: nunca reconheceram legitimidade a nenhum dos três tratados, jamais deixaram de prognosticar o retorno da integridade territorial chinesa e não esconderam do povo a humilhação com que viam a ocupação de parte de seu território. Os escritos chineses sobre Hong Kong são carregados de ressentimento e de denúncia da infâmia de que a China foi e era vítima. Essa postura foi a base da resistência que se prolongou durante 156 anos desde o primeiro tratado, ou por 99 anos, contando do

terceiro. Mudaram muito, entretanto, as formas dessa resistência.

É que o mundo mudou substancialmente nesse período, sobretudo durante o século XX. O colonialismo foi rudemente golpeado pelos povos; um campo social novo surgiu, o socialista; o capitalismo transmuda-se em imperialismo e, imerso em viscerais contradições, promove duas guerras mundiais; guerra prolongada, civil e de libertação, combinadas, fizeram surgir a Nova China, soberana e socialista; findou-se o modelo soviético de socialismo e desabrocharam formas socialistas não autárquicas.

No desdobramento de todas essas drásticas mudanças, a Inglaterra perdeu a hegemonia do campo imperialista e o povo chinês, depois de fundar uma República no início do século e de travar guerra contra forças reacionárias e inimigo externo terminou organizando uma República Popular e caminhando, entre altos e baixos, para o socialismo. Em síntese, a Inglaterra entrou em declínio, embora mantendo grande poder ofensivo, enquanto a China percorreu o caminho de Nação fraca e aviltada a Nação forte e soberana, poderosa pela riqueza populacional incomparável que tem, e respeitada pela força armada agigantada que dispõe.

A resistência prolongada em defesa da região de Hong Kong variou muito, notadamente de acordo com a situação da Nação chinesa. Quando esta era fraca, pleiteava, conseguia pequenos sucessos e a ocupação continuava. Quando ficou forte, consultou suas conveniências, estabeleceu metas, fixou prazos, negociou com flexibilidade e foi para o resgate final.

As negociações realizadas em posição de fraqueza tiveram resultados pífios ou diminutos. Depois da Primeira Guerra Mundial, na Conferência de Paris, em 1919, a parte chinesa propôs a devolução da

região de Hong Kong. A Inglaterra e a França alegaram que este assunto não fazia parte da Conferência. Em 1931 uma área que não constava dos Novos Territórios, Weihaiwei, e que tinha sido anexada à força pela Inglaterra, foi devolvida. Em 1943 a extraterritorialidade colonialista, que proibia tribunal chinês julgar estrangeiros, foi abolida. E em 1941, quando começara a Guerra do Pacífico, novas gestões foram feitas pela China junto ao governo britânico para a devolução de Hong Kong. O resultado: nenhum.

As negociações conduzidas por uma China forte começaram quando surgiu a República Popular da China, em 1949. A partir de então o novo governo chinês fez pública sua posição básica sobre a matéria, salientando dois pontos: "Hong Kong é território chinês"; e "a China não reconhece os três tratados desiguais" (5).

Entretanto a República Popular não se propôs a recuperar logo Hong Kong. Ao contrário, no início do novo regime, Mao Zedong, falando a uma delegação da União Soviética disse que "não tinha razão apressar a solução dos problemas de Hong Kong e Macau." E acrescentou:



"Pelo contrário, seria mais vantajoso aproveitarmos os atuais estatutos desses dois locais, especialmente o de Hong Kong, para desenvolver nossas relações com ultramar, a exportação e a importação" (6). Zhou Enlai, no mesmo período, informou: "Antes da libertação da China, nós decidimos não libertar imediatamente Hong Kong. Isso não significa fraqueza, pelo contrário... Nós estamos construindo o socialismo, e Hong Kong serve de base para contatos econômicos com o exterior, atrair investimentos e ganhar divisas" (7).

Assim é que, em 1963, o governo chinês anunciou publicamente



Foto: José Carlos de Almeida

Na reta final dos quinze anos

Normalmente os contratos imobiliários ou de hipoteca em Hong Kong são assinados por 15 anos. O tratado de arrendamento dos Novos Territórios, com duração prevista de 99 anos, terminaria em 1997. Então, desde o início de 1982, quinze anos antes, nenhum contrato desse tipo foi mais assinado. Os ingleses alarmaram-se e divulgaram que “em Hong Kong surgiu uma onda de pânico”. O ex-Primeiro Ministro inglês, Edward Heath, ainda no início de 1982, foi a Pequim e chegou a um acordo com Deng Xiaoping: era chegado o momento de resolver o problema de Hong Kong. O governo chinês já houvera dito ser necessário “recuperar não somente os Novos Territórios (cujo prazo se esgotava em 1997), mas sim toda a Região de Hong Kong que inclui a ilha de Hong Kong, Kowloon e os Novos Territórios”, a despeito dos tratados de Hong Kong e Kowloon não se referirem a prazo(9).

Ainda em 1982, em setembro, a Primeira Ministra inglesa Margareth Thatcher foi a Pequim para a primeira conversação de cúpula com o governo chinês sobre Hong Kong. Teve, a 24 de setembro de 1982, audiência decisiva com Deng Xiaoping.

Os ingleses haviam elaborado uma proposição sobre Hong Kong, em geral expressa por Margareth Thatcher. A idéia era: “na lei internacional continuam válidos os três tratados em relação a Hong Kong”; estes podem ser revisados de comum acordo, não revogados por uma das partes; a Grã Bretanha admitiria rever a questão da soberania sobre Hong Kong se o governo chinês aceitasse uma fórmula para a administração da região; em suma, faria a “troca da soberania pela administração”; poder-se-ia analisar novo acordo por 50 anos. A Dama de Fer-

sua posição sobre Hong Kong em três pontos: os dois acima vistos e mais um terceiro: “a situação de Hong Kong será resolvida em momento adequado, através de negociações pacíficas”(8).

Desenvolve-se dessa forma uma política chamada de “planejar por longo tempo e aproveitar plenamente”, pela qual o relacionamento com a região de Hong Kong aprofundou-se nos sentidos econômico e cultural, enquanto amadurecia o momento oportuno. A China resolveu, nesse período, tornar reconhecida internacionalmente sua recusa em tratar Hong Kong e Macau como

colônias. Colônia, sustentaram os chineses na ONU, em 1972, são estados que perderam soberania devido ao domínio de países estrangeiros. Hong Kong e Macau são partes inalienáveis do território chinês, ocupadas por países estrangeiros, mas não são colônias. São problemas a serem resolvidos “na esfera da soberania chinesa”. E em novembro de 1972, a 27ª Sessão da Assembleia Geral da ONU votou, por ampla maioria, a retirada de Hong Kong e Macau da relação das colônias existentes. A China começava a ganhar respaldo internacional efetivo.

ro ouviu de Deng Xiaoping respostas cabais a essas posições.

Sobre a questão da soberania disse Deng: "Para falar com franqueza, o assunto da soberania não comporta discussões de nenhuma espécie. As condições já estão maduras e é preciso dizer-lhes em termos explícitos: a China recuperará Hong Kong em 1997"(10). A decisão era final e a Dama de Ferro teve que ouvir ainda: "Se ao cabo dos próximos 15 anos não recuperarmos Hong Kong...o Governo chinês, seja qual for, deveria renunciar ao poder e desaparecer automaticamente do cenário político sem mais alternativa"(10). Deng comunicou à Primeira-Ministra que, "não hoje, mas no mais tardar dentro de um ou dois anos, a China vai declarar publicamente sua decisão de recuperar Hong Kong". E não perdeu a oportunidade para uma sutil ironia: "...a decisão tomada pela China também favorecerá à Inglaterra, pois esta terminará assim em definitivo seu período de dominação colonial, o que lhe valerá comentários positivos no mundo"(10).

Margareth Thatcher sustentou que a eventual declaração de que a China em 1997 iria recuperar Hong Kong "traria conseqüências catastróficas" e provocaria o "surgimento de desordens", ao que Deng Xiaoping pacientemente respondeu: "Quero manifestar à senhora, D. Thatcher, que, ao tomar essa decisão, o Governo chinês considerou todas as situações que possam se apresentar...Que fazer se nos 15 anos da transição ocorrem em Hong Kong graves distúrbios? Em tal caso, o Governo chinês será obrigado a considerar de novo em que momento e de que forma se fará a recuperação"(10). Ficava claro que os 15 anos poderiam ser antecipados e que a forma pacífica poderia deixar de ser. A Primeira Ministra não pode

exibir sua catadura de Dama de Ferro. Deng reafirmou sua posição de "um país, dois sistemas", a prevale-

Em 24 de agosto de 1842 a Inglaterra apoderou-se de Hong Kong que começou a viver sob o signo do narcotráfico e do tráfico de escravos

cer por um tempo determinado, disse que para a China ou Inglaterra "era muito fácil criar uma situação de caos" em Hong Kong, que julgava que isto não deveria acontecer e propôs a abertura de negociações formais sobre a transição dos 15 anos. Aos chineses o encontro pareceu proveitoso. Outra foi a opinião de Margareth Thatcher.

Recém desembarcada em Hong Kong, a Primeira Ministra inglesa ressaltou as divergências havidas na conversa com Deng Xiaoping. Reafirmou o "fundamento jurídico" dos três tratados existentes entre a Grã Bretanha e a China e a impossibilidade da sua revogação unilateral. Disse que a Grã Bretanha sempre cumpriu seus tratados e que a discussão sobre Hong Kong deveria partir de que são "válidos" e "devem ser cumpridos" os três tratados, podendo, de comum acordo, serem alterados. E acrescentou que assumiria "a responsabilidade pelos habitantes de Hong Kong". A resposta chinesa veio logo em seguida, em nota no "Diário do Povo", a 1 de outubro. Dizia que "o povo chinês não podia aceitar, em absoluto, as afirmações da Sra. Thatcher quanto à validade dos três tratados". E que "só o Governo da República Popular da China tem o direito de assumir responsabilidade pelos residentes chineses de Hong Kong". E as negociações, que mal tinham começado, foram paralisadas.

A China voltou-se então à discussão do mérito de sua proposta com os habitantes de Hong Kong.

Em novembro do mesmo ano, divulgou a idéia de "um país, dois sistemas", voltando ao assunto em outras oportunidades, o que levou a proposta sobre o futuro de Hong Kong a ser popularmente discutida na região.

Oito meses passaram-se da conversa Deng- Thatcher e, oficialmente, nada andara. Uma troca de cartas entre os dois governos levou a um acerto inicial sobre o reinício das negociações. E, antes do reinício, em junho de 1983, Deng Xiaoping, em conversa com visitantes de Hong Kong e Macau informou que "se as negociações sino-britânicas não chegarem a um acordo até setembro de 1984, a China anunciará publicamente o seu próprio esquema de solução"(13). A essa posição radicalizante, Deng acrescentou: "é necessário deixar os ingleses saírem da situação embaraçosa", e pautar, em primeiro lugar, o que será feito com Hong Kong depois de 1997. A segunda etapa das negociações começaram em Pequim logo depois, em 12 de julho de 1983.

Foi longa e dificultosa essa segunda etapa. Do seu início, julho de 1983, ao seu final, setembro de 1984, as duas partes fizeram 22 rodadas de conversações. As quatro primeiras foram frustrantes. A parte britânica não tomava conhecimento do que a parte chinesa dizia sobre o futuro de Hong Kong. Aceitava a tese da soberania chinesa sobre a região mas insistia na "troca de soberania por administração", ela "cederia" a soberania mas administraria a região. Em setembro de 1983 as negociações entraram em novo impasse.

Nesse momento crítico visita a China de novo o ex-Primeiro Minis-

tro da Inglaterra, Edward Heath, com quem Deng Xiaoping tem outra conversa. Deng exortou a parte inglesa a abandonar a proposta de “troca de soberania por administração”, dizendo ser isso necessário para se evitar que a parte chinesa, dentro de um ano- outubro de 1984- divulgasse sua solução unilateral para o caso. Na quinta rodada a parte britânica não mais defendeu a referida “troca de soberania por administração”.

Daf por diante, até setembro de 1984, as conversações ganharam ritmo e houve avanços. Os maiores problemas ligaram-se à permanência de tropas chinesas em Hong Kong e à constituição de um órgão conjunto para funcionar durante a transição, pontos com os quais a parte inglesa concordou depois de muita delonga. A 26 de setembro de 1984 ficou pronta a “Declaração Conjunta Sino-Britânica sobre a Questão de Hong Kong”. Margaret Thatcher foi assiná-la oficialmente em Pequim em 19 de dezembro de 1984.

Depois de 1989, novos embaraços surgiram, principalmente, com pretensas iniciativas inglesas de “acelerar a democratização” em Hong Kong, mas com o objetivo real de continuar mantendo sua influência na região. A posição firme dos chineses não permitiu desvio na rota traçada e o retorno se deu na data prevista.

A política do “um país, dois sistemas”

A fórmula que viabilizou o retorno pacífico de Hong Kong à China, o núcleo da “declaração conjunta”, desdobrada depois em “12 políticas fundamentais” e traduzida na “Lei Básica da Região Autônoma Especial de Hong Kong”, aprovada em 4 de abril de 1990, pela Assembleia Popular Nacional da China, foi a de “um país, dois sistemas”. Essa fórmula foi cunhada em 1979 por Deng Xiaoping.

A idéia engenhosa apresentada e defendida por Deng, guarda sintonia com formulações anteriores feitas por Mao Zedong e Zhou Enlai logo depois da proclamação da República Popular em 1949. Mao, na con-

versa já citada com uma delegação soviética, referiu-se às diferenças entre “os assuntos do continente” e os “assuntos mais complicados de Hong Kong e Macau”, opinando pelas vantagens de se aproveitar “os atuais estatutos desses dois locais”. E Zhou, em 1972, falando a visitantes ingleses, externou: “A política sobre Hong Kong vai ser diferente da do interior. Lá prevalecerá o capitalismo”(11).

“Um país, dois sistemas” simplificada significa que, “na República Popular da China, a parte continental pratica o sistema socialista, enquanto que Hong Kong, Macau e Taiwan praticam o sistema capitalista”(12). Essa fórmula prevalecerá, para o caso de Hong Kong, por 50 anos, segundo opinião a que

chegou Deng Xiaoping em reunião com representantes de Hong Kong. A idéia está detalhada nas “12 políticas fundamentais” e na Lei Básica que ressaltam, entre outros, os seguintes pontos: a China volta a assumir a soberania sobre Hong Kong; de acordo com a Constituição chinesa, fica criada a Região Autônoma Especial de Hong Kong, RAEHK; – a RAEHK gozará de alto grau de autonomia, exceto nas relações externas e na defesa; a RAEHK terá poderes executivo, legislativo e judi-



Foto: Boris Kovalenko/Novo Tempo

Um país, dois sistemas” foi a fórmula que viabilizou o retorno de Hong Kong à China. Apresentada e defendida por Deng Xiaoping, ela guarda sintonia com formulações anteriores feitas por Mao Zedong. Na foto, Deng Xiaoping

ciário independentes; os direitos e liberdades atuais serão protegidos por lei; o status de centro financeiro internacional será mantido; o dólar de Hong Kong continuará sua livre conversibilidade; a ordem pública será de responsabilidade local; a RAEHK deve produzir leis que proíbam qualquer ato de traição à Pátria, de secessão, de subversão contra o Governo Popular Central, assim como leis que proíbam organizações estrangeiras de exercerem atividade política na RAEHK; as forças militares chinesas, sediadas em Hong Kong, responsáveis pela defesa, não podem interferir nos assuntos locais; prevalecem o calendário, o Hino Nacional, a Bandeira e o Dia Nacional da Republica Popular da China; o Governo Popular Central não arrecadará impostos; e, finalmente, em caso de guerra, ou de distúrbios que ponham em perigo a unidade ou segurança nacionais, o Governo Popular Central pode, por decreto, ordenar a aplicação das leis nacionais na região.

O retorno de Hong Kong: lições e conseqüências

As lutas de libertação nacional que vieram sobretudo desde o século XIX e atravessaram todo o século XX foram corrigindo, ao preço de muito sangue, as graves distorções deixadas pelas antigas expansões coloniais. A situação de Hong Kong era um desses problemas herdados do passado, especificamente complicado devido à pujança da área em questão. Sua solução, através de negociações demoradas, é um fato novo ocorrido entre países tensionados por questões de soberania. Deng Xiaoping realça esse as-

pecto do caso de Hong Kong, o de ter sido um caminho novo trilhado para resolver uma pendência antiga e crucial. Diz ele: “Esta solução... oferece a todos os países do mundo um exemplo de como resolver os problemas legados pela história. Ao colocar a idéia de “u.n país, dois sistemas”, pensamos também nos métodos que devem ser empregados na solução de litígios internacionais...de difícil solução. Penso que com este método poderiam ser resolvidos alguns desses litígios. Devemos encontrar uma fórmula aceitável para

A China é o desmascaramento da falsidade do discurso neoliberal; tem tudo que ele diz que é anacrônico e não funciona. Lá funciona, e bem

todas as partes interessadas...”(14).

A incorporação de Hong Kong à China traz também inequívocas conseqüências no jogo internacional de forças. A China é a maior potência em ascensão no mundo e Hong Kong ocupou, em 1994, o primeiro lugar na lista das “Dez Maiores Cidades Comerciais do Mundo”(Revista Fortuna). Semelhante fortalecimento imediato e em potencial da China é um fato de alcance ainda imprevisível; inclusive porque a China é uma Nação socialista.

O colapso do leste europeu socialista mostrou os limites de um determinado modelo socialista, que poderíamos chamar, o soviético. Seu traço característico foi a socialização de todos os meios de produção, dos grandes aos pequenos. Isto foi a base do emperramento da administração em geral, especialmente da atividade econômica, que perdia dinamismo pelo gigantismo burocrático da estrutura que a comandava. O enfrentamento da situação com

espírito conservador e rotineiro, por um setor dirigente que perdeu a tempera revolucionária e transformadora, que começara a desfrutar de privilégios, a repetir dogmaticamente frases fora do tempo e a reprimir o povo, particularmente sua atividade criadora, criou o cenário onde se deu o colapso.

O sistema capitalista cuidou de apresentar ao mundo o colapso do modelo soviético de socialismo, que era um tipo determinado de modelo e que se deu a certa altura de seu desenvolvimento, como se

fosse o fim de todo o socialismo. Alardeou que estaria demonstrado as excelências do capitalismo e de sua linha atual, o neoliberalismo. Qualquer coisa que se relacionasse com planejamento, Estado na

economia, estatais, preocupação social, defesa nacional e soberania era estigmatizado como anacrônico. E mais “jurássica”, qualquer coisa seria se tivesse pelo meio partido comunista, marxismo, democracia popular, foice e martelo, centralismo democrático, socialismo enfim.

A China é o desmascaramento contundente da falsidade desse pueril discurso neoliberal. Tem tudo o que o neoliberalismo oficial diz que é anacrônico e não funciona. E lá funciona, e bem. A economia cresce com as taxas mais altas do planeta há 16 anos consecutivos, com partido comunista na direção, socialismo em construção, metas e planos, perspectiva social, Estado na economia, estatais fortes, marxismo e cor vermelha.

Antes do retorno de Hong Kong especialistas previam que, na marcha atual das coisas, a China seria a maior potência econômica do planeta entre os anos de 2015 e 2025. O resgate de Hong Kong, o maior por-

to de containers do mundo, acentua e apressa esse prognóstico. Inclusive porque, pelo caminho por onde retornou Hong Kong, Macau retornará breve e intenso trabalho é feito para o regresso de Taiwan.

A perspectiva de ter na linha de frente da economia mundial um país que empreende um caminho próprio e novo de construção socialista, dirigido por um partido comunista, aparece, no mundo do capital, como um espectro que volta a "rondar a Europa". O sistema capitalista-imperialista vê-se objetivamente ultrapassado nessa corrida ao pódio da produção e do desenvolvimento, seu discurso neoliberal naufraga no mar da vida, especialmente quando o caminho socialista com peculiaridades nacionais, vitorioso na China, vai rompendo barreiras e, também com outras peculiaridades, se desenvolvendo no Vietnã, em Cuba, no Laos e na Coreia, e vai sendo também traçado, estratégica e taticamente, por uma série de partidos comunistas fora do poder, discípulos atentos da História, como o nosso PC do Brasil.

O imperialismo torna-se frenético quando não está em primeiro lugar. De maneira particular os EEUU, que se consideram predestinados ao comando do mundo, e assentam-se numa arrogância granítica, sentem-se traídos por qualquer tendência histórica que lhes retire o título de primeiro e único. E reagem. Como começam a fazer.

Acaba de ser lançado nos EEUU o livro "O iminente conflito com a China", de Richard Bernstein e Ross Munro. O livro foi comentado na revista "Beijing Informa" de julho passado (15).

A análise da revista chinesa mostra o facciosismo da publicação, de onde não escapa nem um Henry Kissinger, visto como "agente chinês", ou um William Perry, ex-secretário de Defesa do primeiro governo Clinton, que teria facilitado o

fortalecimento do Exército chinês. O comentarista documenta que dita publicação aparece em contexto abrasado por denúncias contra a China, em que "tudo que a China faz é criticado". Consta existir em setores estadunidenses uma espécie de "síndrome da falta de inimigos, produto da mentalidade da guerra fria". E que esses setores tratam de "inventar" esse inimigo: "primeiro foi o Japão, depois o Iraque. Agora é a China."

Feitos esses registros o articulista de "Beijing Informa" examina o que pode ocorrer. Diz: "De um ponto de vista sociológico eles (os setores referidos) não estão preparados para a emergência de outra potência." E adiante: "os elementos antichineses poderão criar dificuldades depois da recuperação de Hong Kong, com o fim de obrigar a administração Clinton a intervir nos assuntos de Hong Kong." Pensa o comentarista que Clinton pode conter essa tendência mas, "depois da volta de Hong Kong, não se sabe até onde irá." Dependendo do cenário, haveria "um conflito político atrás de outro", e a "possibilidade de originar-se uma nova guerra fria".

Por último o comentário adverte que "se essas pessoas (antichinesas) chegarem ao governo (dos EEUU) colocar-se-á uma confrontação em escala plena entre a China e os EEUU". E tranquiliza: "Felizmente esse perigo é uma possibilidade remota, pelo menos por agora."

HAROLDO LIMA é membro do Comitê Central do PC do Brasil e deputado federal.

NOTAS

(1) Salvo indicação em contrário, no que se segue, as datas, os indicadores numéricos e os fatos básicos foram retirados de quatro livros (esti-

lo livro de bolso), divulgados em 1997 pela República Popular da China sobre Hong Kong: "A origem e solução da questão de Hong Kong", "A economia de Hong Kong respaldada no continente da Pátria", "Quem criou a prosperidade de Hong Kong" e "A lei básica - O arquétipo da Região Administrativa Especial de Hong Kong".

(2) "A origem e a solução das questões de Hong Kong", pg 13.

(3) "Beijing Informa", número 25, 24 de junho de 1997, pg 19

(4) idem.

(5) "A origem e a solução da questão de Hong Kong", pg 20.

(6) "Revista da Observação", maio de 1997, trecho traduzido do chinês por diplomatas da Embaixada da China no Brasil.

(7) idem.

(8) "A origem e a solução da questão de Hong Kong", pg 21 e "Hong Kong", documento distribuído a 1 de julho de 1997, na Câmara dos Deputados, pela Embaixada da China no Brasil, pg 3.

(9) "A origem e a solução da questão de Hong Kong", pg 29.

(10) Transcrição da conversa de Deng Xiaoping com Margaret Thatcher, in tomo 3 dos "Textos Escolhidos" de Deng Xiaoping, Edições em Línguas Estrangeiras, Pequim, pg 18.

(11) Idem (6).

(12) "Beijing Informa", número 25, 24 de junho de 1997, pg 14.

(13) "A origem e a solução da questão de Hong Kong", pg 50.

(14) Tomo 3 dos "Textos Escolhidos" de Deng Xiaoping, Edições em Línguas Estrangeiras, Pequim, pg 77

(15) "Perigos do neomacrtismo", "Beijing Informa", 27, oito de julho de 1997.

História de uma revolta anunciada

O que está na raiz da crise política da Albânia - o sonho capitalista mostra a sua cara selvagem, as máfias e o assalto à economia popular, levando o país à guerra civil

COMITÉ NEXHMIJE HOXHA

Na segunda quinzena de janeiro, a Albânia explodiu em consequência da bancarrota das pirâmides, uma espécie de investimento miraculoso, engendrado para extorquir a economia popular pelas máfias que passaram a dominar a economia do país. O estopim ardeu sobre o barril de pólvora das contradições, desesperança e mazelas que a população acumulou nos anos da transição de volta para o capitalismo. O relato da crise que publicamos saiu originalmente em abril de 1997, no Bulletin Contre la Repression en Albanie, publicado em Paris pelo Comitê Nexhmije Hoxha. Depois dessa data, a crise evoluiu para a anistia de Fatos Nano, líder do Partido Socialista (ex-comunista), que estava cumprindo pena de 12 anos de prisão, pela realização das eleições de 29 de junho, vencidas pelos ex-comunistas e, finalmente, pela renúncia de Sali Berisha à presidência da república, em 23 de julho (JCR).

Durante os anos 80, a Albânia oferecia a imagem de um bem estar modesto onde a miséria havia sido erradicada. O país foi inteiramente eletrificado desde 1971, os pântanos drenados desde os anos 50, o campo inteiramente irrigado e a cultura em tabuleiros desenvolvida. O país era auto-suficiente em cereais para panificação desde 1976 (atualmente importa 50% do seu consumo), era auto-suficiente em petróleo, produzia e exportava cobre em arame, era o terceiro produtor mundial de cromo. Atualmente, as minas estão fechadas, como todas as fábricas e a maioria das granjas.

Cada aldeia tinha infra-estrutura médica (ambulatório, gabinete dentário, maternidade) e escolar. A universidade de Tirana formava profissionais de bom nível.

A Albânia foi atingida em cheio

pela crise econômica e depois pelo colapso dos "países do Leste" com os quais efetuava a maioria de suas permutas. As condições de vida se deterioraram rapidamente. Os albaneses, ainda que não reconheçam, passavam horas vendo as televisões ocidentais, vitrines da economia de mercado, verdadeiros espelhos-mágicos, e sonhavam com Dallas e os paraísos capitalistas.

Para evitar um banho de sangue, Ramiz Alia renunciou ante as manifestações anti-governamentais. Sali Berisha, apoiado pelos ocidentais, como eles próprios reconhecem, tomou o poder.

O poder de Sali Berisha

Depois de ter sido por 20 anos membro do Partido do Trabalho da Albânia, onde assumiu responsabi-

dades, Sali Berisha prometeu erradicar todas as lembranças do regime anterior. Foi o que ele fez, ou quase fez: distribuiu as terras das fazendas e cooperativas para os camponeses, mas as parcelas são pequenas demais para alimentar uma família já que a irrigação e as centrais de máquinas e tratores foram destruídas. Alguns preferem cultivar o haxixe, a coca, mais rentáveis.

Eleito em 1992, apresentado como um salvador pelos ocidentais, Sali Berisha resolveu assentar seu poder aplicando o velho ditado "dividir para governar". Ele tentou ressuscitar o espírito de clã entre o norte e o sul glorificando práticas ultrapassadas. Assim a *vendetta* (vingança) que só assolava o norte do país, fez em 5 anos dezenas de vítimas, levantando umas famílias contra as outras, reavivando um espírito de clã digno da Idade Média.

Muitas escolas estão em mãos das religiões (islâmica, católica, ortodoxa, ou de numerosas seitas, principalmente, americanas). Através os alunos oferecendo às famílias um dólar por dia. Berisha rodeou-se de uma política secreta e de capangas do norte, isto é, do seu feudo, na maioria egressos de prisão. Eles fizeram reinar a nova ordem, perseguindo jornalistas, artistas, militantes da oposição por todo o país. Os opositores foram raptados

dos, seviciados, assassinados na rua ou nas delegacias. O que provocou, como os nossos leitores sabem, os protestos das organizações internacionais de direitos humanos.

Paralelamente, organizou-se uma verdadeira caça às bruxas vingativa. Os responsáveis pelo regime anterior foram condenados. Assim, Nexhmije Hoxha que ficou mais de 5 anos na prisão por ter recebido o equivalente a 19 francos por dia de pensão de reversão (ver nota) e oferecido "xícaras de café demais". Fatos Nano, dirigente da oposição e primeiro ministro de fevereiro a junho de 1991, foi condenado à 11 anos depois de um processo forjado, etc.

Em 1994, a Albânia ainda vivia sob a constituição de 1976. Era preciso elaborar outra, adaptadas à economia de mercado. Na falta da maioria de 2/3 no parlamento, o projeto de Constituição foi submetido ao sufrágio popular no dia 6 de novembro de 1994: 58,3% disseram não. O Partido Democrático vendo seu poder em perigo, se organizou tendo em vista as eleições legislativas e comunais. A política secreta (SHIK) e os campanhas ampliaram o terror, aumentando a repressão contra a oposição. A lei dita "anti-genocídio e contra os crimes contra a humanidade" permitiu impedir o grande número de opositores de se apresentar nas eleições. Permitiu também, levar ao tribunal e condenar os responsáveis do regime anterior, os heróis da luta de libertação que gozam do respeito do povo. Shefqet Peci morreu na prisão, com 89 anos depois de 20 dias de greve de fome.

A campanha eleitoral se desenrolou em clima de medo e as eleições foram escandalosamente fraudadas, como reconheceram os observadores internacionais.

Depois que o Partido Socialista se retirou das eleições, o congresso albanês ficou com 112 deputados do Partido Democrático, em 140 cadeiras. Lá estão os antigos colaboracionistas da Segunda Guerra Mundial.

Na véspera da queda das pirâmides financeiras, a Albânia é uma república de fachada onde nenhuma instituição é independente de Sali Berisha e seu partido.

O sistema das pirâmides financeiras

Em uma economia devastada, o governo Berisha foi encostado no muro para mostrar a superioridade da economia de mercado apresentada como um novo eldorado. Foi assim que se desenvolveram todas as espécies de tráficos (automóveis, drogas, armas, prostituição, órgãos...) organizados pelas máfias próximas ao poder. Mas nem todos podem ser mafiosos.

Para adiar o desmoronamento econômico do país e assegurar a adesão popular, foi preciso encontrar outra coisa: as sociedades financeiras usurárias, ditas piramidais. Elas surgiram desde 1992 e atingiram o apogeu em 1996. Com elas, os "homens de negócios" sem escrúpulos atingiram o objetivo com uma só tacada. Elas serviram principalmente para lavar dinheiro, inclusive o da máfia, e depois para absorver o dinheiro do povo. Os particulares depositavam suas economias e recebiam os lucros provenientes dos depósitos seguintes. As sociedades prometiam ganhos de 30 a 100% por mês, quando a inflação era de 20% ao ano. E todos venderam seu apartamento, seu rebanho, seus livros, seus móveis, e aplicaram o dinheiro ganho pelos filhos e maridos emigrados." A ajuda da Europa (3 bilhões de francos) foi assim desviada para o

proveito dos membros da nova classe criminosa do país" disse o periódico Almaric - Libération, de 6 de março de 1997.

No dia 17 de novembro de 1996, Vefa Holding festejou seus 5 anos. Seu Presidente, o homem mais rico do país, parente de Sali Berisha, reuniu a imprensa. Agradeceu ao FMI nos seguintes termos: "dê-nos 50.000.000 de dólares, nós os transformaremos em 100.000.000 dólares que poderemos investir na Albânia". O que tinha de acontecer, aconteceu. Sem depósitos suficientes, no dia 20 de dezembro de 1996, Souda, a diretora da sociedade piramidal Sude "sai de férias".

Das manifestações à insurreição

Para compreender bem a natureza dos acontecimentos, é preciso avaliar a angústia dos albaneses. Em um país onde a maioria das pessoas em idade de trabalhar está desempregada, os "juros" eram o único meio de sustentar uma família.

Aqueles que conheceram a Albânia antes só podem ficar perturbados vendo algumas cenas na televisão: na praça Skanderberg em Tirana, uma meninazinha de cerca de 2 anos está deitada sobre cobertas pobres, os transeuntes colocam notas de 1 lek sobre seu peito.

O centro de transfusão de sangue fica repleto de doadores. Um homem declara: "não tenho trabalho, não tenho mais dinheiro para comprar pão, tenho duas crianças para alimentar", uma mulher de 45 anos "nós somos três, é a nossa única fonte de renda".

Os pobres vivem de esmolas em estabelecimentos públicos. Fatin M. tem 55 anos, vive de esmolas depois de ter perdido todas as economias. Ela tem 7 filhos. "Antigamente, diz ela, as coisas eram difíceis, mas pelo menos podia-se comprar o que comer".

A partir de 25 de janeiro, 35.000 pessoas manifestam-se nas ruas de Tirana: "Berisha, devolva-nos o nosso dinheiro, Berisha demissão". Há numerosos feridos na repressão. Berisha acusa os "vermelhos" e os terroristas de manipular os manifestantes.

A polícia secreta (SHIK) e a polícia particular do Partido Democrático fazem reinar o terror, fecham a cidade, multiplicam as prisões dos opositores políticos. Bandidos incendiam a sede do jornal Kona Jone, depois de uma hora de ataque sob os olhos complacentes da polícia. As manifestações da oposição são proibidas. Dirigentes políticos são acusados pela violência das manifestações. Durante um mês, as manifestações se tornaram cada vez mais violentas nas províncias. 500 militantes da oposição são presos em todo o país. Os manifestantes reclamam sempre o seu dinheiro, a demissão de Sali Berisha, a libertação dos prisioneiros, o diálogo com a oposição, eleições antecipadas. Berisha recusa o diálogo, mas promete o reembolso dos depósitos nas sociedades piramidais para o dia 5 de fevereiro. Ninguém acredita. Dezenas de milhares de albaneses acompanham o enterro do primeiro morto à bala e os slogans são cada vez mais políticos. O parlamento reforça os poderes do presidente e

ele manda forças especiais, que são expulsas de Vlora a pedradas. Enquanto as forças tentam prender os estudantes em greve de fome (para conseguir a saída de Berisha, eleições antecipadas e a libertação das pessoas presas durante as manifestações), 30.000 habitantes de Vlora tomam de assalto os quartéis e se apossam das armas. Em 3 e 4 de março, a população de Saranda e Delvine toma as cidades e armas, após duros combates com a polícia em helicópteros. Há dezenas de mortos. Dois pilotos de Migs fogem para a Itália, onde pedem asilo político.

Reforços vindos de Tirana tentam bloquear as estradas para cercar a região. Os *blockhauss* (abrigos) construídos no regime anterior para que o povo pudesse se defender no caso de agressão externa, servem para os insurretos rechaçarem para o norte as forças de Sali Berisha.

Nas cidades, a polícia civil multiplica as provocações. Alguns reconhecem receber 5.000 dólares por cada "ação". Os amotinados tomam todos os portos do sul e principalmente a base marítima da Pacha Liman (Vlora). Um oficial que se recusou a atirar declara "não eram rebeldes ou bandos mas o povo da cidade". Depois disso, os militares fogem, outros passam maciçamente para o lado da população. É tam-

bém o caso da base aérea de Kucova.

Em todas as cidades as sedes do Partido Democrático e da polícia são incendiadas, os entrepostos e as lojas pertencentes às pirâmides são saqueados, assim como os edifícios do Estado. A casa sun-

tuosa de Sali Berisha em Vlora é sistematicamente saqueada.

No dia 12 de março, um quarto do país está controlado pela população. As forças governamentais se retiram a 50 km ao sul de Tirana.

No dia 13 de março, as cidades do norte, Shkodra, Lezna, são controladas pela população que empunha as armas. Só as duas povoações do extremo nordeste apoiam abertamente Sali Berisha.

A insurreição se organiza

É preciso lembrar que os albaneses têm o hábito de possuir armas. É costume nas aldeias, e sob o poder popular, as armas se encontravam nos locais de trabalho e nos colégios. Os albaneses, até o final dos anos 80, aprenderam todos, homens e mulheres, a usar armas.

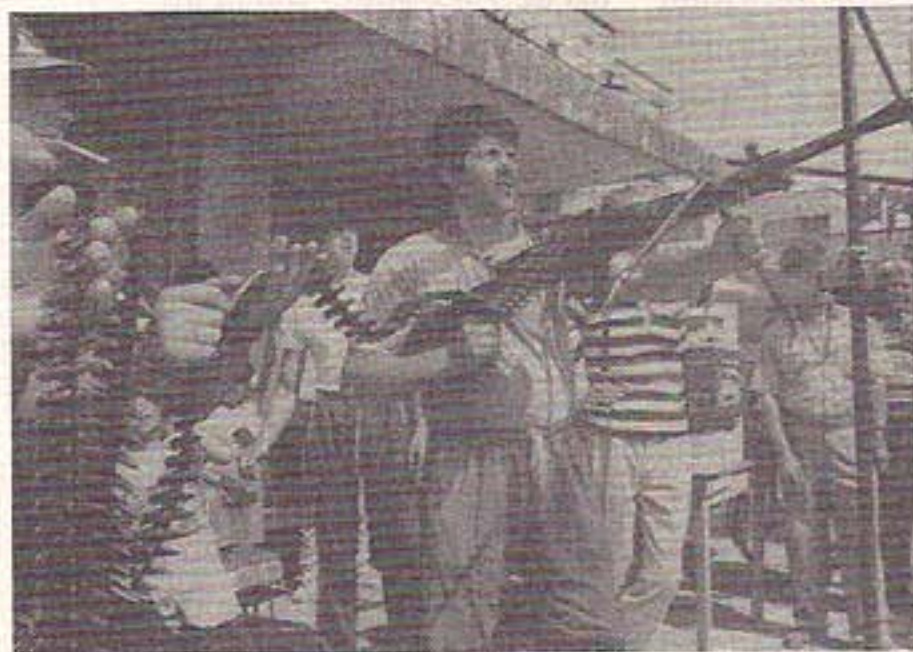
Hoje, eles são recrutados pelos oficiais demitidos por Berisha e pelos que desertaram depois dos acontecimentos populares.

O discurso é sempre o mesmo: "ele roubou nossos votos nas eleições, depois o nosso dinheiro nas pirâmides, agora ele provoca a guerra civil". Por todos os lados, exige-se eleições antecipadas e a demissão de Berisha.

Em Saranda, uma comissão municipal é eleita a partir de 3 de março. Um ex-coronel, expulso do exército há 2 anos, Xhevat Kooiu, desempenha um papel importante, rodeado de "notáveis" da cidade.

Em Vlora, um ex-general, Skender Sera, está no comitê de salvação pública composto de 31 membros e que compreende ex-membros do Partido do Trabalho da Albânia e desertores do poder.

Em Girokaster, um ex-coronel, Agim Ghozita, expulso do exército há 18 meses, está entre as pessoas aprovadas pela população. Todos os representantes das cidades se



Rebeldes comemoram o resultado das eleições que derrotaram Berisha

Reuter

reagruparam em um comitê único que representa todas as cidades amotinadas.

Há reuniões públicas a cada dia nas cidades. As tarefas são múltiplas: "a manutenção da ordem" é uma delas. Os jovens de menos de 16 anos perdem o direito de usar armas. É verdade que houve "loucos do galtilho", balas perdidas, mas a mídia exagerou muito. No princípio, houve "delírios" de alegria, salva de honras nos funerais das vítimas, mortos sempre em consequência das provocações da polícia secreta e das máfias. Os comitês devem assegurar também o abastecimento de víveres. A tarefa mais difícil é sem dúvida tentar neutralizar os mafiosos em Vlora, que é um dos seus maiores redutos e mesmo em Saranda. Eles, nesses lugares, fazem a lei há cinco anos, com a proteção da polícia particular.

O caso especial de Tirana e sua região

Sede do poder, Tirana é desde o início dos acontecimentos, um microcosmo. Durante as primeiras semanas, Sali Berisha se recusa a encarar qualquer solução política. No dia 3 de março, ele destituiu e mandou prender o comandante-chefe dos exércitos e vários oficiais e proclamou o estado de emergência sob o comando do chefe da polícia secreta.

Estabeleceu a censura prévia para toda a mídia e o black out sobre as televisões e rádios FMs estrangeiras. Manda cortar as linhas telefônicas, fechar as escolas e universidades, proibiu a reunião de mais de quatro pessoas e decretou o toque de recolher. A cidade foi cercada. No dia 4 de março ele se faz reeleger Presidente da república pelo

parlamento sob seu comando. Os deputados traziam revólver na cintura, um deles faz a saudação fascista, outro foi repreendido por ter aplaudido sem entusiasmo. Aos insurretos que exigiam sua demissão, ele anuncia a do ministro Aleksander Meksi e de seu governo. No dia 6 de março o Fórum Democrático composto por todos os partidos de oposição propõe um "compromisso moral" para a deposição das armas.

Os Estados Unidos dizem que Berisha deveria renunciar. No dia 9 de março, ele fez um acordo com os europeus, demitiu o chefe do SHIK, anunciou eleições antecipadas e a criação de um governo de reconciliação no qual a oposição irá participar.

As confabulações para a composição do governo duram vários dias; no dia 12 de março, Bashkim Fino (Partido Socialista) foi nomeado primeiro ministro.

O governo compreende, então, representantes de todas as tendências políticas; o ministro do Interior é membro do Partido Democrático, de Berisha.

O novo primeiro ministro quer preservar a ordem constitucional (a constituição ainda não foi aprovada pelo povo!...) e manter Sali Berisha no posto de Presidente para salvaguardar a legalidade (as eleições legislativas foram fraudadas como reconheceram as instâncias internacionais). Os representantes das grandes potências européias se manifestaram nesse sentido. Assim, Sali Berisha teve que recuar ante a pressão popular, mas salvou seu posto e aumentou ao mesmo tempo consideravelmente a força da polícia secreta e de sua milícia particular.

No dia 13 de março em poucas horas, todos os policiais desaparecem misteriosamente de Tirana. Os quartéis são "saqueados" sem nenhuma oposição de nenhuma força

da ordem, por alguns indivíduos e não por toda a população como aconteceu na província. Os depósitos de farinha são saqueados. Os presos saem sem problemas da prisão que os guardas abandonaram. Entre eles, Fatos Nano que veremos em entrevistas na televisão e Ramiz Alia do qual não temos notícia, como dos outros 40 prisioneiros políticos.

No dia seguinte, o salário dos policiais e dos militares é multiplicado por três. Novos policiais são recrutados por 400 dólares por mês, entre eles, desempregados, mafiosos, prisioneiros recentemente saídos de prisões.

Dois dias mais tarde, quando a evacuação dos estrangeiros está terminada, a polícia reaparece. Patrulha Tirana com tanques. Certos policiais usam uniformes novos em folha, outros estão à paisana, e têm atitudes que não correspondem nada ao que se imagina para as forças da ordem. Albaneses privilegiados como os filhos de Sali Berisha e dos membros do Partido Democrático foram embora para a Itália com os estrangeiros, mas há muitos que querem fugir. As imagens da televisão mostram um estranho balé: milhares de pessoas no porto de Durres, mafiosos encapuçados armados exigem dinheiro para os candidatos à partida (3 a 5.000 francos por pessoa) sob os olhos indiferentes da polícia uniformizada que enxotará, depois da saída dos barcos, aqueles que não puderam embarcar. Para ter uma idéia da atmosfera em Tirana, eis palavra por palavra o comentário das imagens do canal de tevê francês, *France 3* no dia 20 de março: "desorganização total das estruturas do Estado, os chefes dos insurretos e as autoridades governamentais não têm a autoridade necessária para exercer o poder. O presidente se agarra à sua cadeira e organizou para sua proteção uma milícia formada pelos membros do seu partido que participa com a polícia das

patrulhas incessantes necessárias para que o toque de recolher seja respeitado. Depois das 19 horas em Tirana, essas forças de ordem heteróclitas fazem imperar sua lei. Na noite passada 17 pessoas foram mortas na capital, das quais 5 crianças. No dia seguinte, os comunicados anunciam 9 mortes e ajustes de contas.

Onde estamos atualmente?

Depois de mais de dois meses de "desordens" na Albânia, os observadores só concordam quanto ao número de mortos - mais de 200 - e de feridos - cerca de 800. A ameaça da guerra civil foi aventada pelo presidente Sali Berisha: os "vermelhos" (Partido Socialista) contra os democratas, o sul contra o norte. Hoje os "vermelhos" em questão governam com Sali Berisha e a população do norte, na sua grande maioria, tem as mesmas exigências que a do sul.

Um jornalista da *Euronews* reconhece que não há nem ódio étnico nem fanatismo nacionalista ou religioso entre a população. Na realidade, não há nenhum ministro de nenhum culto nas manifestações.

Acontece que uma situação objetiva estourou com a queda das pirâmides e que diferentes forças tentam tomar a direção ou controlá-la.

O Comitê Nacional da Salvação Pública (insurretos): Não é contornável porque as delegações européias, assim como o primeiro ministro Bashkim Fino, se encontraram com ele. Esta última reunião terminou em fracasso pois os "insurretos continuam a exigir a saída de Sali Berisha para depor as armas". O presidente espera a deterioração da situação. Com efeito, na falta de uma direção homogênea, as dissensões não podem deixar de aparecer no seio desse comitê que apoia o governo Fino, sob a condição de

que seja capaz de impor reformas democráticas e de pôr fim à corrupção.

Desunido quanto à oportunidade de criar um Conselho presidencial paralelo, o Comitê corre o risco de se separar da população e deixar mais e mais espaço para a máfia.

As máfias: Não têm todos os mesmos interesses. Alguns, como em Tirana, se aliam às forças presidenciais, outros tentam controlar as cidades "insurretas" e pedem a partida de Sali Berisha. É uma encruzilhada importante para o futuro da Albânia. De um lado, o povo que se levantou em um levante anti-máfia, do outro os mafiosos que sonham fazer da Albânia a "Colômbia da Europa".

Na realidade, no dia 27 de março, uma batalha entre os mafiosos e os camponeses atacados teve 18 mortos perto de Fiei.

O Estado: O presidente da república e o governo de reconciliação nacional coabitam, segundo o desejo dos europeus, mas eles não cooperam.

Sali Berisha reforçou consideravelmente a polícia secreta (SHIK) e sua milícia particular que "fazem a lei". Se ele não pode mais exercer o poder por causa do governo, ele o faz por intermédio dos parlamentares (maioria absoluta do seu partido) que convoca para dar as diretrizes. Assim, os deputados já se recusaram a votar duas leis que tinham o objetivo de estabelecer a liberdade de informação. Alei sobre o SHIK que o governo Fino prepara terá o mesmo destino. Os partidos de oposição, os Comitês de Salvação Pública, a população podem não se contentar por muito tempo com essa impotência. O Presidente e o governo só estão unidos em dois pontos. Eles pedem a deposição das armas e a intervenção de uma força internacional.

Os ocidentais: Aí também os interesses divergem. Os Estados Uni-

dos abandonaram Sali Berisha.

A decisão de uma intervenção militar de envergadura com o objetivo de desarmar a população não é fácil.

Jacques Delors fez notar que uma intervenção na Albânia seria perigosa e acarretaria pesadas perdas. Faros Nano declarou a um jornalista que os estrangeiros poderiam ter suas armas tomadas pela população, como aconteceu antes com o exército albanês. (A população está armada e os pequenos abrigos (bunkers) ainda existem).

No dia 26 de março uma missão civil chegou a Tirana composta de técnicos da OSCE, da União Européia e do Conselho da Europa. Ela está encarregada de ajudar na democratização do país, na preparação das eleições. Ela deve também avaliar os meios policiais necessários para restaurar a ordem no país.

A França, a Grécia e a Itália são voluntárias para uma "força militar de proteção".

Finalmente, ninguém pode ignorar a geopolítica dessa região dos Balcãs, herdada da retaliação feita pelas grandes potências no começo do século. 90% dos habitantes do Kosovo e 40% da Macedônia são albaneses.

Enquanto quarenta navios de guerra patrulham no Adriático, o Conselho da ONU, dá seu sinal verde para o "envio de um número reduzido de tropas européias para proteger o auxílio humanitário, sob a direção da Itália". Na realidade um contingente de 2.500 a 5.000 homens.

Escrito em 28/3/1997, e publicado originalmente no Bulletin contra la repression en Albanie, n° 10/11, abril 1997. Tradução para o português realizada por Nair Almeida Salles.

O novo ataque do império

Secretamente, o Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Estados Unidos aprova regras que tornam mais rigorosa a Lei Helms-Burton, que proíbe estrangeiros de negociar com Cuba

JOSÉ CARLOS RUY

A histeria anti-cubana nos Estados Unidos desdobrou-se, nos últimos meses, em ações de governo típicas do velho colonialismo das canhoneiras, que parecia extinto há muito tempo. Característica destes tempos de predomínio direitista, a ofensiva imperialista contra os povos recuperou, na legislação norte-americana, o caduco instituto da extra-territorialidade. Isto é, a imposição das leis de um país aos negócios internos de outros. No passado, as potências coloniais usaram esse instituto para proteger seus súditos ou cidadãos, cujos crimes e infrações eram julgados, não pelas leis dos países onde agiam, quase sempre de forma nociva aos interesses dos povos que os hospedavam, mas pelas leis e juízes da metrópole.

A lei Helms-Burton, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos e sancionada pelo presidente Clinton em julho de 1996 para entrar em vigor seis meses depois, está rigorosamente dentro deste espírito da extra-territorialidade. Ela impede que empresas e cidadãos de outros países, que mantenham negócios com Cuba operem nos Estados Unidos ou vendam para o seu mercado. Isto é, descaradamente, o imperialismo norte-americano afronta o direito internacional, pretendendo que uma lei interna seja cumprida por cidadãos e empresas de outras nações.

A pretensão dos norte-americanos provocou fortes reações, principalmente das nações europeias que, tendo ou não negócios com Cuba, preocupam-se em defender sua soberania e o direito de seus cidadãos e empresas fazerem negócios com todos os povos. No começo deste ano, a União Européia denunciou a lei Helms-Burton perante a Organização Mundial do Comércio (OMC), que nomeou uma comissão para julgar a interpelação. Mas a questão não chegou a ser deliberada pela comissão, pois o governo norte-americano, precavidamente, aceitou um acordo para solucionar a questão, prevendo negociações de uma política comum entre a Europa e os Estados Unidos em relação a Cuba. Os norte-americanos comprometeram-se a alterar a lei, tornando-a mais flexível, e os europeus a retirar a queixa feita junto à OMC.

Entretanto, no mês de maio, numa sessão secreta, o Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou regras que tornaram a lei Helms-Burton ainda mais dura e ao mesmo tempo previu o financiamento de atividades contra o governo cubano (ver em seguida a nota do Partido Comunista de Cuba).

O lobby anti-cubano é forte e atuante nos Estados Unidos, e o governo do presidente Clinton curva-se a

ele. Entretanto, é falsa a imagem de que essa pulsilanimidade seja unânime no país, onde se multiplicam sinais de simpatia para com a pátria de José Martí, Fidel Castro e Che Guevara. Em junho, mais de uma dezena de congressistas norte-americanos iniciaram a discussão de propostas para acabar com o bloqueio de alimentos e atenuar a proibição de exportação de remédios a Cuba. No começo de julho, quando o presidente da Assembléia Nacional de Cuba, Ricardo Alarcon, esteve em Nova York para participar do Encontro da Terra, na ONU, a Igreja Episcopal de Santa Maria, no Harlem, fez um ato de solidariedade a Cuba, com a presença de Alarcon e de representantes da organização Pastores pela Paz, da Brigada Venceremos, dos partidos Mundo Obrero, Comunista e Socialista, integrantes de organizações de Porto Rico, Haiti, República Dominicana e cubanos norte-americanos. O reverendo Robert Castle manifestou o orgulho de sua comunidade em oferecer o local para aquela manifestação. "A bandeira de Cuba está no altar", disse ele, "porque esse lugar significa sacrifício, porque a pequena ilha do Caribe é um símbolo de luta contra o bloqueio dos Estados Unidos".

A imagem anti-castrista dos cubanos emigrados é muito forte, mas pode ser injusta. É forte entre eles a

corrente daqueles que se opõem ao bloqueio norte-americano. Walfrido Moreno, dirigente da Aliança dos Trabalhadores da Comunidade Cubana denuncia o clima de terror imposto pelos grupos cubanos ultradireitistas, que impedem a manifestação livre da opinião daqueles que se opõem à política anti-cubana dos Estados Unidos. Ele calcula que 90% dos cubanos imigrados são contra o bloqueio. Muitos precisam enviar medicamentos para seus parentes em Cuba, mas são impedidos pelos membros da ultradireitista Alpha 66 e a Brigada 2506.

Há sinais de que as ações contra Cuba não se limitam a ações contra o comércio ou suas relações internacionais. Em julho, Cuba tornou-se a primeira nação a fazer uso do direito que a legislação internacional contra armas químicas (a convenção de 1972 e sua complementação de 1991) dá aos países vítimas de agressão biológica de exigir uma reunião consultiva oficial para apurar as suspeitas. Os documentos apresentados pelo governo cubano para justificar seu pedido de investigação mostram que o avião S2R, norte-americano, de matrícula N3093M, sobrevoou a ilha em 21 de outubro de 1996, tendo sido flagrado pela tripulação de um avião da Cubana de Aviación quando borrifava, de maneira intermitente, substâncias desconhecidas sobre o território cubano. Dois meses mais tarde, em dezembro, apareceram na província de Matanzas os primeiros indícios da presença do inseto "thrips palm karny", uma praga que atacava o cultivo de batatas. Mais tarde, comprovou-se que se tratava de uma variedade do inseto nunca então observada em Cuba.

A seguir, a íntegra da nota do Partido Comunista de Cuba sobre a tentativa de tornar a lei Helms-Burton mais rigorosa.

José Carlos Ruy é jornalista.

DOCUMENTO

**O intervencionismo dos Estados Unidos
ameaça Cuba e as nações do mundo**

Aos partidos e organizações amigos

Como vocês já devem ter conhecimento, no dia 6 de maio o Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América do Norte aprovou dez emendas à Lei sobre Reforma da Política Exterior para endurecer o bloqueio contra Cuba e destinar fundos para atividades de subversão interna. Alguns dos projetos se incorporaram à Lei Helms-Burton com o propósito de torná-la ainda mais rigorosa, enquanto outros modificam legislações anteriores.

As emendas tornam mais pesadas as medidas de chantagem e represália contra os países que mantêm relações mutuamente vantajosas com Cuba; aprovam e regulam a destinação de fundos para grupos contra-revolucionários internos; introduzem modificações nas transmissões de rádio e televisão dirigidos ilegalmente para Cuba e abrem precedentes que, de fato, ampliam as prerrogativas do Congresso em matéria de política exterior em detrimento das do Poder Executivo.

Com o objetivo de minimizar qualquer oposição que estas emendas poderiam suscitar em outras instâncias legislativas e executivas, os membros do Comitê de Relações Exteriores da Câmara realizaram todo o processo no mais absoluto sigilo, para apresentá-la como um fato consumado. A imprensa norte-americana, por sua parte, ignorou completamente o assunto. Uma vez alcançado seu objetivo, o pequeno grupo de legisladores de origem cubana, que encabeçava esta ofensiva, divulgou a intenção de produzir legislações adicionais, entre as quais se inclui a cobrança de um imposto das empresas de outros países que comercializem com Cuba.

As atuais manobras anti-cubanas se somam à grande lista de agressões, hostilidades, tentativas de isolamento e asfixia que todos os governos norte-americanos, desde Eisenhower, têm realizado, em vão, para colocar Cuba no caminho de volta ao neocolonialismo. Tais políticas estão condenadas ao fracasso, mas prejudicam e encarecem a obra do povo cubano de construção de um desenvolvimento sustentável com democracia, justiça e igualdade.

Ao denunciar energicamente esta nova escalada de agressões contra nosso povo, o Partido Comunista de Cuba alerta aos partidos e movimentos políticos do mundo que a atitude do governo e do Congresso dos Estados Unidos não se explica exclusivamente pela sua obsessão em destruir a Revolução Cubana. O bloqueio contra Cuba, incluída a Lei Helms-Burton e suas modificações posteriores, é somente a expressão mais evidente e descarada de uma política mundial destinada a afirmar o "direito supremo" que este país se atribui de tutelar as relações internacionais e intervir nos assuntos internos de outros países. Esse processo compreende a afirmação da faculdade de decidir quais devem ser os padrões de conduta de outras nações, as características de seus respectivos sistemas políticos, a composição "adequada" de seus governos e legislaturas, assim como estabelecer as condições em que podem ou não ter acesso ao mercado mundial.

A Lei Helms-Burton e suas propostas de modificação são medidas que não só violam a soberania de Cuba e o direito dos países ao livre comércio, como ratificam os métodos e mecanismos que já estão incorporados ao arsenal dos procedimentos gerais do governo e do Congresso dos Estados Unidos, para serem utilizados contra outras nações, com o objetivo de fazer prevalecer seus interesses mesquinhos no atual processo mundial de redefinição das relações econômicas, políticas e militares.

Paralelamente, é preocupante constatar como um pequeno grupo de legisladores tem a capacidade de impor sua monotemática com a complacência e tolerância do Congresso e do presidente. O pacote legislativo anticubano, aprovado pelo Comitê de Relações Exteriores da Câmara em sessão secreta abre um precedente com graves implicações para o próprio sistema político dos Estados Unidos, especialmente em uma conjuntura onde ganham força, naquele país, correntes recistas, chovinistas e beligerantes de ultradireita. Tais mutações constituem também o germe de um novo foco de insegurança nas relações internacionais, porque legitimam a utilização de processos conspirativos para o projeto da política norte-americana.

Frente a esta nova ofensiva intervencionista dos Estados Unidos, Cuba faz um chamado à solidariedade de outras nações, suas forças políticas e de seus povos. Solidariedade que joga e jogará um papel destacado na defesa dos melhores interesses da humanidade.

Mas essa solidariedade não é apenas com Cuba. Estamos diante de um problema comum que devemos enfrentar unidos: na medida que se permita tal política intervencionista avance com relação a Cuba, o espírito da Lei Helms-Burton se estenderá às relações dos Estados Unidos com o resto do mundo, como já está fazendo em numerosos casos. Por isso, devemos reagir energicamente.

Se for útil ou necessário maiores informações sobre as medidas aprovadas no Comitê da Câmara de Representantes, as Embaixadas de Cuba poderão passar todas as informações a respeito.

Cidade de Havana, junho de 1997

Departamento de Relações Internacionais/Comitê Central do Partido Comunista de Cuba

Neoliberalismo e movimento sindical

O ataque contra a organização dos trabalhadores é demolidor, mas a resistência avança em todos os continentes

SÉRGIO BARROSO

Doutrina do capital financeiro da nossa época, o neoliberalismo - a "globalização" neoliberal - tem significado um ataque arrasador sobre as conquistas sociais e trabalhistas arrancadas das lutas de classes deste século. Mais que isso, há quem diga estarmos vivenciando a completa erosão da civilização, processo que se conjugaria com a efetiva decadência histórica do capitalismo.

Nas raízes da atual ofensiva, combina-se a desregulamentação/expansão dos sistemas financeiros internacionais - dirigida principalmente pela oligarquia financeira norte-americana - ,com a tendência decrescente das taxas médias de crescimento econômico do centro imperialista.

Assim, os países da OCDE tiveram taxas de crescimento de 5% nas décadas de 50 e 60; entre os anos 1971-8, a média caiu para 3,5% nos países que compõem o G-7, de 1979-96, a média anual concentrou-se em torno dos 2,1%. Nesse quadro, chama a atenção o Japão, que encabeça (juntamente com a Alemanha) a contraposição econômica e geopolítica à relativa decadência (Paul Kennedy, *Ascensão e queda das grandes potências*, 1986) do imperialismo norte-americano. De 1971-78 o Japão teve crescimento

médio de 4,5%, caindo 2,4% em fins de 1996.

A projeção para 1997 da OCDE - em meio à intensa polêmica sobre a "recuperação" da economia norte-americana - não pode ser considerada animadora. Os EUA deverão crescer 3,3%, o Japão 2%, a Alemanha 2,4%, a França 2,2%, a Itália 2,2%, o Reino Unido 3,3%, o Canadá 3,3% (Folha de S.Paulo, 22/06/97).

O programa neoliberal passa a reunir condições plenas de aplicabilidade, a partir da decisão unilateral dos Estados Unidos em promover a ruptura com o acordo Bretton-Woods (padrão ouro-dólar), em agosto 1971. À implosão do sistema monetário internacional seguiu-se a paulatina desregulamentação dos sistemas bancários e de mercado de capitais. Mobilidade, liquidez, rentabilidade e especulação desenfreada, conduziram a "uma fenomenal concentração do poder financeiro mundial" (ver o elucidativo trabalho de J. C. Braga, "A financeirização da riqueza - a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais", publicado em 1993).

A "globalização" financeira invade os principais centros de operação especulativa do planeta no de-

correr dos anos 80. E se nos anos 70 a especulação girava cerca de 100 milhões de dólares/dia, atinge 1,5 trilhões dólares/dia em meados dos anos 90; inacreditável, também que, no começo dos anos 90, a soma de ativos financeiros mais propriedades imobiliárias da economia japonesa era igual a 35 trilhões de dólares (ações e títulos correspondentes a 21 trilhões!), enquanto seu PNB significava 3 trilhões de dólares (Braga, idem).

Não sem razão, portanto, a reorientação dos fluxos de comércio mundial faz passar de 20% para 33% o comércio intra-firma (entre empresas multinacionais) do "capital produtivo mundial", entre 1980 e 1994, segundo a ONU.

Para se ter idéia do imenso poder que a "globalização" neoliberal em sua vertente financeira emprestou às multinacionais, em 1992 a GM, a Ford, a Esso, a Shell e a IBM, totalizaram vendas de 526,1 bilhões de dólares, bem mais que os PIBs do Oriente Médio e de toda a África do Norte somados (454,5 bilhões) e todo o complexo empresarial multinacional totalizaram vendas iguais a 5,4 trilhões de dólares - 2,4 trilhões em 1980 - (Banco Mundial, 1995).

Por isso também, não se trata de coincidência a consolidação dos imensos megamercados (blocos econômicos) no final dos anos 80 e no decorrer de toda a década de 90. Subjacentes à grande batalha ideológica de fins deste século, a operação econômica e geopolítica do imperialismo é decisivamente impulsionada pelo colapso do "campo socialista" e pela desintegração da URSS. O fim da bipolaridade mundial alimenta feroz contra-revolução ideológica, demolidora dos valores progressistas e humanistas construídas em todo o século XX. A propaganda fanática do Deus-mercado veio no rastro da derrota do primeiro ciclo das revoluções socialistas.

Os condicionantes político-econômicos e sociais da "globalização" neoliberal impõem exacerbada disputa pelas inovações tecnológicas, levam a ultra-concentração do capital, estabelecendo altíssimo grau de parasitismo financeiro e instabilidade sistêmica. Desigualdades cada vez maiores entre países, regiões e classes sociais, ampliam o fosso que separa o centro do império e a periferia capitalista dependente acumula fatores para a transição de um mundo unipolar, para a multipolaridade baseada hoje na concorrência Japão x Alemanha - União Européia X decadência relativa dos EUA.

Por outro lado, crises profundas originárias do binômio parasitismo/especulação (México na América Latina e Tailândia no sudeste asiático), indicam claramente a tendência da instabilidade sistêmica, principal vetor da configuração oligopólica do capitalismo da nossa época.

Devastação e resistência

A operação para recompor novos padrões de acumulação capitalista, implica numa verdadeira devastação das economias nacionais. Processa um sistemático desmonte do Estado de bem estar social, construído como contraponto aos avanços socialistas

e buscando absorver as grandes lutas dos trabalhadores europeus. Reduz crescentemente os investimentos públicos e estatais, privatiza em larga escala para obtenção de novas fontes de extração de mais-valia.

A desregulamentação geral das economias necessita da flexibilização dos direitos e contratos trabalhistas. Para isso, o credo neoliberal exige um ataque demolidor sobre a organização e a resistência sindicais.

O ataque sobre os trabalhadores - e o trabalho, categoria fundamental do modo de produção capitalista - é brutal e multiforme.

Segundo relatório do próprio Banco Mundial, em 1970 havia 8 milhões de desempregados nos países da OCDE; em 94 passaram a ser 35 milhões. Nos EUA, entre 1978-90, simplesmente desapareceram 1,4 milhões de empregos no setor industrial. Atualmente, questiona-se as estatísticas oficiais para 1997 (4,9%, em 4/97 - Fortune Americas, JB - 6/97); segundo o economista norte-americano Jeremy Rifkin, "existem 6 milhões de pessoas que simplesmente desistiram de procurar emprego, por desesperança", o que elevaria o índice oficial para 9,2% (OESP, 3/7/97). Ainda nos EUA, entre 1973-94 os salários reais caíram 14%, os semanais reais 19% (trabalhadores sem cargo de chefia), enquanto o PNB real per capita cresceu 33% (L. Thurow, "O futuro do capitalismo", 1997).

Entre 1969-73, na França e Alemanha, o desemprego médio era de 2,6% e menos de 1% respectivamente; a previsão da OCDE para 1997 é de 12,4% na França e de 10,4% para a Alemanha (cerca de 4,8 milhões de desempregados, de longe o maior índice desde os anos 30).

Nas décadas de 50 e 60, as taxas médias de desemprego em toda a Europa correspondiam aproximadamente à metade daquelas dos EUA. Em 1995 o desemprego duplicou na maioria dos países europeus em rela-

ção aos EUA (10,8% x 5,4%, em 3/95), tendo a Espanha (23,2%), a Irlanda (14,3%) e a Finlândia (16,8%) triplicado ou quadruplicado. Ainda em 1995, 39% dos desempregados franceses encontravam-se sem conseguir emprego há mais de um ano; 46% de desempregados alemães, "há muito tempo" na mesma situação; e 60% de desempregados irlandeses, dessa mesma maneira. Somam 11% os desempregados norte-americanos há mais de um ano sem trabalho. Ainda assim, os 10% de trabalhadores empregados, da base salarial inferior da Europa, recebem 80% a mais que os salários dos norte-americanos na mesma situação (L. Thurow, idem).

O desmantelamento industrial, as privatizações do chamado ajuste neoliberal proliferam nas economias dos países do leste europeu. Levaram a Hungria, a Polônia e a Bulgária a índices de desemprego de 12,6%, 15,7% e 15%, respectivamente (para 1993, de acordo com o Banco Mundial).

Na Rússia, segundo pesquisa especial da OIT (o governo Ieltsin vinha ocultando e sonogando informações sobre os desempregados), em 1996 havia 17 milhões de desempregados, aproximadamente 25% da população economicamente ativa (Revista Interação, Bertoli - 21/3/97).

Na América Latina, entre 1945-80, a taxa de crescimento econômico médio situou-se na casa dos 5,5%. O período que consolida o programa neoliberal no Continente (1990-96) seus 19 países - incluindo Cuba - obtiveram a média de 3,0%. O próprio Banco Mundial contabiliza 210 milhões de pessoas em estado de pobreza, atualmente, o maior de toda a história da região. Com um PIB de 1,63 trilhão de dólares, a dívida externa alcançou 620 bilhões de dólares em 1996, tendo sido de 470 bilhões em 1992. Com dados oficiais sendo vergonhosamente manipulados, a América Latina concentra hoje 56% da sua PEA no mercado informal. Entre 1990-95, para cada 100 novos empre-

gos, 84 afluam exclusivamente para o setor informal. Os salários médios atuais são inferiores aos níveis de 1980; em 1995 o salário mínimo de 13 países era também inferior ao de 1980 (Seminário Sindicalismo na América Latina, SRI-CUT, 6/97).

A combinação super-exploração do trabalho/precarização, queda nas taxas de sindicalização e violação dos direitos sindicais (inclusive o de greve), com a desorientação de perspectiva resultante da crise do socialismo, entretanto, não têm conseguido bloquear a resistência dos trabalhadores - que avança em todos os continentes.

Na Europa, o predomínio do sindicalismo social-democrata auxilia o postergamento por mais ou menos 10 anos os grandes combates sindicais. A partir de 1992, principalmente, greves gerais e setoriais vem ocorrendo na Itália, na Espanha, na França, em Portugal (CGTP, classista e UGT, amarela), Bélgica, Holanda, de maneira mais expressiva, mas também da Alemanha e Inglaterra.

A defesa das conquistas do Estado de bem estar social, destacadamente quanto as aposentadorias e pensões, bem como a batalha contra a destruição da rede de proteção social (seguridade), é o centro tático da resistência. Mais recentemente, o desemprego passa a ser o móvel para massivas jornadas de luta no teatro de operações da grande burguesia européia.

A crescente degradação social imposta desde os anos 80, pelo programa neoliberal europeu, é amplificada com as enormes restrições do Tratado de Maastricht (1992). O plano de unificação monetária para a vigência do Euro, a moeda única, a partir de 1999, estabelece enormes restrições orçamentárias aos 15 países da União Européia. Inflação de no máximo 3%, dívida pública inferior a 60% do PNB e déficit orçamentário inferior a 3%, implicam, resumidamente, em corte nos gastos públicos e desemprego. Por isso a greve francesa de 23 dias, iniciada pelos ferroviários em luta pela re-

dução do tempo de aposentadoria, que alastrou-se com barricadas, escaramuças, manifestações de revolta por todo o país, pôs em pânico as elites financeiras da Europa. A greve do proletariado francês, onde jogaram maior papel a CGT (classista) e a Force Ouvrière (ecclética, que une trotskistas, conservadores e social-democratas) representou uma desmoralização para o sindicalismo colaboracionista, dando um vivo exemplo da possibilidade de resistência radicalizada.

Seguiram o rastilho francês seguidas mobilizações dos metalúrgicos alemães (IG-Metal/DGB, social-democrata puro-sangue), contra a redução do auxílio-doença que levou à greve 350 mil metalúrgicos, e manifestações gigantescas em favor do aumento salarial zero, em troca de mais empregos (um tal de "pacto pelo emprego", até agora mandado às favas por Kohl). Mas foi a greve dos mineiros e operários da construção civil alemã a manifestação mais importante das últimas décadas. Mais de 10 mil mineiros bloquearam todos os acessos ao palácio do governo, onde, enfurecidos, anularam cerca de 55 mil demissões previstas pelo corte em subsídios àqueles indústrias.

Duraram mais de dois meses a greve com manifestações na França, Espanha e Bélgica, realizada pelos metalúrgicos da Renault, entre janei-

ro e março deste ano, contra o fechamento de uma das unidades daquela multinacional automobilística na Bélgica. Em junho último, uma marcha "pelo emprego, contra a exclusão e a precarização", organizada inicialmente pela CES (Confederação Européia de Sindicatos, hegemonizada pela CIOLS), culminou com uma combativa manifestação de 50 mil trabalhadores em Amsterdã. Preparada nos 15 países da União Européia por dois meses, o ato foi uma renovada atividade internacionalista que misturou raças, idiomas e cartazes significativos: "Marcha contra a Europa do capital", "Pela repartição justa do trabalho e da riqueza", "Trabalhar menos, para que trabalhem todos" etc.

Na Ásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas, tem havido pacto de greves e manifestações radicalizadas, com freqüentes prisões e mesmo assassinatos de trabalhadores e sindicalistas. Mas foi a Coreia do Sul, que realizou a maior greve geral de toda a sua história - o acontecimento de maior repercussão internacional. O país passa por um movimento de reorganização sindical a cerca de 10 anos. Os sindicatos (na Coreia, por empresa) chegaram ao número de 5.000, foi organizada a KCTU (Independente, combativa) em oposição a única central oficial permitida. Foi ela que encabeçou uma greve



Foto: Olivier Jobard

fortíssima durante cerca de três semanas, contra o pacote do governo para aumentar a jornada de trabalho para 56 horas semanais, instituiu o contrato temporário de trabalho, negava a liberdade de organização sindical. Cerca de 100 mil trabalhadores chegaram a se concentrar em Seul para finalmente revogar o pacote da escravidão neoliberal.

Na América Latina, passou a virar mandamento divino a flexibilização dos contratos de trabalho, os mecanismos de facilitação das demissões (denúncia unilateral pelos governos da convenção 157 da OIT) e a pulverização das negociações coletivas.

O desemprego, que se alastra, não tem impedido também o avanço das lutas de resistência. Greve gerais, de categorias, paralisações e manifestações contra as privatizações, vem ocorrendo na Bolívia, no Uruguai, Paraguai, no Brasil, na Argentina e no Equador, de maneira mais significativa, mas também, presentes no México, Chile e Venezuela. Ressalta-se o caso da CGT Argentina (peronista) onde o deslocamento da central do governo Menem, depois de cinco anos de conchavos e co-gestão com programa neoliberal, e juntamente à CTA (Social-democrata hegemonicamente) e ao MTA (peronista dissidente) organizou duas poderosas greves gerais. Com o desemprego oficial beirando aos 20%, o incremento de mais "500 mil pobres" apenas em 1996 em Buenos Aires e revoltas generalizadas em inúmeros Estados, restou à CGT uma viragem à oposição.

No final de 1996, a Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CUT, Força Sindical e CGT do Brasil, CUT do Chile e Paraguai, do Uruguai e COB da Bolívia), organismo criado em 1986 pela Orit-Ciols, realizou o primeiro protesto pelos direitos dos trabalhadores do Mercosul, com greves e manifestações nos quatro países do bloco. Tem-se em vista uma

Jornada Continental centrada na redução das horas semanais de trabalho.

Problemas da estratégia e da tática

O crescimento visível da resistência e das lutas dos trabalhadores, marcadamente de sentido defensivo, não alteram a essência da correlação de forças amplamente hegemônicas pela ofensiva neoliberal. No quadro atual, persiste a posição estratégica defensiva do movimento operário revolucionário. China, Vietnã e Cuba,

Lutas sindicais e resultados eleitorais positivos apontam para a construção de alternativas à ofensiva do capital e ajudam a desmascarar a difundida tese sobre o caráter irreversível da "globalização"

principalmente, diante do cerco econômico neoliberal, necessitam combinar diversas formas de propriedade e de relações na produção, para manter a rota socialista. De efeitos subjetivos e ideológicos ainda não compreensíveis para as grandes massas trabalhadoras - assim como sujeitas às imprevisibilidades desta nossa época, a crise e as mudanças na luta socialista aparecem como uma regressão.

De outra parte, foram os combates franceses sem vacilação que influíram decisivamente na derrota acachapante de Chirac-Juppé para a coligação de esquerda nas últimas eleições. A aparentemente inofensiva greve dos mineiros da Alemanha, obrigaram o governo de Kohl a alterar contas frente às exigências de Maastricht - dado a soma vultuosa de recursos necessários para manter subsídios às antigas minas de carvão. Já a greve coreana cumpriu destacado papel no desmascaramento da superexploração dos trabalhadores,

num país conhecido como o "tigre que cresce".

Dessa forma, a tarefa do movimento sindical classista, mantenedor da perspectiva socialista, é fortalecer e ampliar a tática de resistência ativa contra a ofensiva neoliberal. É combater de maneira inflexível a capitulação social-democrática - que exala mofo neoliberal - de negociar sem lutar ou da prioridade ao "propositivismo" enganoso.

Em janeiro deste ano, em contato com centrais sindicais europeias, chamou nossa atenção o reaparecimento do surrado discurso "autonomista". Expressivos dirigentes da CGIL (maioria do PDS, Partido da Refundação Comunista, e outras correntes), das Comissões Obreras (ex-PC, independentes, PC e outros), CFDT (PSF, social-democracia conservadora e outros), falaram repetidamente contra as "ingerências dos partidos", as "correias de transmissão", sobre proibições estatutárias em permitir que dirigentes nacionais

de partidos de extração operária façam parte de órgãos dirigentes das centrais, etc.

Essa cantilena neoliberal, que também encontra acolhida em alguns ideólogos do sindicalismo petista - tem dois objetivos principais: combater a larga tradição comunista de influência mundial no sindicalismo, utilizando suas próprias "correias de transmissão" liquidacionistas para o movimento de massas; e bloquear uma direção conseqüente, que já aparece de radicalização da resistência pelos trabalhadores.

Relata-se ainda um movimento de insatisfação com o atual papel da CIOLS em seu interior. Discordâncias com a condução de Bill Jordan (da central britânica TUC) a secretaria geral da organização, resultaram em mais de 50% dos votos delegados depositados em branco, no congresso mundial realizado no co-

meço deste ano. A propósito, Jordan é típico representante da burocracia sindical anticomunista. Há alterações no comando da AFL-CIO norte-americana, que esteve presente nos dois atos internacionais organizados pela Coordenadoria das Centrais do Cone Sul (em Fortaleza), e com a participação da Orit, em Belo Horizonte onde várias bandeiras ianques foram queimadas; no ano passado, e de maneira inédita, a central norte-americana deu apoio concreto à greve geral convocada pela CUT, empurrando com isso a Força Sindical. A Confederação Europeia de Sindicatos, referida acima, tem buscado ações mais ousadas, principalmente em relação ao desemprego e o crescimento da xenofobia e o racismo. Na América Latina, a Orit-CIOLS dá passos no sentido do isolamento político da CTM (mexicana) e da CTV (venezuelana), grandes organizações e os maiores sarcófagos de pelegos do Continente. Em congresso realizado também no começo deste ano, uma aliança de vários setores (incluindo a CUT-Brasil), trocou o presidente mexicano de décadas, por um canadense "socialdemocratizado".

O ambiente reacionário da "globalização" neoliberal e a correlação de forças, vão sendo fustigados por uma crescente insatisfação dos povos em todo o mundo. As lutas sindicais e resultados eleitorais positivos recentes (Montevideu, Buenos Aires, Índia, Itália, Inglaterra, França e capital do México, principalmente), acumulam condições para a construção de alternativas à ofensiva da grande burguesia, colaboram para o desmascaramento da difundida tese sobre o caráter irreversível da "globalização", generalizada pelo movimento sindical.

Para o sindicalismo classista, é parte constitutiva da luta ideológica atual o combate à farsa desta premisa. Esta afirmação leva ao fatalismo da barbárie, desarma para a luta e conduz à capitulação. Sobre a base da revolução técnico-científica - esta

sim impulsionadora do desenvolvimento das forças produtivas -, vivemos uma espécie de auge da ditadura política da oligarquia financeira mundial, maniatada pela tríade EUA - Japão - Alemanha, o denominado "oligopólio mundial" do francês Chesnais. Portanto, a proposta de lutar por governos de caráter frentista, de plataformas táticas antineoliberais, devem passar à agenda classista pela compreensão da necessidade de reduzir a virulência dos ataques aos trabalhadores e acumular forças para derrotar o neoliberalismo.

Sem abrir mão da defesa da renovação revolucionária do socialismo, o que se encontra na ordem do dia é uma arrojada operação política para minar por toda a parte, a atual correlação de forças. E começar a invertê-la.

Nas batalhas sindicais em curso, merecem atenção especial do sindicalismo classista: 1) A luta pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. Com a "globalização" do desemprego, e também a generalização do aumento de horas trabalhadas na indústria e nos serviços (caso do Brasil e de inúmeros países dependentes), amadureceram as condições para campanhas continentais e mundial pelo emprego e redução da jornada. 2) Há uma justa mobilização para encontros sindicais internacionais. Participando destas iniciativas, devemos aproveitar o máximo a troca de experiências, para propor diversas formas de luta e atividades em categorias de ramos de atividades similares, destacadamente os setores da metalurgia e química. 3) Sempre presente no dia a dia das tarefas sindicais, a questão da negociação - principalmente a tripartite - através das centrais ou confederações, vem se configurando uma tática, seja patronal - governamental ou do sindicalismo conciliador. A reafirmação do caráter unitário e de luta do sindicalismo classista, não pode dar trégua à negociações ilusórias e de resultados invisíveis. Sendo fundamental persistir no princípio político de subordinar a negociação à mobilização

enraizada nas bases sindicais, com suas diversas formas de luta.

SÉRGIO BARROSO é integrante da executiva nacional da CUT e da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC).

GLOSSÁRIO

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
 G-7 - Grupo dos SETE (EUA, Alemanha, Japão, França, Reino Unido, Itália e Canadá)

PNB - Produto Nacional Bruto

PEA - População Economicamente Ativa

SRI - CUT - Secretaria de Relações Internacionais da CUT-Brasil

CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical
 UGT - União Geral dos Trabalhadores, Portugal

CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores, França

Force Ouvrière-Força Operária, França
 IG-Metal - Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da Alemanha

CIOLS - Confederação Internacional das organizações Sindicais Livres

CGIL - Confederação Geral dos Trabalhadores Italianos

Comisiones Obreras - (CCOO) - Comissões Operárias, Espanha

CFDT - Confederação Francesa Democrática do Trabalho

OIT - Organização Internacional do Trabalho

CGT - Confederação Geral do Trabalho, Argentina

MTA - Movimento dos Trabalhadores da Argentina

CUT - Central Única dos Trabalhadores do Chile

PIT-CNT - Plenário Intersindical dos Trabalhadores - Convenção Nacional dos Trabalhadores, Uruguai

COB - Central Operária Boliviana

ORIT - Organização Interamericana dos Trabalhadores - CIOLS

Niemeyer,

um arquiteto com

"as montanhas do Rio nos olhos"

POR CARLOS POMPE

O arquiteto Oscar Niemeyer nasceu em dezembro de 1907. Sua obra é considerada a mais alta expressão da arquitetura moderna brasileira. Niemeyer foi grandemente influenciado por Le Corbusier, que afirmou que ele tem "as montanhas do Rio nos olhos". Seus trabalhos também se referenciam à arte colonial barroca e ao estilo decorativo português dos azulejos. Entre suas obras mais importantes destacam-se o pavilhão brasileiro da Feira Internacional de Nova York de 1939, que afirmou a arquitetura moderna brasileira no exterior; o conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte (1942-3); o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, São Paulo (1947), além de inúmeros monumentos - inclusive um que está sendo realizado atualmente em Cuba. Integrou as equipes internacionais que projetaram o Ministério da Educação e Saúde, hoje Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, e a sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York. Tem obras na Venezuela, Alemanha, Itália, Israel, Líbano, Argélia, Gana, França, Portugal, Rússia, dentre outros países. Recebeu vários prêmios internacionais. Brasília, a capital projetada por Niemeyer, foi inaugurada em 21 de abril de 1960 e em 1987 declarada patrimônio histórico da humanidade pela Unesco.

O arquiteto, que sempre reafirma suas convicções comunistas, concedeu esta entrevista a **Princípios** em junho, em seu escritório no Edifício Ypiranga, avenida Atlântica, Copacabana.

No que você está trabalhando atualmente?

Niemeyer: Estou com o projeto de um prédio em São Paulo, outro em Portugal. Sempre mantive a minha relação de trabalho sem envolvimento com a política. Sempre contatos profissionais. Não posso me queixar. No Memorial da América Latina, por exemplo, os vãos eram grandes. Mas na ponte sobre a rua, por economia, eu previ uma coluna. Com a obra quase pronta, verifiquei que havia uma contradição. Era preciso retirar a coluna do meio da ponte. Os colegas e construtores disseram que isso seria impossível, criaria muitas críticas. Contra a opinião deles, fui ao Quêrcia que, compreensivo, aceitou a minha proposta. A coluna foi retirada e a ponte suspensa com um tirante externo. Eu gosto de escrever, e agora fiz um pequeno conto. Um passa tempo como outro qualquer. É a história de um professor que quer escrever um livro mostrando que o Universo não foi feito para nós, e dele fazemos parte, humildes, insignificantes. Ele cria um grupo, e como a história se passa no tempo do Médici, a política os envolve e a briga começa. Darci Ribeiro fez um pequeno prefácio e os amigos insistem para que eu o publique.

Qual o balanço que você faz da arquitetura brasileira?

Niemeyer: É grande a influência da nossa arquitetura. Até na obra do Le Corbusier influenciou. Isso se verifica nos seus últimos trabalhos. É o que diz seu amigo, o pintor Ozenfant, no seu livro de memórias "Le Corbusier, a partir de certa data deixou de lado o ângulo reto, que tanto o entusiasmava, seguindo uma arquitetura que vem de fora, com muito talento". Agora mesmo vou fazer uma palestra na Argentina, para atender a um abaixo assinado de 700 arquitetos de La Plata, que para isso me convidam. Gosto de falar aos

estudantes e dizer-lhes que a arquitetura é importante, mas muito mais importante é a vida, a família, os amigos e mudar esse mundo tão injusto que vivemos.

Qual foi o grande momento da sua vida profissional?

Niemeyer: Talvez quando eu terminei os meus projetos na Europa, sentindo que minha arquitetura era compreendida, que criava surpresas. Para os estudantes, sempre digo que não basta ser um bom profissional. Que é preciso sair da escola compreendendo os problemas do país em que vivem, deste Universo imenso que tentamos decifrar. Digo-lhes também que é essencial ler um pouco, saber escrever. Não para fazer literatura mas, com um texto simples, poder explicar os seus projetos. Ninguém entende de arquitetura, mas com uma explicação clara é mais fácil compreendê-la. Quando eu chego a uma solução arquitetônica, começo a redigir os meus textos explicativos. E se ao fazê-lo não encontro bons argumentos, volto à prancheta. É uma espé-



Foto: Alexandre Simões

cie de prova dos nove. Com o tempo muita coisa desmereceu a arquitetura. Principalmente aquele preocupação de beleza que antes a dominava. Lembro a Renascença, quando a arquitetura e as artes plásticas se entrelaçavam e as pinturas subiam até os tetos. Depois veio o racionalismo, e a idéia de evitar tudo que era supérfluo na arquitetura. As belíssimas pinturas murais foram substituídas por materiais novos, às vezes tão caro quanto elas. Essa ligação da arquitetura com as artes plásticas foi renovada no Brasil por Capanema. É um princípio fundamental que eu procuro seguir até hoje. No Memorial da América Latina convocamos os artistas, nossos irmãos, e tantos que até um livro sobre a colaboração deles foi possível fazer.

Recebi telefonemas de ameaça, mas o monumento ainda está lá. Fiz outro para a África, lembrando a vinda de escravos para a América Latina. Uma placa de 80 metros de altura, com a figura de um escravo sacrificado. Fiz depois um monumento para os Sem Terra, essa luta fantástica que os irmãos mais pobres fazem pela reforma agrária. Vieram buscá-lo no meu escritório, com um pequeno comício diante dele. E aí conheci Stédile, uma grande figura no comando dos Sem Terra.

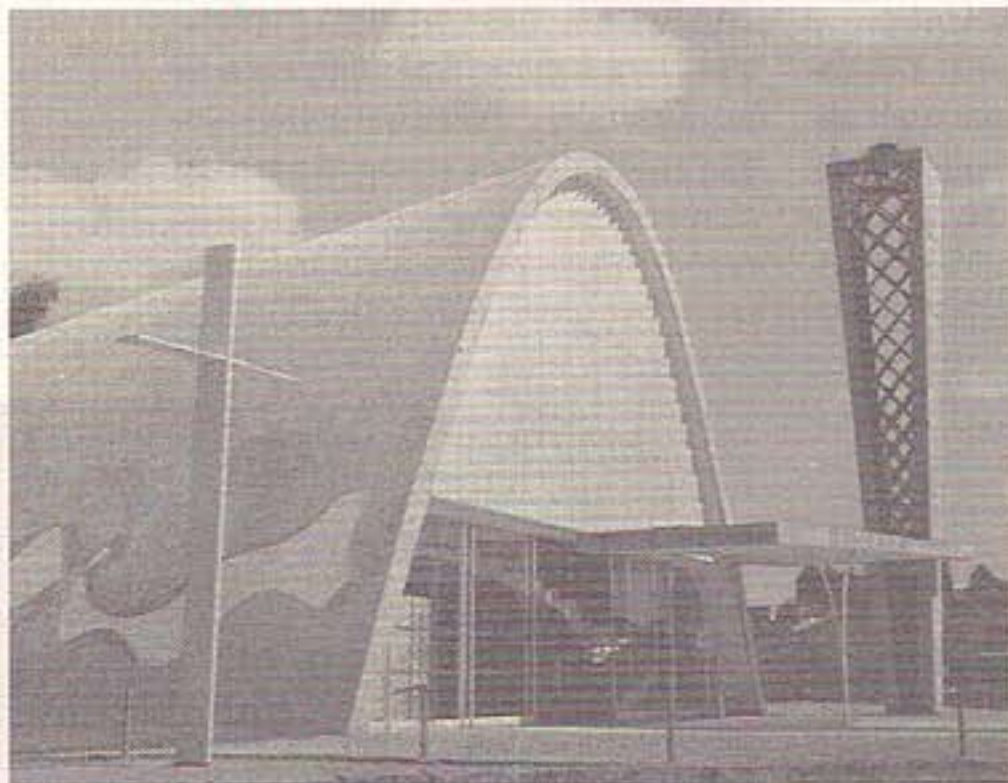
Você teve a oportunidade de fazer um monumento ou projeto registrando vitórias do movimento popular, de festa, de alegria?

Niemeyer: Gostaria de fazê-lo, mas a merda continua. O último que fiz, e que Fidel adorou, foi contra o

era jovem, e senti que devia atendê-lo. Trabalhei a noite inteira e no dia seguinte entreguei o projeto. É o cassino que foi construído, e JK compreendeu que eu era uma pessoa que podia atendê-lo nas suas pressas. E isso ocorreu nos quatro anos em que Brasília foi construída. Pampulha foi início da minha arquitetura. Essa arquitetura mais livre e mais criativa que começa a correr o mundo. Considerar a arquitetura uma invenção é a palavra de ordem que sigo até hoje.

Como foi a experiência de fazer Brasília?

Niemeyer: Brasília foi uma aventura. E construí-la no interior do país foi idéia de JK. Em quatro anos ela foi realizada. Apesar de todas as críticas surgidas, de todas as mentiras inventadas. Isso deu ao povo bra-



“Pampulha foi o início da minha arquitetura. Essa arquitetura mais livre e mais criativa que começa a correr o mundo. Considerar a arquitetura uma invenção é a palavra de ordem que sigo hoje”

Você uniu, com rara felicidade, o seu trabalho com a própria luta, como no Memorial da América Latina...

Niemeyer: Realmente, fiz alguns monumentos por aí, todos de protesto. Tortura Nunca Mais, por exemplo, que não foi construído. Depois fiz um monumento contra a morte de três operários em Volta Redonda. A polícia explodiu o monumento. Nós voltamos e propus que fosse refeito, deixando as cicatrizes.

cercos de Cuba, essa coisa odiosa que envergonha a história dos homens.

Tem também o seu trabalho em Pampulha...

Niemeyer: Foi o meu primeiro trabalho e a primeira obra de JK. Lembro que quando fui falar com Juscelino, ele me disse: “Vou fazer Pampulha, um bairro novo em Belo Horizonte, diferente, fantástico. Mas preciso que você faça o projeto do cassino para amanhã de manhã”. Eu

sileiro o otimismo que precisava, sentindo que nós, brasileiros, também podemos fazer muita coisa. Brasília nos deu muito entusiasmo mas também muito desconforto. Uma solidão difícil de suportar. Quando eu fui para Brasília com a minha equipe de arquitetura, levei comigo um jornalista, um médico que nada sabia de medicina, mas era amigo e sabia brigar, e cinco ou seis amigos que estavam na merda. Não tinham profissão definida, mas que

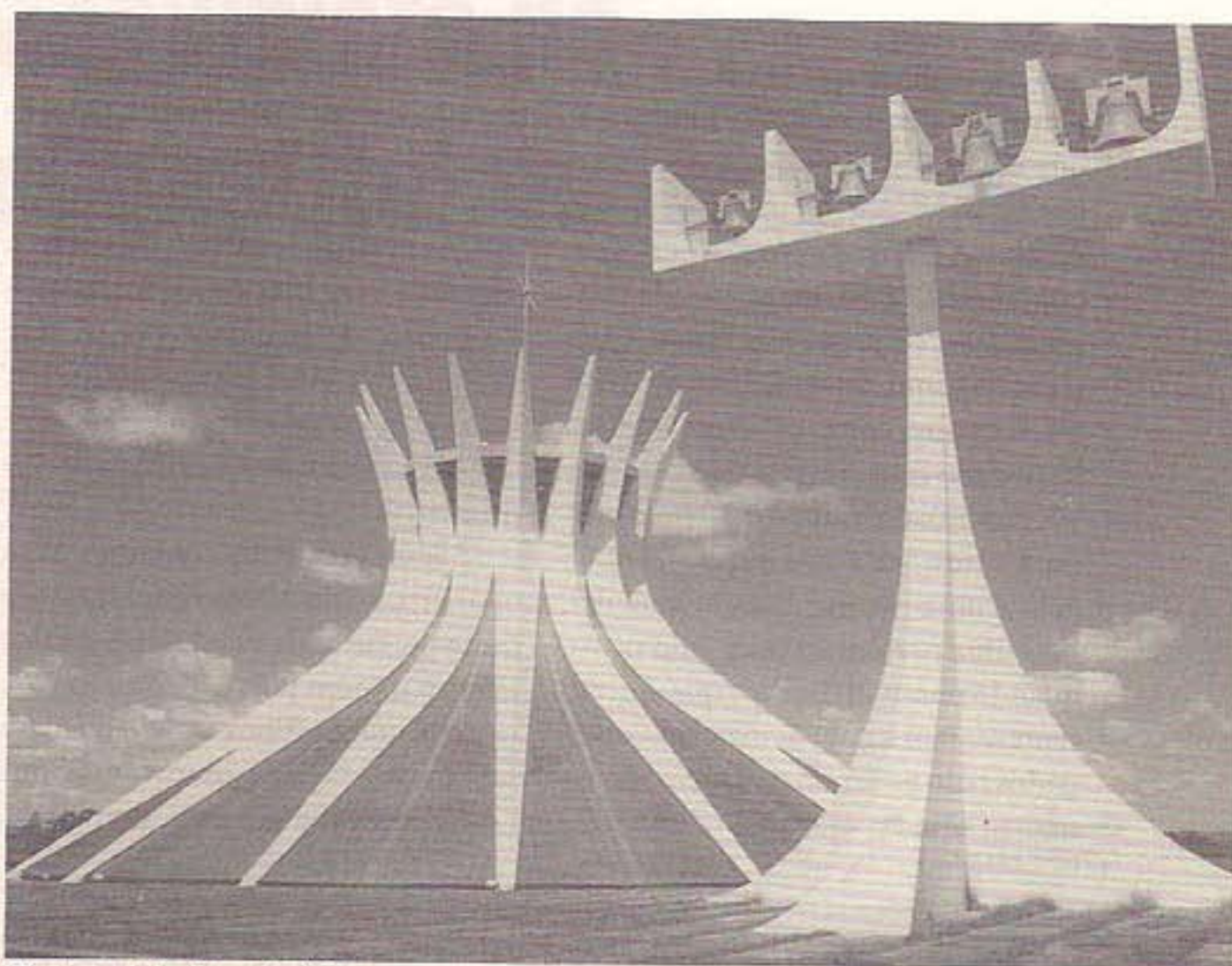
eu podia ajudar. E todos foram úteis, dentro das suas possibilidades. O que eu não queria era ficar nas noites de Brasília, naquele descampado do cerrado, a falar só de arquitetura. Com esse grupo tão heterogêneo, o ambiente ficou mais agradável, os assuntos mais variados, e, para nós, mais fácil conviver naquele mundo abandonado.

Dizem que você renega algumas obras que você fez em São Paulo, como o Copan...

Niemeyer: Nada disso. Algumas foram obras de caráter imobiliário, presas a problemas econômicos, como era inevitável. Éramos jovens, trabalhávamos em grupo, tínhamos o apoio de Otávio Frias, um bom amigo nosso. Lembro-me satisfeito daqueles velhos tempos. Depois, o Ibirapuera, e passamos a lidar com Cicilo Matarazzo, outro bom amigo. Convidei colegas do Rio e de São Paulo para colaborarem. E a obra foi feita, mas até hoje está inacabada. Falta o auditório que, ligado à cúpula existente, devia marcar a entrada do conjunto. É pena que, numa cidade importante como São Paulo, uma obra como a Bienal seja desprezada. Depois foi a América Latina, e lá está com 7 metros de altura, a mão espalmada com o sangue a escorrer até o punho, que representa um continente explorado, invadido, que, acreditamos, unido, poderia se defender melhor.

Como você vê o Rio de Janeiro hoje?

Niemeyer: No Rio, como em São Paulo, o problema é o mesmo. O crescimento descontrolado, a circulação degradada e a técnica atual criando os novos meios de circulação, com suas seqüelas inevitáveis. Mas eu gosto do Rio. Gosto da displicência com que o carioca sente a vida. Não porque algum princípio filosófico o provoque, mas porque a natureza bela, e as praias e o mar o fazem mais



Catedral de Brasília/DF

desinibido e feliz. E gosto de São Paulo, é claro, onde tenho muitos amigos, com sua vida dinâmica, voltada para o trabalho e o progresso.

O que você está achando da juventude no Brasil?

Niemeyer: Quando a gente pensa na juventude no Brasil, tem que pensar primeiro nos que nunca tiveram uma juventude feliz. Sem escola, sem casa, perambulando pelas ruas, entregues a todos os vícios. E são milhares. A maioria, com certeza. E deles ninguém cuida. Nem o governo, nem a classe privilegiada, com os seus luxos e egoísmos.

Qual sua opinião sobre a luta dos sem terra?

Niemeyer: É fantástica. Ninguém pode ser contra a reforma agrária. A terra a todos devia pertencer. É um problema delicado, que exige muita cautela. Se a terra for ruim, muito empedrada, sem água e sem meios de transporte, a reforma agrária pode ser até uma cilada. É claro que ninguém pode ser contra a re-

forma agrária. Só um cretino. E o próprio governo não tem coragem de assumir uma atitude negativa.

Como você analisa a situação atual?

Niemeyer: Eu não sou economista. E quando sentimos que entre eles uma dúvida fundamental ainda existe, o melhor é cada um seguir a sua intuição natural. Protestei a vida inteira. Participei de todos os atos pelo *Petróleo é Nosso*. Não é possível agora aceitar essa privatização invadir o nosso país. A impressão que eu tenho é que agora o dinheiro comanda tudo. Que a solidariedade e a justiça desapareceram. Eu nunca poderia ser um bom político. Se eu tivesse que demitir 500 famílias, eu acho que eu ia embora. A grande guerra mundial, o nazismo, começou silenciosamente apoiando o general Franco, e as primeiras vítimas daquela hecatombe que sacudiu o mundo foram os republicanos espanhóis. Quem sabe se, no Brasil, as primeiras vítimas da privatização não foram os que se sacrificaram na luta

pelo *Petróleo é Nosso*? A impressão que eu tenho é que no Brasil existem agora três posições definidas. Os que estão bem de vida, e apóiam o governo satisfeitos com esse regime de classe em que vivemos. Os que, coniventes, aceitam, apesar de progressistas, os pequenos favores que o capitalismo concede para se manter. E os que, como eu, desejam uma sociedade sem classes, que o governo capitalista nunca vai permitir. Para estes, só a revolução resolve. Não é uma revolução para amanhã, mas uma revolução feita pelo povo, quando possível. Pois os que sofrem representam a grande maioria, esmagados pelo poder do dinheiro, angustiados, sem esperanças.



Foto: Saulo Pomper Mayer

Você afirma que é pessimista, mas não perde a perspectiva do socialismo...

Niemeyer: O otimismo, já dizia aquele líder italiano no cárcere, é a vontade de não fazer nada. Eu sou pessimista, mas não pretendo o niilismo. O pessimismo que eu defendo é o pessimismo de Sartre, que dizia que toda a existência é um fracasso, mas ao mesmo tempo defendia Cuba e todos os movimentos progressistas, declarando aos amigos que gostava de ter dinheiro no bolso para dar esmolas. Sou pessi-

mista porque sei que este Universo não foi feito para nós. Que a vida é um sopro e somos filhos da natureza, irmãos dos bichos da terra e dos peixes do mar. Acho que o pessimismo realista levaria os homens a esquecer essa preocupação de luxo e riqueza, de mando e poder, que desmoraliza suas pobres vidas.

Alguém na sua família era comunista?

Niemeyer: Pelo contrário. Meu avô, Ribeiro de Almeida, foi ministro do Supremo Tribunal durante muitos anos, e morreu pobre, deixando para os seus quatro filhos somente a casa hipotecada. E nós morávamos nas Laranjeiras. E é por esse motivo que

Qual foi o grande momento de sua biografia política?

Niemeyer: Quando o Prestes saiu da prisão, e os grandes comícios que realizamos. Foi um período de entusiasmo que logo passou. Eu me lembro que para falar com o Prestes eu já tinha que pegar um carro, mudar de carro no caminho, para ir para uma casa que nunca procurei saber onde era. Minha colaboração foi sempre muito modesta. Os outros lutaram muito mais do que eu, foram presos, torturados.

Qual foi o momento mais difícil que você viveu?

Niemeyer: A vida é cheia de alegrias e tristezas. Mas ficar no exterior, longe da família, sem saber

" (...) e lá está com 7 metros de altura, a mão espalmada com o sangue a escorrer até o punho, que representa um continente explorado, invadido, que, acreditamos, unido, poderia se defender melhor"

quero morrer pobre como ele. O que eu ganho, eu gasto. E por isso tenho que trabalhar para o dia seguinte.

Como foi o seu contato com o movimento comunista?

Niemeyer: Eu não era do Partido. Ajudava o Socorro Vermelho. Entrei para o Partido em 45, quando Prestes saiu da prisão. A pedido de um amigo, recolhi 15 comunistas no meu escritório e tomei contato com eles, com o clima de idealismo e luta em que viviam. Me solidarizei com eles e entrei para o PCB.

o que ocorria no meu país, não foi fácil. Mas ao mesmo tempo tinha amigos, andávamos de um país para o outro, vendo coisas novas, novas amizades, e tudo isso foi muito bom. Lembro tempos de Argel. O contato que tínhamos com dirigentes dos países africanos, lutando pela libertação de seus países. Gente boa, com os quais gostava de conversar. E é com satisfação que sentimos que a vitória ocorreu e que muitos hoje são ministros em seus países. Gostava de Paris, onde fiquei muitas vezes com apartamen-

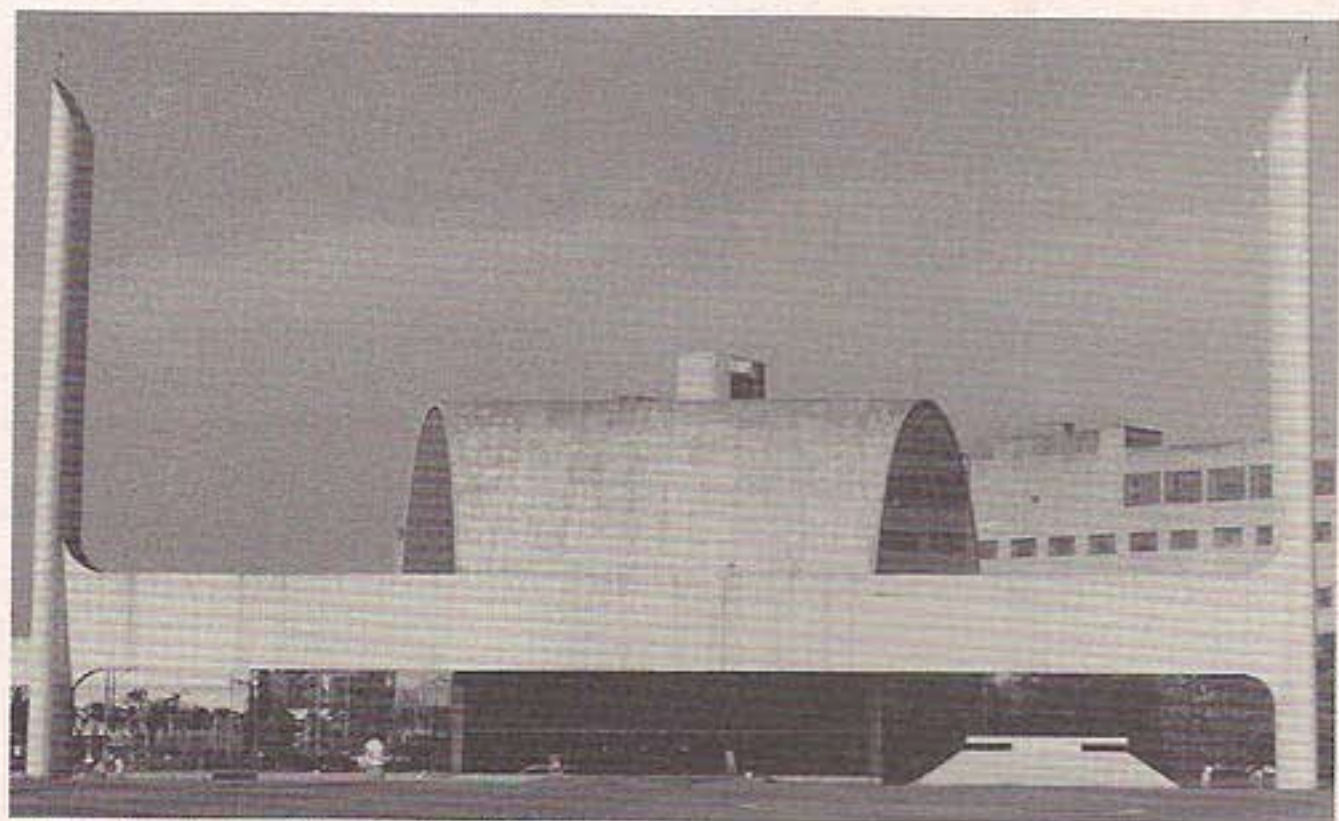


Foto: Saulo Pompermaier

Memorial da América Latina/SP

to no Boulevard Raspail, da Copule, dos amigos franceses que conhecia. Do meu escritório no Champes Elysées, de Sartre, André Maurois e dos camaradas do Partido, meus amigos. E viajei muito. Até na Arábia Saudita um dia eu fui parar.

E o exílio?

Niemeyer: O governo dos militares, ou melhor, o prefeito de Brasília, queria que eu pedisse demissão, e tudo fazia para me sacanear. Um dia enchi o saco e fui para o exterior. E eles, que queriam me calar, deram-se a oportunidade de levar minha arquitetura para a Europa e fazê-la conhecida, como desejava. Para isso tive apoio de Maurois, que conseguiu de De Gaulle uma lei especial para eu trabalhar na França.

Como você vê os partidos de esquerda no Brasil?

Niemeyer: Eu acho que todos

os partidos de esquerda deviam se unir. Eu me considero de todos eles, inclusive do PCdoB, que é o mais ativo.

Qual a sua avaliação do governo Fernando Henrique?

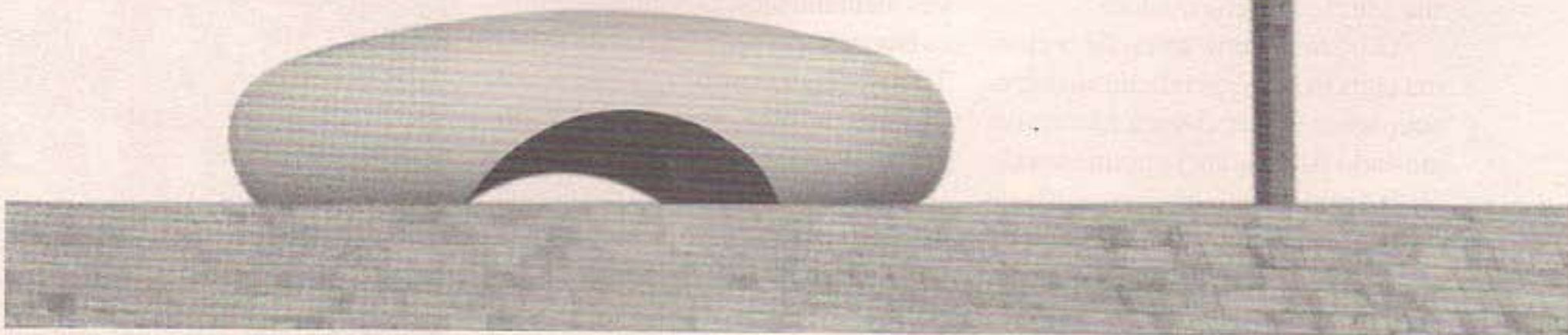
Niemeyer: Eu estou muito preso às minhas antigas convicções. E não penso em mudá-las. Sou contra o globalismo, a privatização, contra tudo o que ofende os meus velhos princípios. E como o tempo me fez mais radical, assino qualquer protesto, qualquer coisa que os ofenda ou contrarie.

Quais as suas impressões sobre o resultado eleitoral da França, com a vitória da esquerda?

Niemeyer: Fiquei contente com a vitória da esquerda, e estou certo que o mesmo vai acontecer nos países do Leste, já descrentes da farsa em que se meteram. Até

na União Soviética tenho esperanças. É impossível que um país tão importante, dono de uma história fantástica de luta e de liberdade, não se recupere. Há poucos dias recebi a visita de um casal soviético. Deram-me um relógio comemorativo dos 70 anos de luta política e, na conversa, perguntaram-me: "O que você acha de Gorbachev?" É uma merda, respondi. E eles riram, dizendo "Nunca vimos uma palavra tão bem empregada". Quem leu Dostoievski, Tolstói e Gorki tende a acreditar no povo soviético, tão amante da paz e da liberdade. A vida é perversa, mas é de forma solidária e de mãos dadas que os homens devem vivê-la.

CARLOS POMPE é jornalista. A presente entrevista foi realizada em 03/06/97.



Cinema nacional: em busca do espaço perdido

Busca-se atualmente no país uma produção diversificada com vários gêneros e abordagens, características de grandes cinematografias, mas também do cinema comercial

CLOVES GERALDO

Aestética fragmentada do Cinema Novo dominou a cena nacional por duas décadas. Seus personagens libertários, identificados com os ideais terceiomundistas, geraram polêmicas e influenciaram gerações de cineastas e pensadores no país e mundo afora. A técnica, que pretendia ser mesmo pobre (a estética da fome) em contraposição ao padrão hollywoodiano, buscava sintetizar, ideologicamente, aquilo que terminou traduzindo uma maneira de se fazer filme e levar adiante uma luta contra o cinema comercial, o chamado "cinemão". Era, enfim, um "cinema de resistência" enquadrado na luta geral dos povos oprimidos. As lutas de libertação no sudeste asiático, a tentativa do "mil vietnãs" de Che Guevara e a resistência à ditadura militar no Brasil, contribuía para esta efervescência. O cinema, como representação do olhar do oprimido, deveria, assim, assumir sua função transformadora.

O povo deveria entender o cinema como a arte que refletia suas preocupações. Fazer cinema não estava afastado da militância político-social. O engajamento era consequência da visão que o cineasta tinha (ou teria de ter) da dialética do cotidiano:

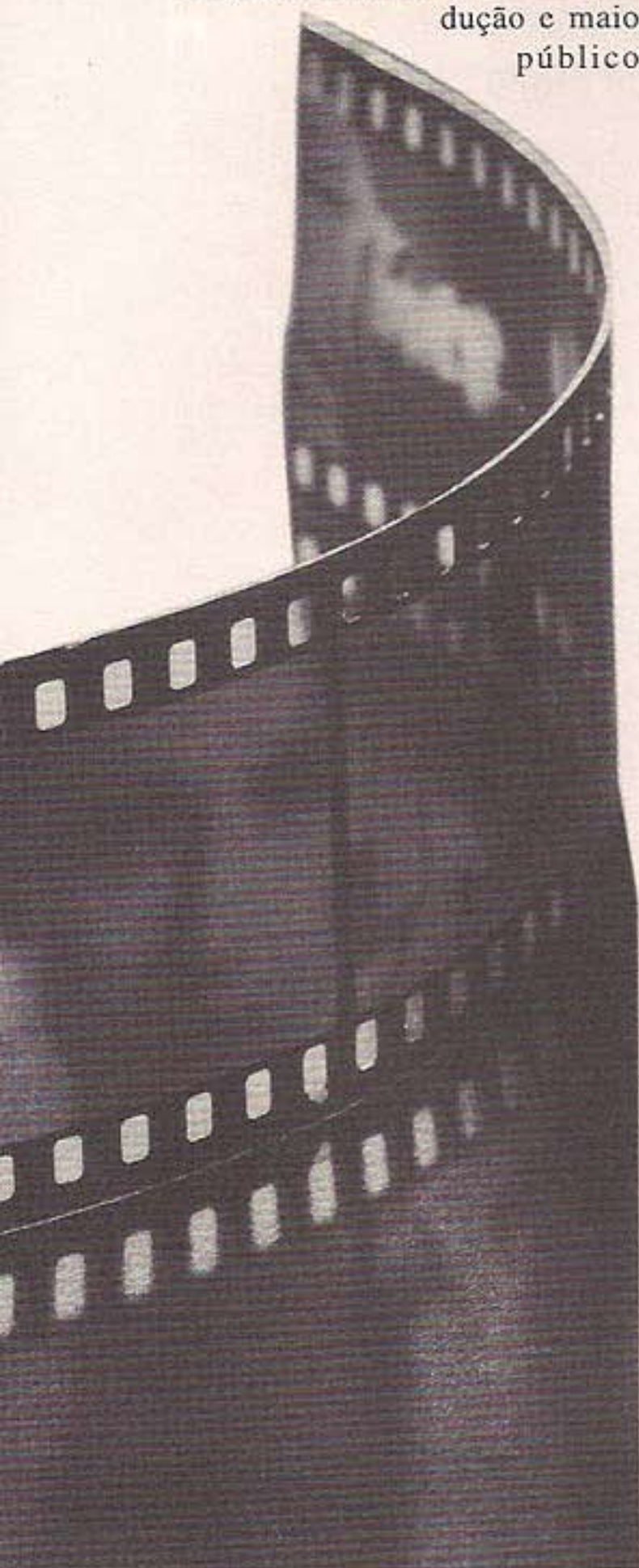
lutar para libertar, libertar para revolucionar. O filme-síntese dessa idéia é *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, que se passa num país fictício, Eldorado, com seus intelectuais, ditadores, visionários, revolucionários. A câmera gira o tempo todo, em grandes planos, com os personagens inquietos, prenunciando a revolução, que estava em cada canto. Era uma emergência, própria daqueles anos, com mudanças bruscas, perseguições, torturas, guerrilha urbana - certezas de que a qualquer momento o povo se ergueria em armas.

Este olhar inquieto, louco para viver tudo rumo à revolução, seja ela político-econômica, sócio-cultural, com as transformações dos últimos 30 anos, foi se modificando, até se tornar um olhar cético, degustativo, sedento de público para se firmar. Os padrões foram mudando; a ferocidade do consumismo, com sua urgência virando fobia, fez surgirem novas mentalidades. O equilíbrio entre os blocos socialista e capitalista se foi. Transformar significa, nesse novo jargão, adotar falsa opção do consumismo. O capitalismo em crise, inundou o mercado de trabalho de desempregados, com a propaganda neoliberal pretendendo tornar o pla-



neta objeto de um único projeto. O controle que os oligopólios e as nações do 1º Mundo exercem não é só financeiro, mas também cultural. Este sustenta toda uma visão e idéias que o imperialismo pretende difundir para manter seu poderio. Tudo isso tornou o cinema nacional (e o internacional) a arte exclusiva da classe média, com o povo ficando entregue à TV aberta, tradicional (os canais pagos escapam a seu alcance).

Dessa forma, os novos cineastas brasileiros querem, rapidamente, entrar para as estatísticas de maior produção e maior público.



Para isso não opõem mais o cinema comercial ao de autor ou de arte. Ficam loucos para fazer o meio termo. O custo médio de uma produção era de R\$ 700 mil; mudou para R\$ 1,5 milhão e alcança, em algumas produções, R\$ 5 milhões. O produtor Flávio Tambellini (Jenipapo, Capitalismo Selvagem) diz que “é essencial que seja mantido no Brasil, neste momento, o binômio qualidade/baixo orçamento, com filmes baratos e simples. “O que é muito diferente de precários”, ressalta. Mas “considera uma bobagem entrar nessa “praia de megafilmes”, com estética americana, batidas de carros, coisas que não sabemos fazer. “Precisamos descobrir aquilo que sabemos fazer bem; quando mais brasileiro for o filme, maiores chances no mercado externo”(1).

Busca-se atualmente no país uma produção diversificada com vários gêneros e abordagens, características de grandes cinematografias, mas também do cinema comercial, que precisa manter o consumo do produto cultural. É um caminho, de qualquer forma, a ser trilhado antes de ser fixado um novo parâmetro, agora dentro das novas realidades sócio-político-econômicas. “Eu acho que a diversidade é uma característica muito importante e deve ser garantida com unhas e dentes: que haja filmes distintos, espaços para filmes distintos, com diversas cores e sotaques”- sugere a cineasta Sandra Werneck (Pequeno Dicionário Amoroso), em recente debate promovido pela Folha de S. Paulo (2). É uma proposta, que só pode ter base em um cinema industrial, com forte presença de público de todos os níveis.

A velha unilateralidade que permeou a produção do Cinema Novo, embora tivesse vários sotaques, não encontra lugar nas idéias dos novos cineastas. Estes lutam pela emergência de um mercado que comporte todas as latitudes, indo da comédia, drama, até o nordestern (filme de cangaceiro). Para isso preci-

sam, como ocorre na França, Itália, Inglaterra, da forte presença do Estado, como impulsionador da produção cinematográfica. Os mecanismos nestes países estão baseados na cooperação entre cinema e televisão estatais, com proibição dos canais de TV exibirem filmes em prazos curtos, o que aumenta o índice de frequência das salas de exibição. No Brasil esta tentativa do Estado incentivar o cinema está centrada apenas em duas leis nacionais, uma gestada ainda na época do Governo Sarney, modificada no Governo Collor (a Lei Rouanet, nº 8.313), e a outra no Governo Itamar Franco (Lei do Audiovisual, nº 8.685, modificada pela MP 1.515). Através delas, pessoas físicas e jurídicas podem descontar no imposto de renda o valor investido em um filme (3).

É uma forma do Estado permitir que sua produção cinematográfica, ainda nascente (ou renascendo), não sofra a concorrência brutal de Hollywood. “É importante ter as leis, ter uma base para que a produção se estenda, mas é importante que também - a nova geografia -, pessoas que moram em Pernambuco, no Pará, no Ceará, estão filmando. A diversidade vem exatamente daí. Não há mais um discurso único, como na década de 60. Isso é o presente que está acontecendo agora(...)”(4)- explica o pernambucano Paulo Caldas (Baile Perfumado). Esse cinema com várias caras e sotaques é, antes de tudo, um cinema de produto, para atender a vários públicos, visando retorno imediato. Precisa ganhar volume de 100 ou mais filmes/ano, para abastecer as cerca de 1.600 salas existentes no país.

“A obra de arte - e, do mesmo modo, qualquer produto - cria um público sensível à arte e capaz de sentir prazer com a beleza. Por conseguinte, a produção não cria apenas um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto(5)”. Hoje esta busca, desvendada por Marx, fica

relegada ao imediato. Mesmo nesse novo cinema nacional, o filme fragmentado, às vezes expressionista, realista à italiana ou estruturado segundo os cânones da Nouvelle Vague, que por sua vez bebia na estética do filme B americano, cedeu lugar à estética puramente horizontal: de princípio, meio e fim. Os personagens são identificados em poucas cenas, a história está ao nível do público e a técnica é impecável. A linguagem, enquanto isto, não se presta a se reinventar ao estilo Glauber, ou mesmo usando a estética do vídeo, para sair da mesmice, e criar um público de gosto mais crítico e exigente. Segue parâmetros claros, onde o que se vê é o que se pretende mostrar. Nada mais que isso. Quando muito um símbolo aqui e outro ali. A intenção é fazer o espectador ficar sentado na poltrona atento ao que vê na tela, sem tempo de respirar. Quando há um vai-e-vem nas seqüências e cenas (flash-back) é apenas para dar um tom moderno, nada de complicar: a televisão virou o padrão atual de cinema.

A impressão é que a força de uma cinematografia está em contar e mostrar seu país, sem apressamento da ação, enquadramentos em primeiro e médio plano, para posterior exibição na TV. O cinema tem seu lugar; a sala de exibição, e se o vídeo e os demais veículos depois são usados, é por questões mercadológicas ou comodidade do público nesta época de capitalismo avançado, mas a sua estética deve ser preservada.

Já o diz a propaganda: "cinema é para se ver no cinema". A televisão com sua programação dominada por filmes e séries americanas e as novelas nacionais desacomodaram o público a refletir sobre os temas nacionais. A tentativa dos cineastas brasileiros hoje é centrar seus filmes próximos à realidade brasileira. Desde 1993, quando foram produzidos *Moça de Fino Trato*, de Paulo Thiago, e *Lamarca*, de Sérgio Rezende, pelo Pólo de Cinema do Espírito Santo, retomando a produção cinematográfica paralisada pelo Governo Collor, que o "olhar" é voltado para as agruras nacionais.

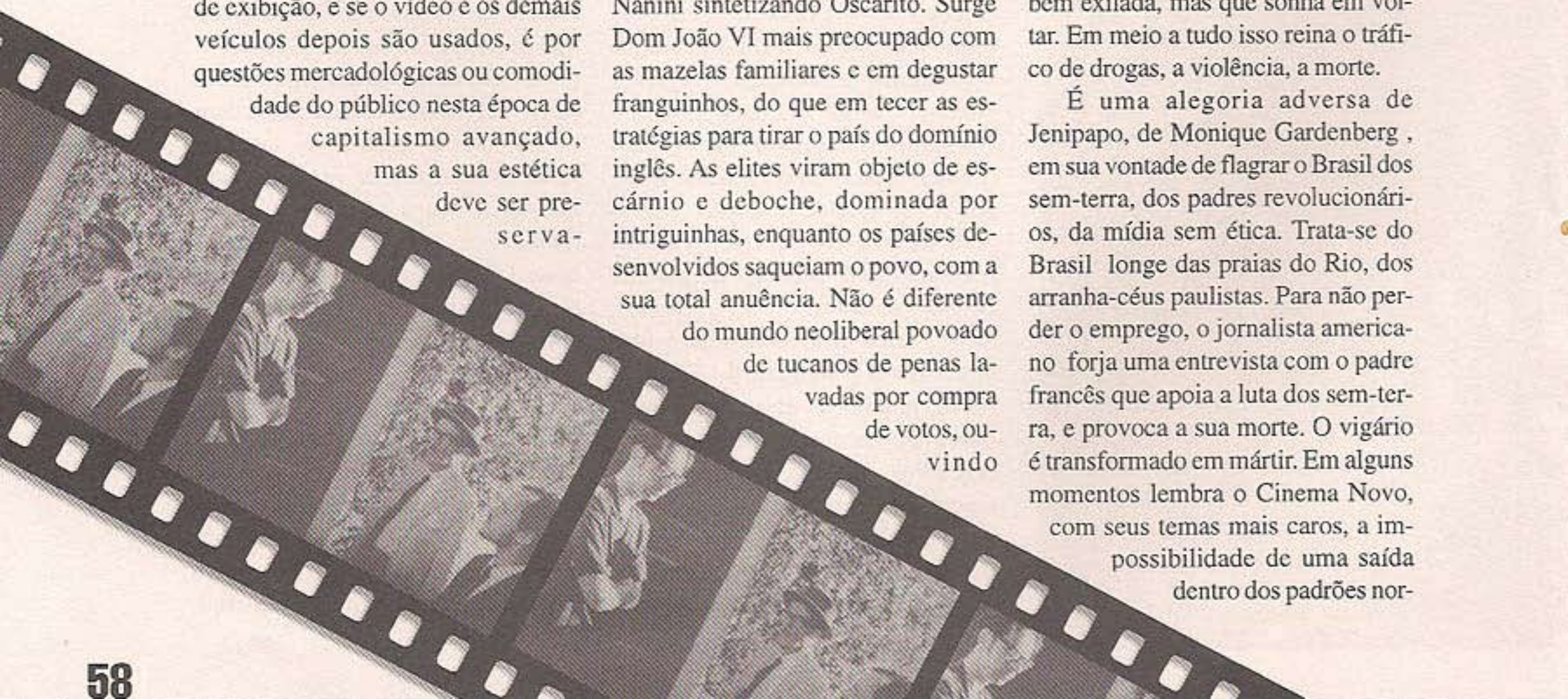
A perplexidade dominou aqueles primeiros instantes. Era como se ver no espelho depois de muito tempo nas cavernas. A recuperação veio através de um modo escrachado de se fazer cinema no Brasil, visto em *Carlota Joaquina*, de Carla Camurati, lembrando as chanchadas, com Marco Nanini sintetizando Oscarito. Surge Dom João VI mais preocupado com as mazelas familiares e em degustar franguinhos, do que em tecer as estratégias para tirar o país do domínio inglês. As elites viram objeto de escárnio e deboche, dominada por intriguinhas, enquanto os países desenvolvidos saqueiam o povo, com a sua total anuência. Não é diferente do mundo neoliberal povoado de tucanos de penas lavadas por compra de votos, ouvindo

o riso sarcástico do presidente que virou uma sigla.

Outros filmes da nova safra também mergulham em várias regiões do Brasil para tirar o país da modorra. A estética ainda é tateante. Às vezes beira o delírio, com cortes rápidos, enquadramentos oblíquos, personagens que tentam encontrar sua identidade, caso de *Terra Estrangeira*, de Walter Salles e Daniela Thomas. São os tempos de Collor, da desesperança (será que ela voltou?), da diáspora brasileira dos 100 mil jovens, que partiram, em busca do Eldorado. É Paco, personagem do filme, completando a viagem para a qual a mãe espanhola economizou a vida inteira para fazer, mas morreu quando Collor confiscou a poupança do povo. Sua vida se transforma, despreparado para a vida no estrangeiro, povoado de expatriados, iguais aos angolanos, moçambicanos, que habitam os hotéis sujos de Lisboa. Encontra Maria, também exilada, mas que sonha em voltar. Em meio a tudo isso reina o tráfico de drogas, a violência, a morte.

É uma alegoria adversa de *Jenipapo*, de Monique Gardenberg, em sua vontade de flagrar o Brasil dos sem-terra, dos padres revolucionários, da mídia sem ética. Trata-se do Brasil longe das praias do Rio, dos arranha-céus paulistas. Para não perder o emprego, o jornalista americano forja uma entrevista com o padre francês que apoia a luta dos sem-terra, e provoca a sua morte. O vigário é transformado em mártir. Em alguns momentos lembra o Cinema Novo, com seus temas mais caros, a impossibilidade de uma saída dentro dos padrões nor-

Terra em Transe de Glauber Rocha é o filme-síntese da idéia do Cinema Novo que, com sua estética fragmentada e seus personagens libertários, influenciou gerações de cineastas e pensadores no país e mundo afora





Na foto, Jardel Filho (dir.) tapa a boca de alguém, observado por Glauber Rocha (esq.) em *Terra em Transe*

mais. E preserva a estética da fome, não mais em sua linguagem, mas em temática: o ver e o entender o Brasil. O país da favela e da juventude entregue ao sangue, passa pelas lentes de Murilo Salles, em *Como Nascem os Anjos*, o melhor filme dessa nova safra, ao lado de *Sertão de Memórias* (veja adiante), de José Araújo, vencedor do Festival Sundance, em 1996.

O que vemos são dois adolescentes, vítimas do acaso, se transformarem em seqüestradores de um empresário americano, sua filha e empregada. Em um único cenário, uma mansão no alto do morro de onde se avista a Rocinha; Salles nos transporta para o aprendizado da violência, das recaídas no prazer (o garoto dançando rapping na sacada da mansão), do querer ser igual a quem lhe parece superior (a menina querendo ver os seios da jovem burguesa), e as desavenças geradas pela imaturidade (os disparos mútuos que os levam à morte). É um Brasil que perde impunemente sua juventude em jogos onde a elite se tranca em condomínio fechado. Atrair o público para esta realidade, embora já repisada pela televisão, os documentários na linha dos que são feitos pelo SBT e Manchete,

repõe o cinema nacional em sua lugar.

Por isso não surpreende que *O Que é Isso Companheiro*, de Bruno Barreto, tenha provocado tanta polêmica e pouco público. Vendeu 240 mil ingressos desde seu lançamento em abril passado. "Nossa meta era chegar aos 500 mil, mas agora esperamos alcançar 350 mil", conforma-se Luiz Carlos Barreto, produtor do filme (6)". Pecou pela falta de ousadia. Cenas mais fortes são

vistas todo dia na televisão, como a morte do operário em Osasco, flagrada por uma câmera de vídeo e mostrada no *Jornal Nacional*. O seqüestro do embaixador Charles Burke Elbrick, pela Dissidência Comunista e a ALN, em 4 de setembro de 1969, no Rio de Janeiro, tinha tudo para ser um grande filme, de forte impacto junto ao público. Mas não foi. Gerou polêmica entre os participantes da operação e naufragou, como já visto, na bilheteria.

Sua estética é a do filme americano, com princípio, meio e fim; planos tradicionais (o close é close, o plano-americano é plano-americano, e assim por diante). Algumas vezes a câmera se movimenta. A única sofisticação, se é que se pode chamar assim, corre por conta das cenas em preto e branco, muitas saídas de documentários produzidos à época da ditadura militar. Bruno Barreto esqueceu que o próprio público já absorve bem os flashes-backs, até gosta que seja assim, pois fica com a impressão de que vêem algo novo. O *Paciente Inglês* segue esta vertente, com belas imagens do deserto. Mas, mesmo com estas restrições, *O Que é isso Companheiro* tem uma boa estética.

As interpretações fogem ao maneirismo e rompantes do velho cinema nacional: tornam os personagens exequíveis, não caricaturas. Perdura, entretanto, o vício da gritaria, para demonstrar tensão, mas na média são comoventes. As coisas complicam quando se busca a veracidade da história. O estereótipo, o ranço direitista, o preconceito contra a esquerda, prevalece. E justamente em um episódio em que ela foi vitoriosa sobre seu maior inimigo: o imperialismo americano.

Nos filmes citados, a temática era a realidade nacional, mas o cinema nacional pode ser romanesco, usando o drama para contar uma boa história. O *Quatrilho* cumpriu esta função. Chegou, depois de muito trabalho de bastidores, à indicação ao Oscar. E fez bom uso do marketing. Falou-se, inclusive, em renascimento da produção brasileira. Produtores e cineastas tentam, ainda, encontrar o perfil que os faça tornar o filme nacional produto de uma indústria, que use toda a extensão de sua infra-estrutura mercadológica (veja o exemplo dos cinemas americano e europeu).

Dessa forma a produção nacional poderia retomar a antiga média de 140 filmes por ano, com a possibilidade de reaver parte de seus custos no mercado interno. Mas o Estado, cuja missão é proteger o renascimento de sua produção e possibilitar-lhe ocupar as salas de exibição, com legislação apropriada, ainda não o fez, salvo pelos mecanismos legais já mencionados. Resta ainda, para completar o ciclo, o incentivo à distribuição e, principalmente, à exibição, levando os donos das salas a equipá-las com projetores modernos, som avançado (dolby/stéreo), poltronas em ambiente que atraia o público; mas que, sobretudo, não os façam subtrair mais renda das produções nacionais.

Não menos grave é a ausência de obrigatoriedade de exibição do filme brasileiro, como forma de quebrar o monopólio americano. É uma polê-



Carlota Joaquina, de Carla Camurati mostra um modo escrachado de fazer cinema no Brasil. Aqui as elites viram objeto de escárnio e deboche, dominada por intriguinhas, enquanto países desenvolvidos saqueiam o povo

mica que, certamente, o governo neoliberal de FHC não irá travar, devido a seus compromissos com o imperialismo e os conglomerados e oligopólios estrangeiros, as maiores incluídas. O que se vê é uma tímida restrição à remessa de rendas obtidas pelo cinema norte-americano e demais países para suas matrizes. As empresas estrangeiras são obrigadas a investir parte da bilheteria de seus filmes em produções brasileiras. Hoje os produtores nacionais usam este mecanismo legal para abrir caminho para suas produções no exterior e ter de volta parte de seus investimentos.

Este esquema tem sido usado em várias produções: Buena Sorte, Tieta, Canudos, o que aumenta as possibilidades de distribuição no exterior (A Colúmbia Pictures/Sony é a mais assídua). Mas o patamar de investimentos começa a ser outro para algumas produções. Os produtores e cineastas, interessados em ter um modelo de produção que recupere os

custos no mercado interno, tendo a idéia de alcançar também o externo, já o elevaram para US\$ 5 milhões: For all - o Trampolin da Vitória -, da dupla Buza Ferraz e Luiz Carlos Lacerda, sobre a ocupação de bases nordestinas por americanos durante a 2ª Guerra Mundial; Canudos, o épico de Sérgio Rezende, sobre a revolução místico-política de Antônio Conselheiro, no sertão baiano (ambos ainda inéditos), e Tieta, de Cacá Diegues.

Tieta, lançado com estardalhaço, com a "possibilidade" de chegar a 5 milhões de pessoas, não passou de 800 mil, ficando longe de ter o capital investido de volta. Seu produtor, Bruno Stropiana, armou tudo de acordo com a fórmula norte-americana, de tema conhecido (novela de Jorge Amado), estrela de Hollywood, Sônia Braga, roteiro de João Ubaldo Ribeiro e roupas de Ocimar Versolato. Mas fracassou. "A crítica mais séria que se pode fazer à Tieta é que o filme, afinal de contas, não ousa. E talvez seja menos cinema que TV. Os atores são da Globo, a fórmula do merchandising - que Hollywood usa - vem sendo aprimorada na Globo e até o fato de antes ter sido novela (sempre da Globo) acentua o gosto de repetição (7)" - esbraveja, com razão, o crítico Luiz Carlos. O filme reacende a obra requentada, com planos de TV, cenas paradas, com La Braga nua, misticismo já superado pelo fundamentalismo e nenhuma emoção.

Em outra escala de produção figuram O Cangaceiro, de Oswaldo Massaini Neto, Sertão de Memórias, de José Araújo e Baile Perfumado, de Paulo Caldas e Lírrio Ferreira, Corisco e Dadá, de Rosemberg Cariry. Inscrevem-se em dois pólos: primeiro o da identificação de mitos e heróis populares caros aos nordestinos, à seca, aos velhos coronéis, ao cangaço, sobremaneira. Em segundo a um gênero que Glauber Rocha chamou de "nordestern", numa alusão ao far-west, aos filmes de John Ford, prin-

cipalmente. No primeiro bloco enquadra-se Sertão de Memórias, herdeiro direto de Vidas Secas, de Nelson Pereira dos Santos, que remexe as condições de vida do nordestino, o sertanejo, o ser humano curtido na espera e no clima árido. O sofrer aqui é estigma. A espera só vira com a ressurreição. O gênero nordestern, um aproveitamento do mito, identidade cultural e social do nordestino com o cangaceiro, mas justiceiro, bebe tranquilamente nos filmes de Carlos Coimbra, esquecido artesão do cinema nacional. É dele o belo e ótimo A Morte Comanda o Cangaço. O novo ciclo do cangaço é uma retomada das produções ao estilo modernizado de Aurora Duarte, vista agora como necessária à identificação de uma cultura massificada pelo produto audiovisual norte-americano, com seus heróis fora da realidade (nacional).

Nesse filão entram os filmes de aventura, onde o herói é herói, e o bandido-bandido, ainda que muitas vezes se confundam. Ou mesmo as comédias, adversa de Carlota Joaquina, com histórias que cativem o público. Dessa nova safra, Ed Mort, de Alain Frenost, tem identidade com "O Amigo da Onça", immortalizado por Pericles, na revista



“O Cruzeiro”, embora seja criação do gaúcho Luís Fernando Veríssimo. E O Homem Nu, resgata a comédia carioca, com o humor classe média de Ugo Carvana, seu diretor. O público, porém, não os viu da mesma forma que seus produtores. O primeiro conseguiu 30 mil espectadores, e o segundo 60 mil. Só a sofisticada comédia de Sandra Werneck, Pequeno Dicionário Amoroso teve empatia com o público, chegando a 390 mil pessoas nos cinemas desde janeiro passado.

Talvez, uma pesquisa possa desvendar este mistério, mas o cinema hoje é freqüentado pela juventude e casais classe média, interessados em desfilar pelos shoppings, olhar vitrines e curtir fast-food. As salas centrais, que antes garantiam bom público acabaram, o mesmo ocorrendo com os cinemas da periferia. São hoje ou danceterias ou templos dos fundamentalistas tupiniquins. No Brasil hoje são vendidos anualmente 80 milhões ingressos, correspondendo a 7 milhões de espectadores, a pessoas que vão ao cinema uma vez por mês. Há uma maioria de 148 milhões que não vai ao cinema. O preço do ingresso, segundo os próprios produtores, está alto. A média é de R\$ 4,60, no país, mais alta do que no exterior. Quando um filme chega a casa dos 250 mil ingressos vendidos há foguetes e rojões. Mas a comemoração fica para depois. 50% dessa renda vai para o bolso do exibidor, aquele que mantém as salas com péssimo som, cadeiras quebradas e projeção péssima. O filme nacional é visto por eles como um fardo. O Homem Nu, de Carvana, exibido em apenas uma sala, devido ao boicote do exibidor, terá poucas chances de sair dos 60 mil espectadores que teve até o momento.

O reflexo disso é o círculo que começa em

Hollywood. É o círculo do oligopólio, que exige que seu filme seja colocado no mercado. Caso o exibidor não aceite filmes menos expressivos, o filme-bum, aquele para o qual se prevê grande sucesso de bilheteria, será dado para outro exibidor. É uma realidade cruel. O Estado é a solução para contrabalançar esta disputa. De qualquer forma, esta “retomada” da produção brasileira dá-se em moldes diferentes de outros ciclos, como o do Cinema Novo. São os ciclos que caracterizam a cinematografia brasileira, que nunca conseguiu se tornar indústria. Sua única tentativa foi nos anos 50, com a Vera Cruz, que naufragou por vários problemas, um deles a falta de distribuição. Houve além desse “ciclo industrial”, o da chanchada, nos anos 30 a 50, do Cinema Novo, do final da década de 50 ao início da de 70, época do Udigrudi e da pornochanchada.

O olhar/câmera não se envergonha de seu presente e de seu passado e flerta com o futuro. É desse jeito que poderá relançar-se ao país e ao exterior. Haja vista as cinematografias da China, do Irã, da Austrália. Durante o cinquentenário do Festival de Cannes vingou um daqueles filmes/idéias, que continuam a ser admirados mundo afora: Terra em Transe. Justo o que representava a estética do fragmento, do movimento contínuo, dos personagens que refletiam e eram símbolos do terceiro-mundo. Os novos cineastas, saídos das faculdades de cinemas, têm um olhar mais debochado, nem por isso menos sérios e descompromissados. Talvez seja um bom começo.

CLOVES GERALDO é jornalista e escritor.

BIBLIOGRAFIA

- (1) Beth Nespóli, Flavio Tambellini comemora ida a Veneza, O Estado de S. Paulo, 30/6/97;
- (2) Sandra Werneck, Folha Ilustrada, Folha de S. Paulo, 4º Caderno, pág.9, 6ª feira, 25/4/97;
- (3) Cultura e Patrocínio, Caderno 2, O Estado de S. Paulo, 27/6/97. Lei do Audiovisual: “A Lei Federal nº 8.685, modificada MP 1.515, permite desconto fiscal para quem comprar cotas de filmes em produção. O limite de desconto é de 3% para pessoas jurídicas e de 5% para pessoas físicas, sobre o Imposto de Renda. O limite de investimento por projeto é de R\$ 3 milhões”, idem, idem. Lei Rouanet: “Lei Federal nº 8.313/91 permite às empresas patrocinadoras um abatimento de até 5% no Imposto de Renda”, idem, idem;
- (4) Folha de S. Paulo, 25/4/97, idem, idem;
- (5) Mark-Engels, *Sobre a Literatura e a Arte*, Editorial Estampa, Lisboa, 1971, pág.60.
- (6) Luiz Carlos Merten, Tieta de Diegues acha seu melhor veículo, O Estado de S. Paulo, 7/3/97;
- (7) Idem.



A Perestroika nos debates do Politburo - um livro que ilumina uma época

Nem uma só das propostas feitas por Gorbatchov em 1986 foram cumpridas. Em vez da prometida legalidade socialista, o desemprego, a pobreza e a delinquência assumiram proporções inimagináveis

MIGUEL URBANO RODRIGUES

A *minha verdade*, de Vitali Vorotnikov é um livro importante do qual se tem falado menos do que seria desejável. O desconhecimento da obra é compreensível. Até agora somente foram lançadas duas edições, quase simultâneas, uma em Cuba e outra na Rússia(1).

O subtítulo por si só, justifica, entretanto, o interesse que suscitou entre os leitores: notas e reflexões do diário de trabalho de um membro do Politburo do Partido Comunista soviético (PCUS).

Vorotnikov além das funções que desempenhou na alta direção do PCUS, foi presidente do Conselho de Ministros da Federação Russa, membro do Soviete Supremo e embaixador do seu país em Cuba. Pela sua vida como homem público foi, não apenas espectador, mas participante de acontecimentos de extraordinária importância da história contemporânea do seu país e do mundo. Durante anos registrou no seu diário o que de mais importante ouviu nas reuniões de alto nível em que esteve presente. A tragédia que destruiu o Estado soviético levou-o a

editar em livro os seus apontamentos.

Foi forçado, pela abundância do material, a proceder a uma seleção. Ao rever tudo, decidiu comentar fatos e situações, o que não fizera antes. Essas opiniões posteriores são, aliás, reveladoras das fragilidades de Vorotnikov. Deixam entrever arrependimento por, na altura própria, haver sido omissos, não assumindo as posições que as circunstâncias impunham.

A documentação reunida é, contudo, suficiente para fazer de "A Minha Verdade" uma bomba política. Ilumina os bastidores apodrecidos da perestroika.

As primeiras notas remontam ao tempo em que Andropov foi eleito secretário geral do PCUS. De certa maneira, esse comunista austero e lúcido foi um precursor da perestroika. Sentiu no início dos anos 80 que era urgente e indispensável romper a estagnação e a burocratização do Estado e do Partido, que caracterizaram a época de Brezhnev. O país atravessava uma crise política e econômica que exi-

gia soluções eficazes e inovadoras.

Andropov esboçou uma estratégia e definiu um estilo de trabalho. Mas não viveu o suficiente para fazer obra duradoura. O seu sucessor, Tchernenko, não deu continuidade ao trabalho iniciado no sentido de revitalizar a sociedade e o Partido.

Gorbatchov, democrático, dialogante, amável, sabia ouvir os camaradas do Politburo e sabia seduzir. Invocava Lenine com convicção, assumia os princípios do marxismo-leninista com firmeza, mostrava ser um crítico severo do imperialismo e da estratégia de Reagan.

Poucos, então notaram, que começou logo a rodear-se dos camaradas que na direção do PCUS o adulavam. Em junho de 1985, colocou Alexandre Iakovlev à frente do Departamento Ideológico do Comitê Central. Essa decisão pesou na evolução dos acontecimentos porque Iakovlev se tornou o ideólogo do desvio da perestroika do projeto inicial.

A admiração de V. V. por Gorbatchov transparece do conjunto de anotações relativas aos anos de 85, 86 e 87. O discurso de Gorbatchov

era então muito diferente. As notas de V. V. registram passagens expressivas do seu relatório ao XXVII Congresso do PCUS: "A tarefa do imperialismo consiste em salvar o sistema e não mudar nele nada, custe o que custar"(...) A política internacional do PCUS tem um caráter aberto, honesto e leninista".

Nos dias que se seguiram ao Congresso, Gorbatchov proclamava, num tom dramático, que impressionava os camaradas do Politburo: "se fracassarmos e não cumprirmos os compromissos assumidos perante o povo, perderemos a luta pelo socialismo, pelos ideais do homem, pelo prestígio do socialismo e do país"...

A 20 de junho, V. V. anota no seu diário uma opinião de Gorbatchov emitida numa reunião do Politburo: "através dos Sovietes, agora temos de incorporar as massas no processo político". Poucos se davam conta, então, de que a ênfase posta na suposta revitalização dos soviets era já uma manobra tendente a esvaziar o papel do Partido.

Estranhas Reformas

A 15 de agosto no Politburo, Gorbatchov declarou: "a reforma deve começar pelo Partido, pelos quadros". Na aparência defendia a ética e a austeridade: "debilita-se - salientou - a exigência da responsabilidade a ladrões, burocratas e bêbados. A tarefa não é abandonar as posições de princípio".

A ambigüidade, entretanto, já causava algum mal estar. Não se percebia a favor de quem ou contra quem estava em muitos casos, porque alguns dos quadros que principiavam a ser afastados (ou reformados) eram dos melhores, com um passado de bons serviços. Gorbatchov alegava que estavam cansados...Mas a apologia do Partido desfazia as dúvidas. "Tudo depende do Partido - insistia. É neces-

sário convocar menos reuniões, ter menos papelada, menos relatórios e comissões de controle e ajuda, e que resolvamos os problemas básicos".

O ano de 1987 foi muito mais difícil. A palavra de ordem segundo a qual as mudanças se fariam no socialismo - repetida continuamente por Gorbatchov - não foi levada à prática. No processo da perestroika as contradições e decepções multiplicavam-se. Mas na reunião do Politburo de 6 de janeiro, Gorbatchov insistiu: "o socialismo é a alternativa do capitalismo; a democracia socialista é a verdadeira democracia".

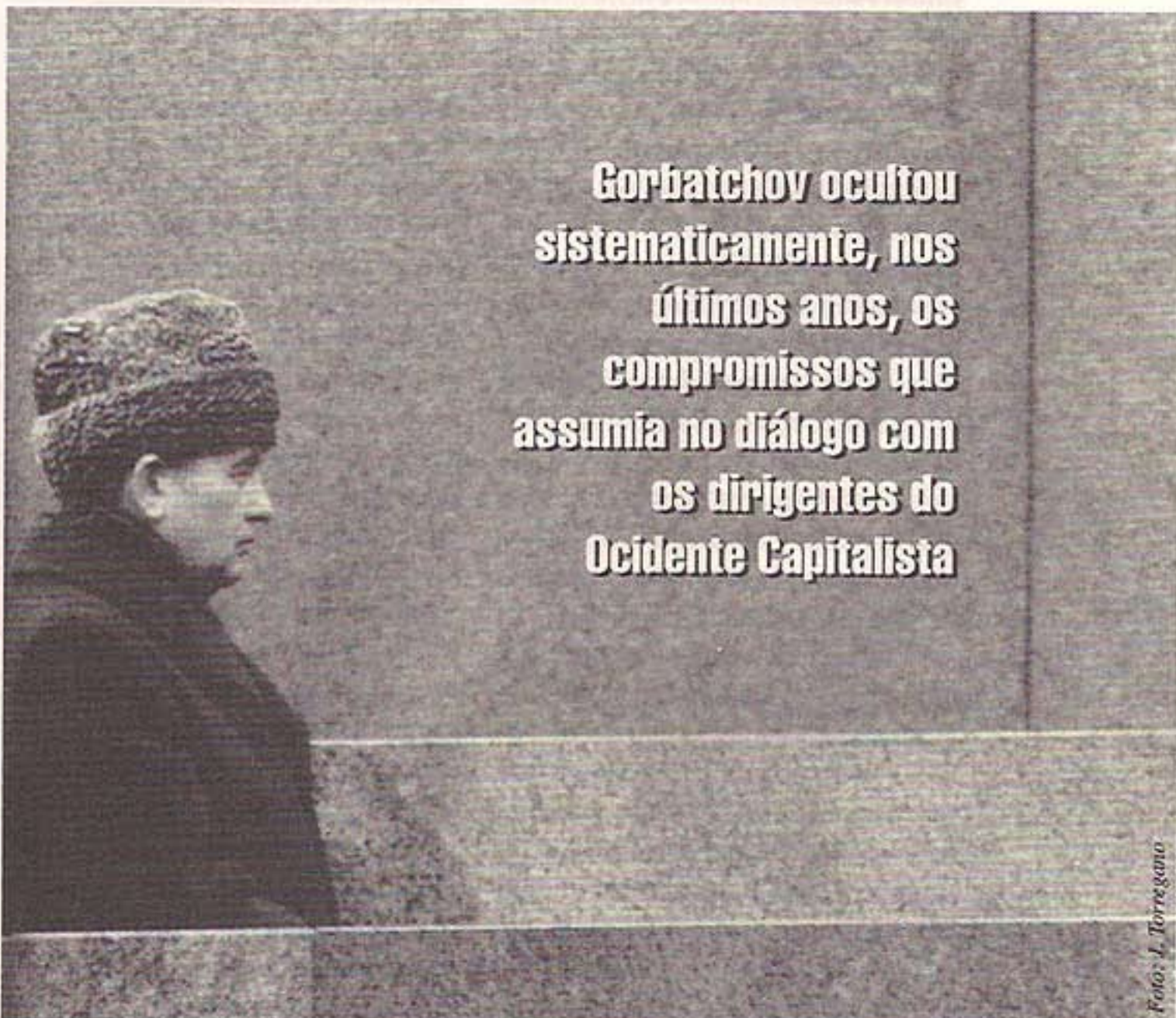
Em nota atual, V. V. chama a atenção para o fato de Alexander Iakovlev, no seu livro "O derrubamento" afirmar que em 1987 "já tinha compreendido a necessidade da renúncia ao marxismo. A confissão confirma que a conspiração se desenvolvia porque era Iakovlev, como braço direito de Gorbatchov,

quem dirigia a atividade ideológica.

Na sessão plenária do CC de 27 de janeiro Gorbatchov afirmou que a estratégia da perestroika visava "fundir os êxitos da revolução técnico-científica com a economia planificada, pondo em movimento todo o potencial do socialismo". O papel de vanguarda do Partido nessa tarefa foi enaltecido.

A influência dos assessores, entretanto, fazia-se sentir cada vez mais. A perversão do significado das palavras acentuava-se na linguagem política. Vocábulos como conservador, democrata e radical adquiriam na URSS significações absurdas. Os radicais eram no discurso gorbatchoviano, aqueles que pretendiam acelerar a perestroika, mas na realidade preparavam a destruição do regime; os conservadores eram os defensores do socialismo...

Na reunião do Politburo de 30 de abril ficou transparente que a planificação anual tinha sido



**Gorbatchov ocultou
sistematicamente, nos
últimos anos, os
compromissos que
assumia no diálogo com
os dirigentes do
Ocidente Capitalista**

abandonada...Em nome de uma suposta necessidade de criar condições para a economia de mercado - expressão na moda, cujo conteúdo e alcance, o povo não entendia - as leis da economia socialista começaram a ser ignoradas.

No dia 22 de maio, Kriuchkov não hesitou em afirmar no Politburo que as transformações na política poderiam ir até à mudança dos nomes do país e do Partido. A ausência de reações foi chocante.

A partir do final de setembro, Gorbachov deu uma nova guinada. Começou a repetir que, além de se reestruturar muita coisa, também “era preciso destruir”, porque “a demora e a indecisão são nefastas”. Mas, destruir o quê? Não esclareceu. “A democratização e a Glasnost - recorda - desenvolviam-se sem controle; não somente estimulavam, mas incitavam a opinião pública a opor-se ao governo e ao PCUS”. E acrescenta: “às censuras pelo atraso e pela atitude conservadora na aplicação das reformas seguiu-se o ataque frontal a outras atividades do Partido.

Anos depois, Iakovlev reconheceu que a força demolidora da Glasnost fora além de tudo o que ele imaginara. Em novembro no plenário do CC do PCUS dedicado ao 70º aniversário da Revolução de Outubro, Gorbachov fez o elogio entusiástico da “arte de Lenine” como dirigente genial do Partido. Definiu o socialismo como parte do mundo, sublinhando que no destino do planeta influíam “também a luta de classes, a luta pela democracia e pela independência nacional”.

Entretanto, com a economia a afundar-se e a desordem política a alastrar, as relações entre as nacionalidades começavam a tomar um rumo explosivo. Na sessão de 17 de fevereiro do CC, Gorbachov declarou que: “para se interpretar de maneira correta e objetiva a história recente da URSS, é indispensável uma análise marxista-leninista”.



Manifestação anti-letsin

O famoso artigo da professora Nina Andreeva, de Leninegrado - então uma desconhecida - no diário “Soviestskaia Rossia” - serviu de pretexto a uma estranha campanha de caça às bruxas. Foi apresentado como campanha contra a perestroika montada por estalinistas incorrigíveis. Gorbachov levou o assunto ao Politburo e o debate foi tempestuoso. O secretário geral repreendeu todos os que acharam que se estava a atribuir demasiada importância ao artigo em causa. O “Izvestia” foi o canal utilizado para uma resposta a Nina Andreeva que confundiu a opinião pública e o Partido.

A crise nas Repúblicas do Báltico fez vir à tona a decomposição separatista acelerada do Partido e a ausência de uma política clara no diálogo com as nacionalidades. Chevardnaze reagia às arrogantes provocações dos EUA com um servilismo que se acentuava dia após dia. Entretanto, Gorbachov entoava uma cantilena cada vez mais divorciada da realidade. A 23 de Maio,

no CC do PCUS, dissertou longamente sobre o “conteúdo ideológico e o sentido socialista das transformações no desenvolvimento da perestroika e sobre o renascimento dos princípios do socialismo científico”.

Isto quando o socialismo estava já a ser demolido. Enquanto reorganizava o sistema político, CC desbravava o caminho para a sua destruição galopante, embora poucos dos seus membros tivesse consciência do que se passava.

A Confissão de Iakovlev

O jogo elíptico de Gorbachov mobilizava cada vez mais o apoio do Ocidente que via no secretário geral do PCUS o melhor instrumento da sua própria política. Mas, no interior, o discurso ambíguo e demagógico do dirigente soviético começava a irritar os autênticos comunistas, cuja desconfiança crescia. Era muito descaramento afirmar que: “o nos-

so Estado, como arma da ditadura da classe operária, se transformou posteriormente no Estado de todo o povo. Mas a última palavra deve dizê-la o povo. É necessário devolver todo o poder aos Sovietes.”

O jogo tornava-se mais claro. A paráfrase do Partido Bolchevique nas vésperas da Revolução funcionava como prólogo à liquidação do Partido.

Na Conferência Nacional do Partido, os debates foram, pela primeira vez, tempestuosos. Ieltsin pronunciou um discurso insolente, exigindo a sua reabilitação.

A pergunta mais formulada pelos delegados - “Que tipo de socialismo estamos afinal preparando?” - expressou a desorientação que alastrava pelo Partido. VV também se interrogou muito, inquieto. Mas procurava respostas tranquilizadoras. As pessoas - escreveu mais tarde - ainda não tinham perdido a esperança de responder unanimemente ao apelo da direção do Partido.

“Se o diz o secretário geral, se o Politburo e o secretariado do CC o propõem é porque certamente eles analisaram o problema e não desejam nada de mau para o povo; portanto, devemos confiar neles, porque querem fazer as coisas o melhor possível e devemos, por isso, apoiá-los”. Essa era a melancólica atmosfera da Conferência em junho de 1988.

Somente transcorridos cinco anos, Iakovlev, ao discursar na Universidade de Tartu, na Estônia, fez uma confissão tardia: “No caminho proposto por Gorbatchov para a democratização não havia nada de original, mas a democratização não se desenvolveu através das instituições democráticas. Isso num determinado sentido, destruiu então a sociedade. O objetivo que nós tínhamos traçado era uma experiência histórica única, uma revolução sem violência.”

Qualquer comentário seria supérfluo.

Gorbatchov - pergunta V.V. - faria também parte desse *nós*, ou seja, do grupo que preparava a destruição do regime socialista?

Vorotnikov não responde com clareza à pergunta que formula. Mas conclui que, a partir dessa data “se pode contar a estória de sua própria traição à causa das transformações socialistas da sociedade (...) concretizaram-se, etapa após etapa, as palavras de ordem do novo pensamento, dos valores de toda a humanidade, da desideologização - e a perestroika socialista transformou-se no seu oposto.”

Nem uma só das propostas feitas por Gorbatchov em 1986 foi cumprida. O povo não interveio na reforma dos preços, a ciência soviética em vez de avançar foi abandonada, os princípios leninistas foram esquecidos e Lenine passou a ser insultado até por dirigentes do Partido, o Comitê Central e o Politburo em vez da renovação anunciada, foram desmantelados; o secretário geral abandonou o Partido que foi proibido com seu aval...A questão das nacionalidades exacerbou-se e as repúblicas separaram-se da União que se desintegrou. Em vez da legalidade socialista, o desemprego, a pobreza e a delinquência assumiram proporções inimagináveis. Os soviets não assumiram o poder: foram liquidados.

A partir do final de 88, Gorbatchov deixou de pedir opiniões; limitava-se a comunicar as decisões tomadas por ele e o seu grupo. Em novembro reduziu praticamente a zero as funções do secretariado do CC com o argumento de que duplicavam as do Politburo...

As notas relativas aos anos 89, 90 e 91 repetem, pela forma e conteúdo, muito do já dito. O regime agonizava, não obstante ao final isso se haver tornado evidente. As relações de Gorbatchov mesmo com algumas das personalidades que desde o início o haviam apoiado, dete-

rioraram-se. As caras foram mudando no Politburo, tal como o CC. O primeiro ministro Rizkhov acabou por entrar em choque com a engrenagem trituradora e foi sacrificado.

No Ocidente aumentava o coro de aplausos à medida que os munitives soviéticos se multiplicavam. Gorbatchov emergia já publicamente como um herói glorificado pelo mundo capitalista. No Politburo esforçava-se atabalhoadamente por manifestar espanto perante os elogios da direita europeia e norte-americana, mas nunca escondeu a sua profunda admiração por Margaret Thatcher. Identificava nela “a líder da Europa Ocidental”.

Limpeza no CC

Em abril de 89, foi duramente criticado no CC. Recordaram-lhe que, numa atmosfera de caos, já se ouviam apelos à desintegração do país e ao enforcamento dos comunistas. A resposta de Gorbatchov foi uma limpeza geral. Foram reformados 110 membros do CC.

Meditando sobre esses dias, V.V. pergunta: “Quem era afinal Gorbatchov?”. Esse homem - escreve - sempre se considerou a si mesmo um comunista de princípios e, por conseguinte, um seguidor de opção socialista (...) por longo tempo eu e muitos colegas do Politburo acreditamos em Gorbatchov, tínhamos confiança nele e não podíamos imaginar, nem remotamente, para que tipo de lutas ele estava preparado. Quando percebemos era demasiado tarde: “o comboio da pseudo-democracia tinha já adquirido uma tal velocidade que era impossível deter-lhe a marcha (...) Gorbatchov tinha a capacidade, mediante uma torrente de palavras difíceis e de confusas formulações, assim como através de todo o tipo de justificações e referências ao seu prestígio e experiência - de transformar os inter-

locutores em aliados e, assim, confundia de tal maneira a questão que cada um podia considerar que era precisamente a sua posição aquela que ele apoiava”.

Perante a opinião pública passou “da admiração entusiástica para a indiferença, a reprovação e, por fim, o ódio”.

A partir de 89, a influência de Iakovlev sobre Gorbatchov assumiu transparência, era tão esmagadora que incomodava. Passou a acompanhá-lo em todas as viagens ao estrangeiro como conselheiro especial. No Partido deixou a ideologia e passou a ser responsável pelas relações internacionais.

Das anotações de V.V. infere-se que Gorbatchov ocultou sistematicamente nos últimos anos os compromissos que assumia no diálogo com os dirigentes do Ocidente Capitalista. O relato que fez, aliás breve, do seu encontro com Bush na Cimeira de Malta, foi totalmente fantasista. Apresentou com notável êxito aquilo que foi uma capitulação total.

No CC, a 13 de outubro de 89 afirmou, entre outros disparates: “Está a verificar-se um aumento das manifestações da direita como resistência ao impulso da esquerda. Trata-se de uma reação negativa de nostalgia do passado”. Para ele, os trabalhadores eram a direita e a sua gente a esquerda. E, a despropósito perguntou: “Porque não há uma avaliação objetiva daquilo que a Revolução de Outubro deu, na realidade, ao nosso país?”

Começava a comportar-se como um palhaço político.

Perante os sucessivos desastres ocorridos em 89-90 na Polónia, na Hungria, na Tchecoslováquia, na RDA, defendeu aquilo a que chamou “a liberdade de opção dos países socialistas”, sublinhando que não permitiria, porém, que “ofendessem a RDA”.

A 22 de janeiro de 1990, dirigin-

do-se ao CC, fez, pela primeira vez, a defesa do multipartidarismo, argumentando que estava “na lógica do desenvolvimento da sociedade”. Na sua opinião, “o Partido apoiado no legado de Marx, Engels e Lenine, estava a desenvolver de maneira criativa as idéias socialistas adequadas ao momento atual” ...

O auditório, mais uma vez, reagiu de maneira confusa e contraditória. Mas choveram críticas. Kornienko, então primeiro secretário do comitê urbano de Kiev, do Partido Comunista da Ucrânia, foi um dos mais cáusticos. “É preciso antes que seja tarde - disse - meditar no destino do Estado Socialista. No Partido iniciaram-se processos perigosos que conduzem à cisão”.

Poucos se deram conta de que a ênfase posta por Gorbatchov na suposta revitalização dos soviets era uma manobra para esvaziar o papel do Partido

Rizkhov perguntou: “continuará o PCUS a ser o partido do governo e a vanguarda política do povo? Haverá ou não multipartidarismo? Mantém o PCUS as suas posições comunistas ou inclina-se para a social-democracia?”

O simples conteúdo dessas perguntas ilumina o ventre da crise dramática em que o Partido e o Estado estavam mergulhados.

Confrontado com o perigoso desenvolvimento da questão alemã, Gorbatchov afirmou com frieza: “Se proclamamos no nosso país a liberdade e a democracia, como podemos negar a outros essas coisas; é impossível e desnecessário deter os acontecimentos”.

A 15 de março, Gorbatchov foi eleito presidente da URSS pelo Congresso Extraordinário dos Deputados do Povo.

Mas da máscara inicial quase

nada sobrava. Os pedaços haviam ficado na estrada da perestroika traída.

A 29 de março, Ligachov distribuiu antes da reunião do Politburo uma carta em que pedia uma sessão extraordinária no CC, alegando que “sob as bandeiras da democracia e da glasnost vão apodrecendo os pilares ideológicos e morais da sociedade”. Depois da Europa Oriental - denunciava - “colocaram agora como objetivos, eliminar o socialismo da URSS, levar ao fracasso as transformações sociais a caminho do socialismo científico e fazer o país atravessar a fronteira do desenvolvimento capitalista”.

Gorbatchov não incluiu o debate sobre a carta na ordem do dia. V.V. lamenta a decisão, mas comenta:

“Todos nós ainda acreditávamos no secretário geral e tínhamos a esperança de que ele, com a sua capacidade, encontrasse uma solução.

Apetece perguntar: qual?

A economia afundava-se num caos generalizado. O PCUS derretia-se.

O XXVIII Congresso do PCUS, o último, foi simultaneamente penoso e caricatural. Ao defender a renovação do PCUS, Gorbatchov afirmou que ele “deveria transformar-se num partido de opção socialista, fiel as idéias gerais do homem, libertado da ideologia que estrutura as relações na base da camaradagem”.

A definição foi, posteriormente, considerada por humoristas do Ocidente merecedora de figurar uma antologia universal da asneira e do cinismo político.

Alexander Iakovlev foi vaiado e ridicularizado. O general Lebed pediu-lhe um comentário à declaração de que seria enforcado num pinheiro se publicasse o seu livro inédito “a visão do marxismo”, e esclarecesse quantas caras tinha.

Do Congresso saiu um novo Politburo. Do anterior sobrava apenas Gorbatchov e Ivashko.



Foto: S. Demianchuk

Mulher vendendo suas tranças

Os acontecimentos do ano de 91 são de maneira geral, mais conhecidos.

V.V. lembra que a influência de Gorbatchov caía rapidamente. Até o CC, cujos membros haviam sido selecionados pela sua docilidade, se voltou contra ele.

Ieltsin foi eleito presidente da Federação Russa, cargo que na perspectiva do anterior Politburo deveria ser desempenhado por Vitali Vorotnikov pela sua grande experiência dos assuntos de governo da Rússia.

Obviamente, Ieltsin foi aclamado pelas forças mais reacionárias e a cerimônia da posse abençoada pelo patriarca ortodoxo Alexis II.

Sobre os fatos de agosto de 91, V. V. não traz elementos novos, mas tem interesse o relato que faz da sessão do Soviete Supremo da Rússia. Ieltsin obrigou praticamente Gorbatchov a ler um texto que o humilhava. O momento culminante dessa farsa dramática chegou quando Ieltsin tomou a palavra e declarou: "para aliviar a atmosfera vou assinar o decreto sobre a suspensão das atividades do Partido Comunista da Rússia". E assinou. Gorbatchov apenas balbuciou: "Trata-se de suspender, não de proibir". Houve risos na sala.

No dia seguinte, 24 de agosto, V. V. escreveu no seu diário: "Uma notícia inaudita: o secretário geral do CC do PCUS só renunciou aos seus poderes à frente do Partido como recomenda a sua dissolução. Bom, e o Partido? Tudo está claro: não pode continuar a funcionar no território da Federação Russa. Por decreto do Pre-

sidente da Rússia proíbe-se de fato o PCUS na República (...) São confiscados os bens do PCUS e seladas todas as sedes do Partido"(...)

Aquele dia antecipou o fim do poder real de Gorbatchov. Era já um cadáver político quando, a 21 de dezembro, Ieltsin desfechou o seu golpe pessoal, criando a Comunidade dos Estados Independentes - CEI, que implicou o fim da URSS.

No dia 25 era arriada no Kremlin a bandeira vermelha da União Soviética.

A Citação de Álvaro Cunhal

No epílogo do seu livro - gerador de polêmicas não imaginadas pelo autor - Vorotnikov, que nunca consegue ser convincente nas tentativas de explicar porque acompanhou Gorbatchov praticamente até o fim, alerta os leitores para a extrema dificuldade de se refletir sem paixão sobre a tragédia que foi a breve e tempestuosa perestroika.

Para ele o XXVII Congresso do PCUS esboçou uma linha revolucionária para a perestroika (ainda sem rótulo) voltada para a aceleração do desenvolvimento econômico traçada pelo CC em abril de 85. Essa linha que o povo então apoiou com entusiasmo era incompatível - e aí V. V. tem toda a razão - com os desvios que sofreu e levaram ao desfecho. Para o povo russo, hoje, a palavra perestroika tornou-se sinônimo de engano e traição. O autor recorda que "o afundamento do Estado soviético foi obra da contra-revolução e nele desempenhou papel destacado o próprio líder da perestroika, Mikhail Gorbatchov". Continua, porém, a ser polêmica e assim será por muito tempo uma questão fundamental: terá Gorbatchov desde o início - como agora sustenta - pretendido destruir o socialismo, não abrindo o jogo porque não dispunha

de força para tanto, ou, pelo contrário, era sincero ao jurar fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo e aos valores da Revolução de Outubro?

Não é passível de dúvida, porém, a conclusão de que Gorbatchov foi manipulado e dominado pelo seu principal assessor, Alexandre Iakovlev - um político muito mais dotado intelectualmente e que, esse sim, era há muito um inimigo inconfessado do socialismo.

Qualquer que seja a opinião dos leitores sobre o papel de Vitali Vorotnikov nos acontecimentos, o mérito do seu livro é inquestionável pelo próprio valor da documentação por ele pacientemente reunida nas notas publicadas em "A Minha Verdade". Algumas são páginas da história contemporânea.

O livro fecha com palavras de otimismo. Vorotnikov escolheu uma citação de Álvaro Cunhal. Não dispondo do texto original, traduzo da edição cubana o seu voto "para que se cumpra, oxalá que em tempo não muito distante aquilo que afirmou o dirigente dos comunistas portugueses, Álvaro Cunhal: 'Embora as folhas secas tenham caído das árvores, as raízes populares mantêm o vigor e vão gerar novos rebentos'".

MIGUEL URBANO RODRIGUES é jornalista. O livro está disponível na Editora Anita (ver endereço no corpo de créditos da *Princípios*).

Notas

(1) *Mi verdad - Notas y reflexiones del diario de trabajo de un miembro del Buró Político del PCUS*, 487 páginas, Vitali I. Vorotnikov, Casa Editora Abril, La Habana, 1995. A edição russa saiu quase simultaneamente em Moscovo, mas a cubana começou a ser impressa muito antes, devendo-se o atraso no lançamento às dificuldades do Período Especial.

Por uma teoria geral do cinema*

Cinegramas, Ichi Terukina, Lima/Peru, Ediciones Briznas, 1996, 183p.

O livro "Cinegramas: estudo preliminar da tomada cinematográfica", do autor peruano Ichi Terukina, veio para suprir uma lacuna na Teoria Clássica do Cinema. Transcorridos mais de 100 anos desde o seu surgimento, persiste, ainda, grande dificuldade para se desenvolver uma teoria à altura deste fenômeno: uma teoria que entenda, amiúde, o movimento visual.

Terukina porta-se, perante o fenômeno cinematográfico, como um cientista que, tendo como objeto de estudo os corpos físicos macroscópicos, busca em sua microcélula, as leis que determinam esse fenômeno maior. Estuda, detalhadamente, o comportamento microscópico do fenômeno cinematográfico, sem entrar no mérito técnico do mesmo. O livro é, portanto, inovador do ponto de vista metodológico, pois aborda uma questão comumente desprezada pela maioria dos teóricos dessa arte: as leis intrínsecas da tomada cinematográfica.

Propõe-se a erradicar contradições arraigadas na teoria tradicional, buscando novos conceitos que possam ser aplicados com maior coerência dentro desse corpo teórico. Terukina lança nova luz e polemiza com boa parte dos estudos já realizados. Em primeiro lugar, discorda que o cinema baseia-se na "ilusão do movimento". Segundo ele, o movimento visual gerado no cinema é a realização concreta do mesmo. Não há ninguém que não o perceba objetivamente. Na pintura, por exemplo, existe um movimento sugerido e que não é o mesmo para cada observador: o movimento subjetivo (Terukina irá, inclusive, buscar na pintura, a gênese do movimento cinematográfico). No cinema não. O movimento dá-se concretamente. O cinema é, portanto, a plena realização deste em toda sua concretude, o que já vinha sendo buscado na imagem visual estática das artes plásticas.

Em segundo lugar, o autor desvencilha-se da visão contaminada pelo fotografismo; – o ponto de vista que parte do pressuposto de que o cinema surgiu quando da invenção do cinematógrafo, pelos Irmãos Lumière. O que não é verdade, uma vez que o conceito de cinema (unanimente aceito) não é "fotografia em movimento" mas, imagem em movimento; sejam estas imagens produzidas a partir do processo fotográfico ou não.

Esta mudança de prisma traz, dentre outras, uma consequência inevitável: a conclusão de que antes do aparecimento do cinematógrafo, o cinema já existia. De fato, com o Teatro Óptico de Emille Reynaud, o cinema, enquanto imagem em movimento, já tinha se realizado plenamente. A invenção do cinematógrafo não foi mais do que a incorporação da fotografia ao cinema já existente, com a possibilidade de

cinegramas



"esconder" melhor a interferência humana na geração das imagens. Longe de desprezar essa evolução *tecnológica*, o autor apenas procura apartar um fato do outro. Ou seja, um fato é o surgimento do cinema, o outro é seu aperfeiçoamento.

Outra consequência, é o surgimento de uma nova definição para a unidade mínima e indivisível (tal qual o átomo é para a célula) do cinema: o cinegrama. Um conceito que não abarca somente a cine-fotografia. Cinegrama é o conceito ampliado de fotograma, e inclui em si o videograma ou "frame", o pictograma para o desenho animado não cine-fotografado e todos os outros processos de geração de imagens em movimento (as imagens digitais, computação gráfica, etc.). O conceito de fotograma é limitado pois não pode ser atribuído aos processos não-fotográficos do cinema. O cinegrama é, portanto, a unidade visual estática capaz de gerar a atividade cinética do cinema conforme sua relação de continuidade com os demais (baseado na confluência de um fenômeno físico - o movimento sequencial de vários cinegramas - e outro, fisiológico - a persistência retiniana).

O estudo da célula básica do cinema, a tomada cinematográfica (trecho cinematográfico rodado desde o disparo da câmera até sua interrupção) dá-se a partir de sua unidade mínima, o cinegrama, e as leis que regem os sistemas cinegramáticos. A duração de cada cinegrama (em sua materialidade e visualidade); a relação dialética entre a existência material de cada cinegrama e sua não-visualidade (quando não está sendo projetado); a não-visualidade ativa (antes de passar pelo projetor) e passiva (depois de passar pelo projetor) de cada cinegrama; o instante único e soberano da individuação cinegramática (momento em que o cinegrama passa pelo projetor e realiza-se enquanto imagem visual); a questão do movimento visual puro ou "borrão" (quando os cinegramas não tem a menor identidade entre si); a imagem visual pura ou "congelado" (quando os cinegramas são idênticos entre si); a tensão dialética existente entre oposição e identidade de cada cinegrama, que gera o movimento propriamente cinematográfico (continuidade visual) e assim por diante. O autor estuda, enfim, a estrutura interna desta tomada, os elementos e leis intrínsecas que tornam possível a sua existência.

A construção de uma teoria séria, livre dos subjetivismos e preferências estéticas, e o estabelecimento de um amplo debate nesse sentido, é, sem dúvida, uma forma eficaz de suprir a falta de intensidade e continuidade das produções dos países subdesenvolvidos. Uma teoria que possa colaborar com a produção, uma vez que a precariedade com que a maioria dos cineastas brasileiros (leia-se dos países subdesenvolvidos) têm que trabalhar e a falta de possibilidade de uma larga experimentação, solicitam um respaldo teórico capaz de gerar soluções criativas e maior domínio desta linguagem.

Não há para nós, outra maneira de construirmos uma cinematografia libertadora e de caráter nacional. Afinal, até

quando iremos tentar imitar as produções dos países que podem experimentar intensamente, na prática, essa linguagem?

Jorge Barbosa Guedes

*Para maiores informações sobre o livro, entrar em contato com *Princípios*

Terra

Terra: ponto de partida, ponto de chegada, Maria Stela Lemos Borges, São Paulo, Anita Garibaldi, 1997, 214 p.; Preço: R\$ 20,00.



Não se pode resumir a contribuição lograda por Maria Stela Lemos Borges neste rigoroso trabalho de reconstituição da caminhada do grupo das quarenta e quatro famílias para a obtenção de uma pequena parcela de terra no município de Promissão – SP.

Desta sorte, só resta levantar alguns pontos deste rico trabalho.

A caminhada dos autores e atrizes deste drama, resultante da luta pela terra, não é vista pela autora a partir de um ponto de observação exterior. Através de muita perspicácia analítica, ela consegue penetrar nos labirintos das lembranças e memórias, permitindo a vivacidade de um passado que, até então, estava morto.

Aos poucos, os narradores vão re-construindo casas, igrejas, sítios, vilas, festas, enfim vão fazendo emergir todo um mundo material soterrado por um violento processo de expropriação encabeçado por um grupo poderoso de senhores de terras deste país.

Este passado não ressurgiu tal como foi. Ele é, paulatinamente, trabalhado na narrativa pelas vozes presentes, segundo uma espécie de plano (invisível) de um futuro.

Assim, o leitor vai percebendo uma mistura entre autora, atores, e atrizes, onde a primeira, muitas vezes, transforma-se, ela própria, em narradora. Deste modo procede no primeiro capítulo, quando, através de farta documentação, descreve a verdadeira história da ocupação das terras na Noroeste. A história dos índios, posseiros, imigrantes japoneses é transformada em pré-história do processo de acumulação do capital dos grandes latifundiários desta região.

Se a violência empregada extinguiu a vida material, através das mortes e expulsões dos camponeses destas terras, não foi o mesmo que ocorreu com as lembranças guardadas pelos sobreviventes e seus descendentes. Através da memória viva ou da memória herdada, ressurgem, das cinzas, por exemplo, a Vila Dinízia, que foi e não existe mais, segundo as palavras da autora.

A vivificação da Dinízia faz-se pela narrativa desses protagonistas. Aos poucos, como que por encanto, ressurgem as casas, a igreja, as ruas, as vendas, os sitiamentos que lá compareciam, principalmente aos sábados, os casamentos reali-

zados, as festas. Tudo desaparecera, exceto as lembranças e a cruz do Cruzeiro, do antigo cemitério, encontrada pela autora no meio das pastagens que substituíram a Dinízia. Se os tijolos e pedras das casas e ruas foram destruídos pelas máquinas, a cruz lá ficou, mesmo quebrada, como testemunho material daquilo que foi e que não é mais.

O espaço material funciona como uma espécie de detonador das lembranças. Basta perceber um objeto para um conjunto de elementos semióticos virem à tona, rompendo, às vezes, em forma de choque, às paredes da superfície. É nesse contexto que se entende a destruição da Vila Dinízia. A sua existência poderia ser um detonador, um farol de possíveis idéias e ideais.

Contudo ela ficou como parte integrante da memória coletiva dos vencidos. Ela deixou de ser Vila, de ser imóvel, para tornar-se móvel, itinerante, migrante. Do mesmo modo que os narradores “queimaram o chão” deste país, vagando de um lado a outro, ela também não se fixou mais em lugar algum.

A história resgatada em *Terra, ponto de partida, ponto de chegada* não é retilínea, nem tão pouco, circular. Tanto a linearidade, quanto a circularidade pressupõe a certeza, a racionalidade, a teleologia dos fatos sociais. O que se tem neste livro é a história probabilística e não determinística. História que se define enquanto contradição, movimento, rumos e metamorfoses.

Pautada por estes princípios metodológicos, a autora vai, à medida que tece sua narrativa, incorporando à história oral elementos da história escrita e interpretações de outros autores sobre a problemática da luta pela terra.

Portanto, *Terra, ponto de partida, ponto de chegada* não é um livro apologético dos assentados rurais. É, antes de mais nada um livro que analisa a luta de homens e mulheres cuja história é marcada por um violento processo de expropriação e exploração. É um livro que retrata a vida dos oprimidos, dos desclassificados, dos banidos, dos que são forçados a viver nos recantos escuros da sociedade. Além de mostrar as conquistas traduzidas pela posse da terra, o livro também revela a história daqueles que não resistiram, que se perderam pelos desvios dessa longa caminhada, impelidos por novas contingências e situações de opressão.

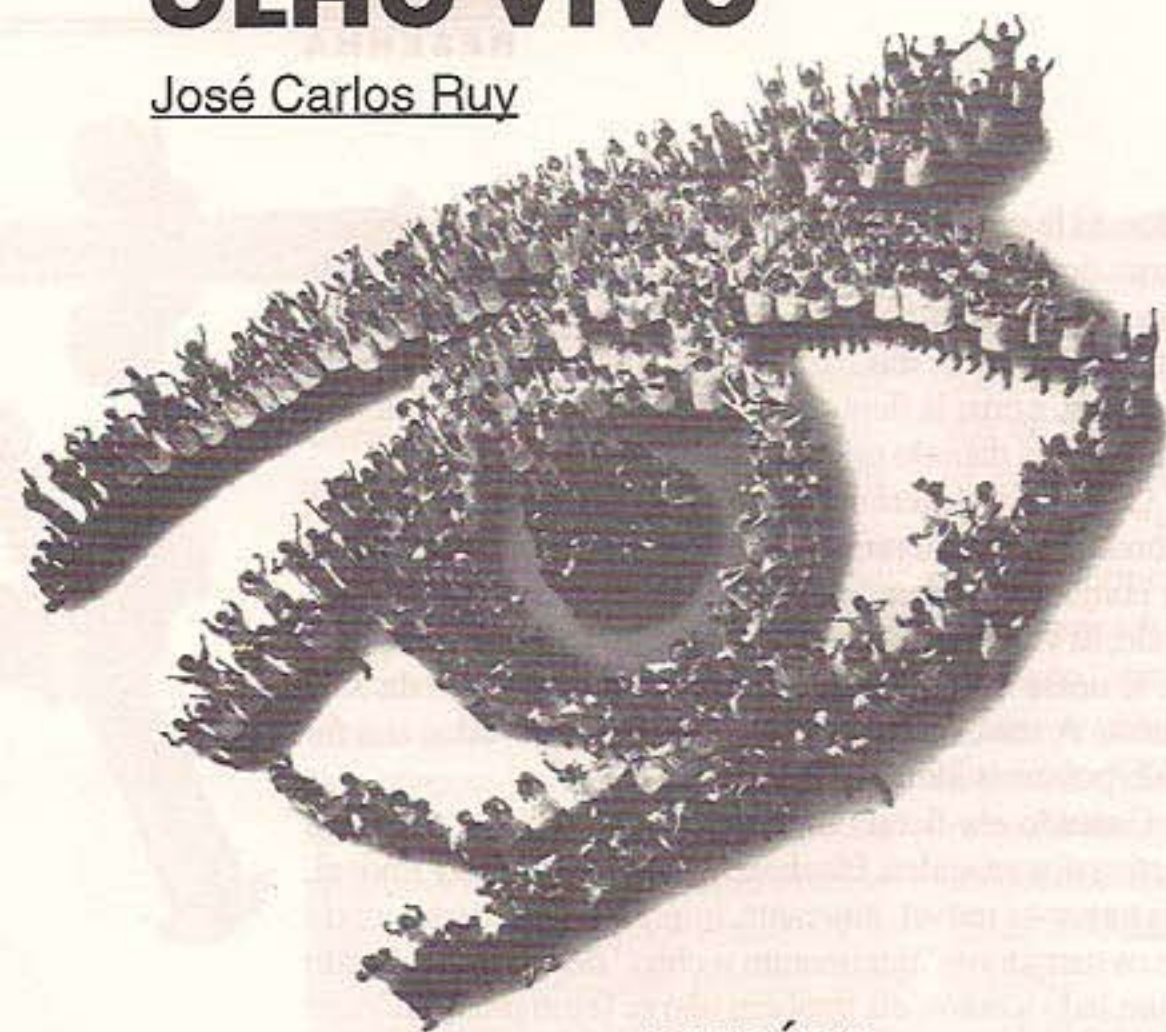
Terra, ponto de partida, ponto de chegada é, antes de tudo, um livro destinado não somente àqueles que se interessam pelas questões agrárias, pela reforma agrária ou pela história da propriedade da terra neste país. É também destinado àqueles inconformados com a gigantesca injustiça social, com o profundo desrespeito aos direitos e às liberdades sociais. É um livro para os que acreditam que a realidade é construída com ideais, idéias, ilusões, utopias e esperanças. É um livro comprometedor, porque fere os interesses dos poderosos, sem, no entanto, cair em apologias.

Terra, ponto de partida, ponto de chegada é uma rede tecida pela autora, cujos entremeios são marcados pelo re-membramento de sujeitos desmembrados pela história. Talvez seja esta a maior contribuição deste livro aos movimentos de luta pela terra no Brasil.

Maria Aparecida de Moraes Silva

OLHO VIVO

José Carlos Ruy



BARBÁRIE

Em junho, a justiça do Egito anulou um decreto do governo que proibia a mutilação genital feminina (extirpação do clitóris) em hospitais públicos. Ponto para os religiosos fundamentalistas: "Trata-se da nossa religião", disse o xeque Yusef Al Badri, um líder religioso egípcio. "Nós rezamos, fazemos jejum e operamos as mulheres". Maha Atiya, coordenadora da campanha contra a mutilação genital feminina da Organização Egípcia dos Direitos Humanos, ficou chocada: "Isto é extremamente doloroso". Esse ritual foi condenado na Conferência de População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo, e na Conferência Mundial da Mulher, em Pequim, em 1995. Ele atinge 2 milhões de meninas e adolescentes por ano, em 28 países da África, países árabes e do sudeste asiático. A Organização Mundial de Saúde, da ONU, calcula que já vitimou 130 milhões de mulheres.

200 MULTINACIONAIS MANDAM NO MUNDO

O capital multinacional pulou de 17% do PIB mundial nos anos 60 para mais de 30% em 1995 (*Le Monde Diplomatique*, abril/1997). Ele impõe suas regras a povos e governos e é dominado por 200 empresas gigantes. Nove países (Japão, EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Suíça, Coreia do Sul, Itália e Holanda) tem 96% das empresas e 96% do seu volume de vendas. São poderosas e influenciam governos, mesmo nos países ricos. No Japão, por exemplo, 37% das despesas do Partido Liberal Democrático (PLD) são pagas pela Mitsubishi. Nos últimos anos, o Japão vem disputando com os EUA a liderança entre essas empresas: em 1982, os EUA tinham 80 empresas na lista, caindo para 53 em 1995; o Japão, ao contrário, passou de 35 para 62 no mesmo período.

AS DUZENTAS GRANDES IRMÃS

País	Número de empresas	Vendas*	Lucros*	Particip. em %**	
				Vendas globais	Lucros globais
Japão	62	3 196	46,00	40,70%	18,30%
EUA	53	1 998	98,00	25,40%	39,20%
Alemanha	23	786	24,50	10,00%	9,80%
França	19	572	16,00	7,30%	6,30%
Reino Unido	11	275	20,00	3,50%	8,00%
Suíça	8	244	9,70	3,10%	3,90%
Coreia do Sul	6	183	3,50	2,30%	1,40%
Itália	5	171	6,00	2,20%	2,50%
Reino Unido/Holanda	2	159	9,00	2,00%	3,70%
Holanda	4	118	5,00	1,50%	2,00%
Venezuela	1	26	3,00	0,30%	1,20%
Suécia	1	24	1,30	0,30%	0,50%
Bélgica/Holanda	1	22	0,80	0,30%	0,30%
México	1	22	1,50	0,30%	0,60%
China	1	19	0,80	0,20%	0,30%
Brasil	1	18	4,30	0,20%	1,70%
Canadá	1	17	0,50	0,20%	0,20%
TOTAL	200	7850	251,00	100,00%	100,00%
PIB MUNDIAL		25223		31,20%	

* Em bilhões de dólares

** O total não é exatamente 100% pois as percentagens foram arredondadas

Le Monde Diplomatique, abril de 1997

MARX NA WEB

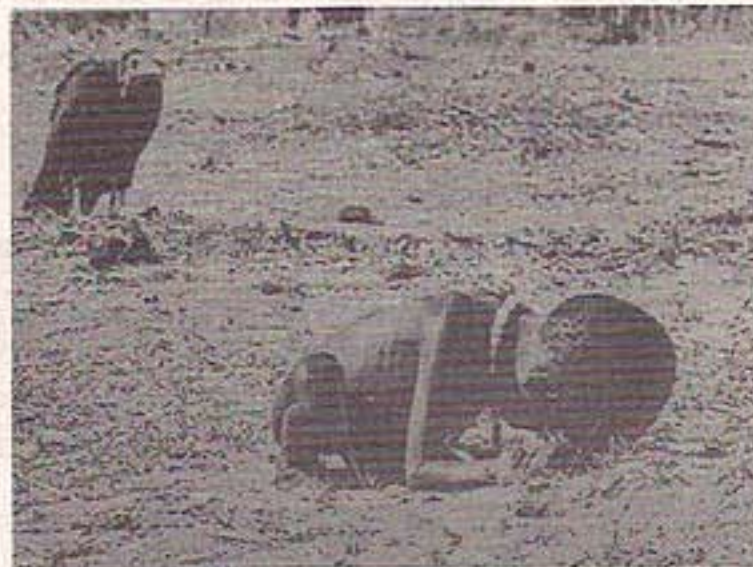
Partidos comunistas de quase todos os países; notícias sobre Marx, Engels, Lênin e outros teóricos marxistas; organizações e comitês revolucionários de todo canto - tudo isso está ao alcance dos internautas de esquerda. O endereço é: www.pcdob.org.br, cuja home page dá acesso à uma extensa lista de links (ligações) marxistas. Experimente!

PAX AMERICANA

Com um orçamento militar atual de 270 bilhões de dólares, o governo norte-americano gasta com as forças armadas, sob Bill Clinton, mais do que Lyndon Johnson gastava em 1965 e Richard Nixon em 1975. Os gastos militares americanos são, hoje, três vezes maiores que os da Rússia e quase duas vezes a soma dos gastos da Grã Bretanha, França, Alemanha e Japão. São, também, 39% dos gastos militares de todos os países, que somam 680 bilhões de dólares - quase o PIB do Brasil!

A POBREZA NO MUNDO - I

Cerca de 1,3 bilhão de pessoas sobrevive com menos de um dólar por dia; perto de um bilhão são analfabetas; mais de um bilhão não tem acesso a água; cerca de 840 milhões tem fome ou insegurança alimentar; 507 milhões, nos países menos desenvolvidos, tem esperança de vida inferior a 40 anos. A distância entre os ricos e os pobres aumenta aceleradamente: em 1960, os 20% mais ricos da Terra tinham renda 30 vezes maior que os 20% mais pobres; em 1995, ela era 78 vezes maior. Os dados são do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997, editado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).



A POBREZA NO MUNDO - II

Acabar com a pobreza no mundo não é tarefa impossível, segundo o PNUD. Para garantir ensino básico a todos, o custo anual seria de 6 bilhões de dólares; saúde e nutrição básicas, 13 bilhões; saúde reprodutiva e planejamento familiar, 12 bilhões; abastecimento de água e saneamento de baixo custo, 9 bilhões. No total, 40 bilhões de dólares - ou seja, 0,16% do PIB mundial, ou 5,8% dos gastos militares de todo o mundo. "A falta de compromisso político, não de recursos financeiros, é o obstáculo real que se opõe à erradicação da pobreza", diz o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 1997.

O PREÇO DO MEDO

Os gastos com segurança, no Rio de Janeiro, correspondem à metade de gastos semelhantes feitos em toda a França, diz um estudo da Fundação Getúlio Vargas. No Rio, alcançam 6,2 bilhões de reais por ano, e na França, 13 bilhões. É a soma dos gastos feitos nos setores público e particular (pagamento de segurança privada, sistemas de alarme e seguros). O efetivo das empresas de segurança cariocas é de 190 mil homens, cinco vezes maior que os efetivos somados das polícias militar e civil locais.

FAMÍLIAS FALIDAS NOS EUA

Em 1996, 1,2 milhão de cidadãos norte-americanos pediram falência - 29% a mais que em 1995. É um recurso que a justiça dos EUA permite aos inadimplentes, para evitar que os credores tomem seus bens. O calote atinge 40 bilhões de dólares, e o cartão de crédito é o principal responsável - hoje, cada família norte-americana deve, em média, US\$ 3.400 no cartão; há dez anos, a média era de US\$ 1.600.



EUA, DESEMPREGO E DESESPERANÇA

"Nos Estados Unidos, o desemprego não é de apenas 4,8%", diz o economista Jeremy Rifkin, autor do livro *O fim do emprego*. "Existem 6 milhões de pessoas que simplesmente desistiram de procurar emprego, por desesperança, e quando esses desempregados são considerados na estatística, a taxa sobe para mais de 9,2%".

VIETNÃ - BALANÇO DA GUERRA

O governo do Vietnã divulgou em junho a extensão dos danos que a guerra contra os EUA causou ao país. O conflito, terminado em 1975 com a derrota da maior potência imperialista, deixou 3 milhões de mortos, 4,4 milhões de feridos e 2 milhões de afetados por produtos químicos. No fim da guerra, o país tinha 43 milhões de habitantes (1974); isso significa que a guerra atingiu um em cada cinco habitantes do país.

Cartas dos leitores

Aperfeiçoamento

“É com entusiasmo que recebi mais um número da revista *Princípios*, como militante comunista dá gosto ver uma revista desse nível no Brasil.

Sou simpatizante do PC do B desde 1989 e filiei-me no dia 13 de maio de 1996. Dá para ver que faz pouco tempo de filiação, mas posso falar como leitor da *Princípios* desde 1990, e pude acompanhar todo o processo de aperfeiçoamento da revista.”

Marcelo Antonio Grego
São Paulo/SP

Autores marxistas

“Por uma série de problemas, incluindo desemprego, não pude fazer uma leitura mais detida da revista *Princípios* número 43. De qualquer forma, está muito boa na totalidade.

De especial interesse para mim, neste momento, foi o artigo do professor Luís Fernandes. Temos nos reunido todos os sábados para leitura e discussão de textos de autores marxistas. Uma das últimas discussões versou sobre os conceitos de imperialismo e globalização. [...]

Os artigos sobre trabalho também estão bons, bem como o de Erwin Marquit.

Sugiro que a revista analise a teoria do valor-trabalho, desde Adam Smith até Marx, e sua discussão atual.”

Abílio Ulayand Soares
Viçosa/MG

De olho na educação

“Quando encaminhei à revista *Princípios* meu texto ‘Educação escolar brasileira em tempos neoliberais’ ainda não havia recebido a edição 44, com o encarte *Índice por assunto*, que considerei uma grande iniciativa.

Confesso que me causou certo incômodo a presença de apenas dois artigos dedicados à educação, naqueles quarenta números publicados. Afinal, esta revista tem se destacado pela excelente qualidade de matérias sobre temas relevantes, de diversas áreas, e, com certeza, tem espaço para temáticas educacionais. Quem atua e produz nesta área precisa estar mais sintonizado, não é mesmo?

Por coincidência, naquela mesma edição (número 44), os artigos aparecem classificados por temas amplos e, felizmente, o verbete *educação* tem sua presença – aliás, brilhante! – com artigo de Wladimir Vynicius de Moraes Camargos, sobre o provão.

Espero que tenhamos inaugurado a “seção educação” na *Princípios*, e que ela possa consolidar-se. Melhor ainda que tenha sido um jovem a puxar a fila.”

Nereide Saviani
São Paulo/SP

Fonte de consulta

“A revista *Princípios* sempre foi referência nos meus estudos – basta verificar as citações realizadas em minha tese de doutorado – e constitui uma das fontes de consulta que indico aos alunos da graduação e pós-graduação sob minha orientação. Imprescindível, para a qualidade do meu trabalho acadêmico [...]”

Celi Nelza Zulke Taffarel
Recife/PE

Excelente trabalho

“Cumprimento o caro deputado Haroldo Lima pelo excelente trabalho sobre as Forças Armadas publicado na revista *Princípios* ‘O papel das Forças Armadas no limiar do século XXI’.”

General Hélio Lemos
(Herói da FEB)

Utilidade

“Dentro de minhas limitações, procuro divulgar entre meus amigos e leitores a excelente revista *Princípios*, que deveria ser lida por todo brasileiro.

Parabéns pelo ótimo trabalho em favor do socialismo e da soberania de nossa pátria.

Utilizo constantemente as informações e as opiniões dos articulistas da *Princípios* nos artigos que escrevo, a exemplo do jornal *O Norte*, e em palestras.”

Oduvaldo Batista
João Pessoa/PB

Prezado Aldo Rebelo

“Há poucos dias, tive oportunidade de cumprimentá-lo pelos seus excelentes trabalhos de análise política. Recebi, logo depois, exemplos do seu estudo *O plano do fundo do poço*, uma percuciente análise da política econômica neoliberal do governo FHC. Sua contribuição à crítica dessa nefasta política é a melhor coisa que apareceu nos últimos tempos.”

Nelson Werneck Sodré
Rio de Janeiro/RJ

LANÇAMENTOS:

UM OLHAR QUE PERSISTE

Ensaaios Críticos sobre o Capitalismo e o Socialismo - 288 páginas - R\$ 20,00

Este livro traz uma colaboração muito importante para o debate sobre os tempos atuais. Prefácio de Florestan Fernandes

Parte 1: A atualidade de O Capital (Jacob Gorender); Marx x Mercado (Paul Singer); Globalização e Processo Produtivo (Carlos Félix).

Parte 2: Marxismo e Democracia (Lincoln Secco); A Revolução Cubana em questão (José Mao Jr.); Contribuição para a crítica da política (Luis Franco)

Parte 3: Ciência e filosofia na experiência socialista (Olival Freire Jr.); Dialética e teoria da ciência (A.L. da Rocha Barros); Fordismo, toyotismo e novas tecnologias (Osvaldo Coggiola)

Parte 4: Educação e Socialismo (Florestan Fernandes); Para a crítica da Qualidade Total no ensino (Carlos Santiago); Desemprego e exclusão social (Paul Singer)

Apêndice: Homenagem a Florestan Fernandes, por Jacob Gorender e Antonio Cândido



TERRA - PONTO DE PARTIDA, PONTO DE CHEGADA

Identidade e Luta pela Terra - 216 páginas - R\$ 20,00

Terra, Ponto de Partida, Ponto de Chegada é um livro que analisa a luta de homens e mulheres cuja história é marcada por um violento processo de expropriação e exploração. Retrata a vida dos oprimidos, dos desclassificados, dos banidos, dos que são forçados a viver nos recantos escuros da sociedade. Além de mostrar as conquistas traduzidas pela posse da terra, o livro também revela a história daqueles que não resistiram nesta longa caminhada.

Terra, Ponto de Partida, Ponto de Chegada é destinado àqueles que se interessam pelas questões agrárias, pela reforma agrária ou pela história da propriedade da terra neste país. E também àqueles inconformados com a gigantesca injustiça social, com o profundo desrespeito aos direitos e às liberdades sociais. É um livro comprometedor, porque fere os interesses dos poderosos sem cair em apologias. É um livro para os que acreditam que a realidade é construída com ideais, idéias, ilusões, utopias e esperanças.



Guerrilha do Araguaia (documentos, fotos, biografias). 104 pag	R\$ 12,00	Agenda Ilustrada CHÉ 97	R\$ 10,00
Nas Barricadas do Fim do Século - a (Des)Ordem Neoliberal. Juliano Siqueira. 184 pag	R\$ 15,00	URSS - Ascensão e Queda. Luis Fernandes. 272 pag	R\$ 16,00
Cadernos Negros nº 19 (poesia). Diversos autores. 192 pag	R\$ 15,00	Marx e os Sindicatos. D.Losovski. 216 pag	R\$ 14,00
Cadernos Negros nº 17 - poetas do Quilombohoje. Diversos autores. 80 pag	R\$ 6,00	Manifesto do Partido Comunista. Marx e Engels. 72 pag	R\$ 5,00
A Mãe. Máximo Gorki. 320 pag	R\$ 12,00	Rio Maria - A Terra da Morte Anunciada. Moacir de O. Filho. 128 pag	R\$ 8,00
Sociedade dos Socialista Vivos. Marcos Gomes. 132 pag	R\$ 12,00	Socialismo - Ideal da Classe Operária. João Amazonas. 120 pag	R\$ 8,00
Racismo à Brasileira - Raízes Históricas. Martiniano J. Silva. 276 pag	R\$ 18,00	Em defesa do Socialismo Científico. Stálin. 172 pag	R\$ 11,00
Tendências e Centrais Sindicais (O mov sindical no Brasil - 1978-1994). Silvio Costa. 290 pag	R\$ 18,00	Estratégia e Tática. Lênin, Stálin, Dimitrov, João Amazonas. 172 pag	R\$ 11,00
Luta Armada no Brasil dos anos 60-70. Jaime Sautchuk. 100 pag	R\$ 10,00	30 Anos de Confronto Ideológico. Diversos autores. 300 pag	R\$ 14,00
Construindo o Futuro do Brasil. Programa Socialista do PCdoB. 128 pag	R\$ 10,00	Problemas Econômicos do Socialismo na URSS. Stálin. 100 pag	R\$ 7,00
Dialética Radical do Brasil Negro. Clóvis Moura. 248 pag	R\$ 16,00	Às Portas de Moscou. Alexander Bek. 300 pag	R\$ 15,00
Lênin - Biografia Ilustrada. Elio Bolsanello. 128 pag	R\$ 8,00	AIDS na Rota da Cocaína. Fábio Mesquita. 72 pag	R\$ 5,00
A II Internacional - Pelos seus Congressos. Edgard Carone. 132 pag	R\$ 8,00	Collor - a Raposa do Planalto. Sitônio Pinto. 112 pag	R\$ 8,00
Revista Princípios. Números anteriores	R\$ 7,50	Acho Tudo Muito Estranho. Fortuna. 126 pag	R\$ 8,00
		Araguaia - Relato de um Guerrilheiro. Glênio Sá. 52 pag	R\$ 5,00

PROMOÇÃO DO TRIMESTRE

NA COMPRA DE 2 LIVROS, DESCONTO DE 10%; NA COMPRA DE 3 OU 4 LIVROS, DESCONTO DE 20%; NA COMPRA DE 5 OU MAIS LIVROS, DESCONTO DE 30%. DESPESAS POSTAIS POR NOSSA CONTA!

FORMA DE PAGAMENTO

Cheque pré-datado para 30 dias, vale postal (para a agência Brigadeiro), depósito Banco Itaú Agência 0251, conta nº 48678-3 ou cartão Credicard/Diners (informe número e data de validade).

Assine a revista

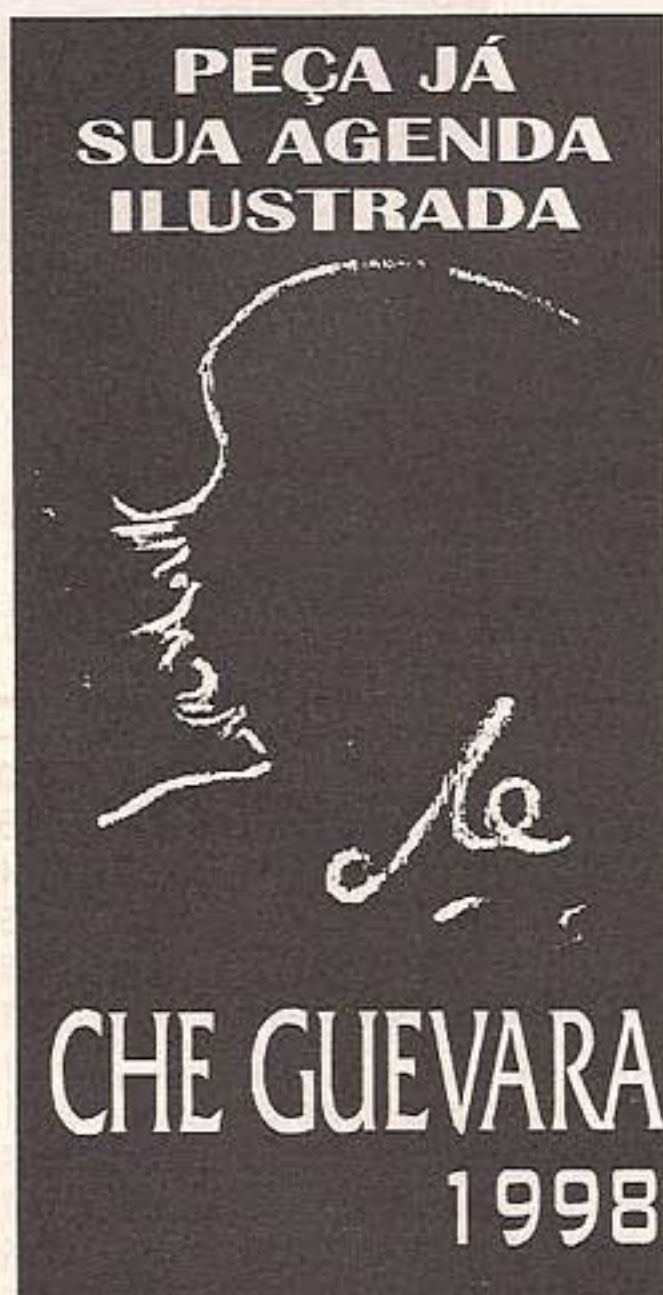
DEBATE SINDICAL

Faça hoje mesmo a sua assinatura da Debate Sindical. Ela custa apenas R\$ 28,00.

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade uma publicação especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiência. A assinatura dá direito a quatro edições.

Nome: _____		
Endereço: _____		
Bairro: _____	Cidade: _____	Estado: _____
Telefone: () _____	CEP _____	Data da assinatura: _____
Sindicato a que pertence: _____		

Preencha os dados e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal para o Centro de Estudos Sindicais (CES). Rua Monsenhor Passalácqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, Fone/Fax: (011) 289-1496.



A Anita Garibaldi lançará nova agenda Che Guevara 1998.

O novo projeto gráfico e editorial foi ampliado e melhorado em relação à agenda 97, embalado em uma capa prática, bonita e resistente que pretende acompanhar os(as) companheiros(as) nas atividades de todo o ano de 98.

A Agenda Che é a publicação ideal para os sindicatos e entidades que desejarem presentear seus associados, preparar campanha de novos sócios ou simplesmente fazer finanças para a entidade.

Com o objetivo de distribuir a Agenda Che 98 com o máximo de rapidez, convidamos os companheiros a solicitar sua quota através do cuponzinho abaixo. Em breve entraremos em contato, indicando preços, condições e prazos!

– Dependendo da quantidade adquirida, há a opção em aplicar logomarca (uma cor) ou texto de apresentação da entidade nas primeiras páginas da agenda.



RUA MONSENHOR PASSALÁCQUA, 158
SÃO PAULO - SP, CEP 01323-010
FONE: (011) 287.6492 / 289.1331

NOME: _____	TELEFONE: _____
ENTIDADE: _____	TELEFONE: _____
ENDEREÇO: _____	
CIDADE: _____	ESTADO: _____ CEP _____
QUANTIDADE DE EXEMPLARES: _____	AGENDAS CHE 98 (SEM COMPROMISSO)

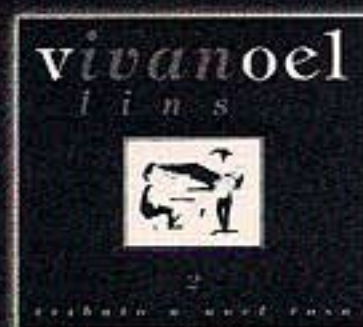
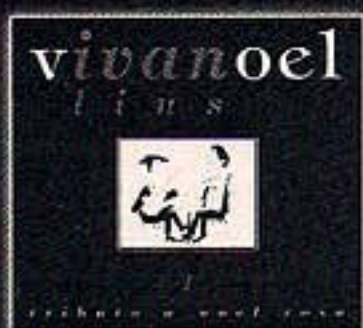
Já nas lojas.

vivanoel l i n s



1
t r i b u t o a n o e l r o s a

Já na história.



Vivanoel, o mais novo trabalho de Ivan Lins, é mais que uma homenagem a Noel Rosa. É uma homenagem à música. São dois CDs imperdíveis onde Ivan Lins e seus convidados dão novas interpretações à melodia, aos versos e ao espírito de Noel Rosa. Sem dúvida, um dos maiores gênios da música brasileira de todos os tempos. *Vivanoel* é uma viagem inesquecível ao Rio boêmio, a sambas eternos e sucessos de velhos carnavais. É a genialidade do Poeta da Vila recriada por Ivan e um time dos melhores músicos e intérpretes do país: Caetano Veloso, Chico Buarque, Nana Caymmi, Emílio Santiago, Fátima Guedes, MPB 4 e muitos outros. Para quem gosta de boa música, só há uma coisa a dizer: “*Vivanoel*”. Mais um lançamento da Gravadora Velas.



<http://www.velas.com>

“(…) a América Latina, e lá está com 7 metros de altura, a mão espalmada com o sangue a escorrer até o punho, que representa um continente explorado, invadido, que acreditamos, unido, poderia se defender melhor”.

Oscar Niemeyer

NIEMEYER